

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2026

NÚMERO 23.147 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Pesquisa Correio/**OPINIÃO** Inteligência Política

Flávio e Lula mantêm disputa acirrada pelo Planalto no DF

O quadro de polarização na disputa pela Presidência da República entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) se reflete entre os eleitores do Distrito Federal. A segunda rodada da pesquisa **Correio/OPINIÃO** Inteligência Política mostra um equilíbrio entre eles. Na consulta estimulada, o senador teve 33,5% contra 32% do atual presidente, que tenta a reeleição. Mesmo com a vantagem do parlamentar do Rio de Janeiro, os dois estão em empate técnico, dentro da margem de erro, que é de 3,3 pontos percentuais para mais ou para menos. O ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD) segue com boa aceitação entre os brasilienses, ficando em terceiro, com 11,5%. Na sequência, vêm Renan Santos (Missão), Romeu Zema (Novo) e Augusto Cury (Avante). Em caso de um segundo turno, Lula perderia para Flávio, Caiado e Zema. O levantamento foi feito entre 30 de julho e 1º de agosto, com 1.109 eleitores em 31 regiões do DF. Ontem, o **Correio** publicou os dados sobre os pleitos para governador, senador, deputado federal e deputado distrital. A pesquisa foi registrada no TSE sob número DF-04077/2026.

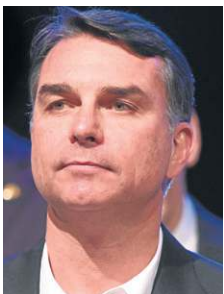
Davi Pereira/CB/D.A Press



Rumo a um 2º turno

No *CB.Poder*, os especialistas do Instituto **OPINIÃO** Inteligência Política Alexandre Garcia e Carlos André Machado avaliaram o quadro no DF: chance de Celina e Arruda disputarem o segundo turno, e forte polarização direita-esquerda no Senado.

Ed Alves/CB/D.A Press



Flávio Bolsonaro
PL

33,5%

Ricardo Stuckert/PR



Lula
PT

32%

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Ronaldo Caiado
PSD

11,5%

Reprodução/Redes Sociais



Renan Santos
Missão

4,6%

Reprodução/Redes Sociais



Romeu Zema
Novo

2,8%

Reprodução/Redes Sociais



Augusto Cury
Avante

2,4%

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Grass sai ao Buriti, com Dora na vice

Em convenção na Câmara Legislativa, a Federação Brasil da Esperança (PT, PCDoB e PV) oficializou, ontem, a chapa para as eleições. Ex-presidente do Iphan, Leandro Grass disputa o GDF. Dora Gomes, do PV, será vice, e Erika Kokay (PT) sai ao Senado. “Foi necessário muito diálogo e trabalho para esta aliança”, disse o petista. Postulante à reeleição ao Senado, Leila do Vôlei, líder das pesquisas, esteve no evento e declarou apoio às candidaturas.

Sem opção, PL escala Gaspar na chapa

Ed Alves/CB/D.A Press



Ex-relator da CPMI do INSS, Alfredo Gaspar será o vice de Flávio Bolsonaro. Partido travou nas negociações por uma mulher para o cargo. “Sou um soldado do Nordeste”, disse o deputado por Alagoas, que foi alvo da denúncia de opositores por um suposto estupro de vulnerável, caso negado por ele.

Eleição para o GDF ganha novo quadro

Senado tem favoritas, mas corrida é apertada

Indecisão é grande no voto para distritais

PÁGINAS 2, 3, 4 E 13 A 17. BRASÍLIA-DF, 4, E EIXO CAPITAL, 15.

Lula eleva críticas à diplomacia de Trump

Um dia depois de os EUA suspenderem o visto da embaixadora do Brasil, Maria Luiza Viotti, o presidente classificou o ato como “irresponsável e impensado”. O brasileiro acusou a Casa Branca de tentar impor a aprovação do embaixador norte-americano em Brasília. **PÁGINA 5**

Carlos Vieira/CB/D.A Press



8º Brasília Summit — Autoridades do Judiciário e do Congresso, além de empresários e analistas do sistema financeiro, discutiram no evento, promovido pelo Lide, a urgência para fortalecimento da segurança jurídica no país. **PÁGINA 8**

Guerra aberta contra fake news



Tribunal Superior Eleitoral amplia o combate à desinformação nas redes para as eleições. Vigilância às deepfakes e ao uso da IA está entre as prioridades.

Minervino Junior/CB/D.A Press



Céu ficou mais bonito — Festival de Esportes Aéreos traz balões para a área central de Brasília, com espetáculo de cores até domingo. **PÁGINA 19**

BC reduz os juros a 14%

Nova redução da Selic, ontem, foi de 0,25 ponto percentual. Decisão era esperada pelo mercado. Cauteloso, Banco Central não sinalizou com novo corte em setembro. **PÁGINA 7**

Maior cerco aos vândalos

Projeto enviado à Câmara Legislativa prevê punições mais severas a atos de destruição do patrimônio público. Multa pode chegar a R\$ 100 mil. Fiscalização será intensificada. **PÁGINA 18**

Vasco e Cruzeiro seguem na Copa do Brasil

PÁGINA 20

Ucrânia Ataque russo a Kiev mata 17

Ante escassez de interceptadores, Moscou dispara 24 mísseis. Moradores da capital relatam drama ao **Correio**.

PÁGINA 9

Educação Brasil avança sem bater metas

Números do Ideb melhoram, mas não cumprem índices nos anos finais do ensino fundamental e do médio.

PÁGINA 6

Othon Bastos

Ator celebra no palco 62 anos de carreira

PÁGINA 22



SABATINA COM CANDIDATOS AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

11 DE AGOSTO A PARTIR DAS 9H

@CORREIO.BRAZILIENSE

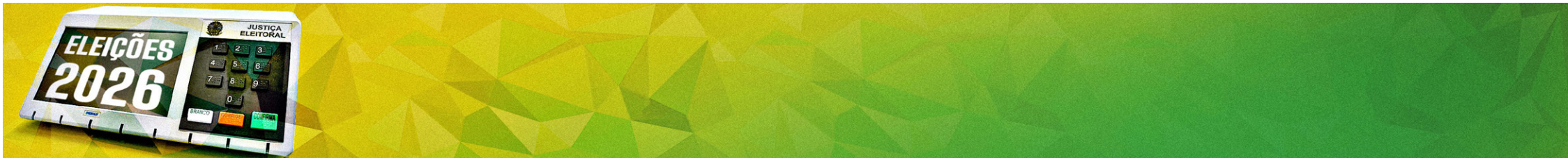


CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



Polarização no DF, com derrota de Lula no 2º turno

Pesquisa **Correio**-OPINIÃO Inteligência Política mostra Flávio Bolsonaro com 33,5% das intenções de voto, contra 32% do presidente. O petista, porém, sofre revés ante todos os candidatos testados se avançar para a 2ª rodada do pleito

» ANA MARIA CAMPOS

Como em todo o país, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) polarizam, no Distrito Federal, a preferência do eleitorado, conforme indica pesquisa **Correio**-OPINIÃO Inteligência Política, realizada entre 30 de julho e 1º de agosto com 1.109 entrevistas, em 31 regiões administrativas da capital do país. Na consulta estimulada, Flávio soma 33,5% das intenções de votos, e Lula, 32%. O empate é praticamente numérico.

Também está na margem de erro da pesquisa — registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número DF-04077/2026 — que é de 3,3 pontos percentuais para mais ou para menos. Os demais candidatos à Presidência da República estão bem abaixo da preferência entre os eleitores de Brasília.

O ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD) conta com 11,5% dos votos e é o que mais se destaca fora da polarização. O músico Renan Santos (Missão) tem 4,6%. Romeu Zema (Novo), ex-governador de Minas Gerais, soma 2,8%, e o psiquiatra e escritor Augusto Cury (Avante) aparece com 2,4%. Entre os entrevistados, 9,3% disseram que vão votar em branco ou nulo e outros 3,9% não souberam avaliar.

Na consulta espontânea, quando o entrevistado responde livremente em que gostaria de votar, Lula aparece menos de dois pontos percentuais à frente do concorrente. O petista tem 28,3%, e Flávio Bolsonaro, 26,7%. São os votos consolidados, segundo o CEO e responsável técnico da OPINIÃO Inteligência Política, Alexandre Garcia. Nesse cenário, Ronaldo Caiado foi citado por 6,5% dos entrevistados. Renan Santos é o preferido de 2,4%.

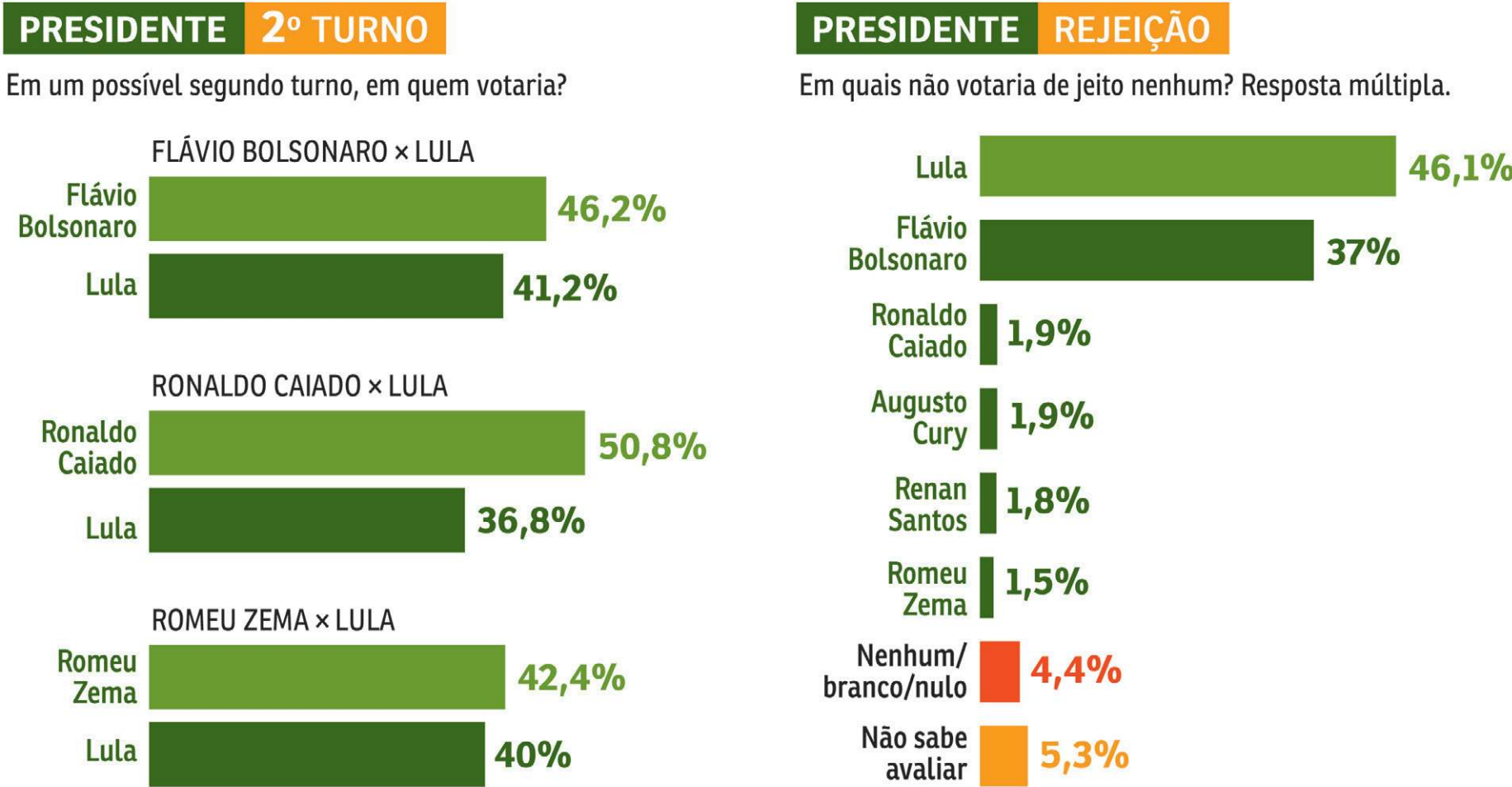
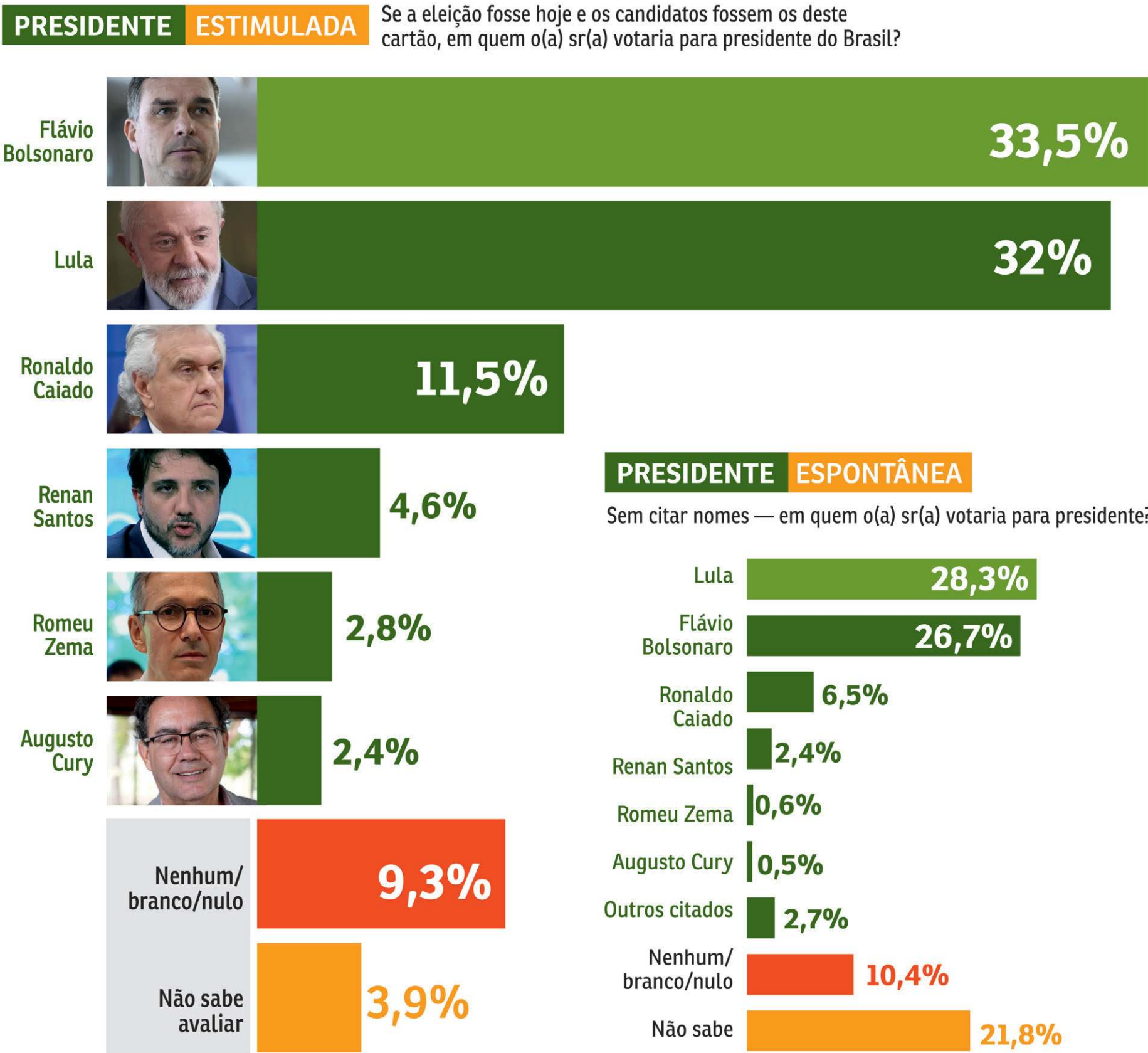
Na espontânea, Romeu Zema e Augusto Cury contam com, respectivamente, 0,6% e 0,5%. Outros citados somam 2,7%. O percentual dos que não sabem em quem pretendem votar (21,8%) ou disseram que não têm nenhum candidato (10,4%) soma 32,2%.

Segundo turno

Nas simulações de segundo turno, o presidente Lula perde para os candidatos testados entre os eleitores do Distrito Federal. No confronto com Flávio Bolsonaro, o petista chegaria a 41,2% contra 46,2% do opositor. Cenário ainda mais desfavorável foi registrado no duelo com Caiado. Lula aparece com 36,8%, e o ex-governador de Goiás seria eleito com 50,8%. Com Zema, há um diferença menor, dentro da margem de erro. O ex-governador de Minas Gerais chega a 42,4%, e Lula, 40%.

Rejeição

Na consulta sobre rejeição, Lula lidera. Mas também há uma polarização. O presidente, que tenta o quarto mandato, é apontado por 46,1% dos eleitores como alguém em quem eles jamais votariam. Nesse quesito, Flávio Bolsonaro aparece em seguida, com 37%. Ronaldo Caiado, com 1,9%; Augusto Cury, 1,9%; Renan Santos, 1,8%; e Romeu Zema, 1,5%, ficam bem abaixo.





Alfredo Gaspar, o vice de última hora para Flávio

Pré-candidato falava em uma mulher para o posto, mas anuncia o deputado federal

» DANANDRA ROCHA

Depois de semanas de negociações em busca de uma mulher para ser vice em sua chapa, o pré-candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, anunciou, ontem — último dia do prazo para realização das convenções partidárias —, um homem do próprio partido para a função, o deputado federal Alfredo Gaspar (AL). O parlamentar foi relator da CPI do INSS e pediu a prisão de Fábio Luís da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“A pessoa que tem que ser o meu vice é aquele vice que não volta para a cena do crime e dá mão para o criminoso. Então, tenho muita honra de anunciar aqui Alfredo Gaspar”, declarou Flávio.

A escolha de Gaspar representou uma mudança na estratégia inicial da campanha. A prioridade era encontrar uma vice mulher. O nome mais desejado por Flávio era o da senadora Tereza Cristina (PP-MS), considerada uma peça capaz de agregar o agronegócio, ampliar o diálogo com o Congresso e aproximar a candidatura de setores mais moderados da direita. A tentativa, porém, esbarrou na decisão do PP de manter neutralidade na disputa presidencial.

Além de Tereza Cristina, outros nomes femininos chegaram a ser avaliados, entre os quais Priscila Costa (PL-CE), Bia Kicis (PL-DF) e Júlia Zanatta (PL-SC).

A dificuldade para fechar uma composição externa ao partido foi ampliada pela posição adotada por legendas que eram consideradas estratégicas para a campanha. Além do PP, o Republicanos decidiu não apoiar oficialmente nenhuma candidatura presidencial. O União Brasil, o MDB e a federação progressistas também eram apontados como caminhos possíveis para uma aliança mais ampla, mas as negociações não avançaram.

Com a ausência de uma legenda

Ed Alves/CB/D.A Press



Gaspar para Flávio durante o anúncio: “Sou o seu soldado, sempre leal e pronto para servir”

Saiba mais

Pedido de investigação

O deputado Alfredo Gaspar é alvo de um pedido da Polícia Federal, feito ao Supremo Tribunal Federal (STF), para investigar a denúncia de estupro de vulnerável contra o parlamentar. A representação à corporação foi feita pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) e pela senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS). O procedimento tramita sob sigilo e em fase preliminar.

Procurada pelo **Correio**, a assessoria de Gaspar negou a acusação e

afirmou que o deputado é alvo de uma ofensiva política. Na época em que a denúncia veio à tona, durante a CPI do INSS, a defesa sustentou que um exame de DNA afastou a hipótese de paternidade da criança mencionada na representação e que foram adotadas medidas judiciais para responsabilizar os autores da representação.

Outro episódio diz respeito à fiscalização de recursos destinados por Gaspar ao município de São José da Laje (AL) por meio das chamadas

“emendas Pix”. Ainda durante a repercussão inicial do caso, a assessoria do deputado divulgou uma nota, reenviada novamente ontem ao **Correio**, na qual afirma que ele não é investigado no procedimento que tramita nos órgãos de controle.

A assessoria afirma que as emendas foram destinadas “de forma regular” e que a responsabilidade pela execução dos recursos e pela prestação de contas é exclusiva da Prefeitura de São José da Laje.

Marinho, entre outros.

Apesar de não ter comparecido ao evento, Michelle Bolsonaro se manifestou pelas redes sociais após o anúncio da chapa. Em publicação, desejou sucesso à composição.

No discurso, Gaspar afirmou que assume a candidatura como “um soldado do Nordeste” e prometeu lealdade durante toda a campanha. “Eu sou o seu soldado. Estarei como para-choque, na retaguarda, sempre leal e pronto para servir”, disse.

Costa Neto afirmou que Gaspar havia sido escolhido há meses. A declaração buscou apresentar a escolha como uma decisão planejada pelo partido. “Escolhi o Alfredo há seis meses. Isso que eu não entendi, como não vazou. É impressionante”, declarou. De acordo com o dirigente, desde o início das conversas, orientava Flávio a preservar a informação. “Eu falava para eles: ‘Pelo menos fala para o Alfredo não falar nada. Isso não pode vazaz. Vamos levar isso até o final’”.

Escolha na medida para as pretensões de Lira

» ALÍCIA BERNARDES

A escolha do deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL) para vice na chapa de Flávio Bolsonaro (PL) provocou uma reconfiguração no tabuleiro político de Alagoas. Ao deixar a disputa por uma das duas vagas ao Senado, ele abre espaço para que o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) encontre um caminho menos competitivo entre o eleitorado conservador, ao mesmo tempo em que cria condições para uma nova rodada de negociações entre lideranças do estado visando as eleições de outubro.

Antes da definição da chapa presidencial, Gaspar era apontado

como um dos principais nomes da direita para o Senado e disputava diretamente o mesmo segmento com Lira. Com sua saída da corrida estadual, interlocutores avaliam que o ex-presidente da Câmara passa a ter maior margem para consolidar sua candidatura. Nos bastidores da política alagoana, a leitura predominante é de que a mudança reduz a fragmentação do campo conservador e favorece uma reorganização das alianças locais.

A decisão também diminui um dos principais pontos de tensão entre Lira e o ex-prefeito de Maceió João Henrique Caldas, o JHC (PS-DB). O lançamento simultâneo das pré-candidaturas de Lira e Gaspar

ao Senado havia estreitado o espaço político para que o grupo de JHC participasse da composição da chapa majoritária. Com apenas um dos nomes permanecendo na disputa, dirigentes enxergam maior possibilidade de retomada do diálogo entre os dois grupos, ainda que nenhuma negociação tenha sido oficializada.

Integrantes da direita afirmam que a indicação de Gaspar foi construída levando em conta tanto a estratégia nacional quanto os reflexos em Alagoas. “Flávio foi estratégico. Gaspar é bom, e vamos conseguir tirar o Brasil das mãos de Lula e Lulinha”, afirmou ao **Correio** uma fonte ligada ao campo conservador.

Embora Lira não tenha confirmado participação nas articulações que culminaram na escolha do vice, interlocutores próximos sustentam que a nova configuração fortalece sua posição política no estado e reduz um dos principais obstáculos à sua campanha.

Um integrante do governo, ouvido pelo **Correio**, afirmou que a definição da chapa de oposição não altera a estratégia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação às investigações envolvendo seu filho, Fábio Luís Lula da Silva. “Não adianta usar algo que o presidente já deixou bem claro que está nas mãos da Justiça e, se tiver algo, Fábio irá resolver sozinho”, disse.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Trump pode ser um tiro pela culatra

“O Brasil não é para principiantes.” Atribuída ao compositor e maestro Tom Jobim, a frase serve como uma luva para Marco Rubio, secretário de Estado norte-americano e principal arquiteto da mudança de orientação dos Estados Unidos para a América Latina. A política de pressão concebida em Washington pretende enfraquecer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas pode ser um tiro pela culatra.

Até agora, deu a Lula a oportunidade de transformar a crise diplomática numa disputa em defesa da soberania nacional. O tarifaço contra produtos brasileiros, os contatos de integrantes do governo Trump com aliados de Flávio Bolsonaro, a tentativa de enviar funcionários do Departamento de Estado para discutir a integridade das urnas e a revogação do visto da embaixadora Maria Luíza Ribeiro Viotti são iniciativas consideradas ingerências nas eleições deste ano pelo Palácio do Planalto. Washington condiciona a restauração do visto de Viotti à aprovação de Daniel Perez como embaixador dos Estados Unidos.

Nenhuma dessas medidas, isoladamente, decide uma eleição. Juntas, porém, permitem que Lula apresente o confronto como uma disputa entre os objetivos nacionais e uma potência estrangeira interessada no resultado das urnas. Ocupa o lugar institucional de chefe de Estado agredido por pressões externas, enquanto Flávio Bolsonaro corre o risco de ser associado a uma articulação internacional contra seu próprio país.

Trump e Rubio talvez tenham subestimado a complexidade da política brasileira. A pressão externa costuma estimular reações nacionalistas. Lula mobiliza a militância de esquerda, busca apoio de setores democráticos e de eleitores moderados. Quanto mais explícita e truculenta for a tentativa norte-americana de influenciar o processo eleitoral, maior será a possibilidade de Lula se apresentar como defensor da autonomia do país. Entretanto, se a condição de vítima o favorece, o santo é de barro. Lula precisa calibrar suas reações para não agir com soberba e irresponsabilidade.

A Casa Branca promove a reorganização da direita latino-americana. Marco Rubio procura consolidar um eixo conservador no continente, conter a presença econômica da China e apoiar governos identificados com a agenda de Trump. No Cone Sul, Javier Milei tomou-se a principal expressão desse movimento. Sua participação no lançamento da candidatura de Flávio Bolsonaro, em São Paulo, e os ataques feitos a Lula e ao ministro Alexandre de Moraes provocaram uma deterioração sem precedentes nas relações entre Brasil e Argentina.

A América Latina não é um tabuleiro no qual Washington movimentaria aliados sem provocar reações locais. O conflito fortalece a narrativa oficial de que existe uma frente internacional empenhada em derrotar o governo brasileiro, mas também gera críticas da oposição à diplomacia brasileira. Jogar na defensiva não é vergonha para o Itamaraty. Brasil e Argentina compartilham fronteira, comércio, cadeias produtivas e o Mercosul. Milei pode mobilizar sua base atacando Lula, mas não pode romper os vínculos econômicos entre os dois países sem impor custos à própria Argentina.

Resiliência

Trump dispõe de instrumentos poderosos, principalmente o acesso ao mercado norte-americano, as sanções e as tarifas. Ainda assim, poder econômico não se converte automaticamente em influência eleitoral. A pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem mostra essa ambivalência. Lula continua na liderança, com 39% contra 30% de Flávio Bolsonaro no primeiro turno e 44% a 39% no segundo. Entretanto, o senador recompôs parte da unidade da direita, reduziu a rejeição e aumentou a convicção de seus eleitores.

Mas a reconciliação com Michelle Bolsonaro e a reação às restrições judiciais para visitar o pai contribuíram mais para sua recuperação do que o confronto de Lula com os Estados Unidos. O outro lado da moeda são os limites dos dividendos nacionalistas. Em julho, 51% consideravam que ele defendia melhor o Brasil, contra 34% que apontavam Flávio. Agora, a diferença caiu de 17 para oito pontos: 46% a 38%.

Ao mesmo tempo, a avaliação da resposta do governo ao tarifaço passou de um saldo positivo de três pontos para um saldo negativo de cinco: 43% consideram que Lula reagiu mal e 38%, bem. Portanto, a pressão de Trump continua favorecendo a narrativa do presidente, mas a administração efetiva da crise já começa a ser cobrada. Será uma corrida contra o tempo mitigar os efeitos negativos da crise diplomática até as eleições.

A grande incógnita é o impacto econômico das tarifas. O comércio com os Estados Unidos representa cerca de 2% do PIB brasileiro, proporção que permite ao governo sustentar que o país dispõe de escala, mercado interno, reservas internacionais e parceiros comerciais suficientes para absorver o choque.

A diversificação das exportações, principalmente em direção à China, à União Europeia e aos demais países do Sul Global, reduz a capacidade de Washington estrangular a economia brasileira. Essa resiliência macroeconômica, entretanto, não elimina os prejuízos para empresas exportadoras, cadeias industriais integradas aos Estados Unidos e regiões dependentes de determinados produtos de exportação. Isso repercute eleitoralmente nos setores e nos estados mais atingidos.

FAÇA

FACULDADE

SENAC

GRADUAÇÃO E PÓS É AQUI!

FAÇA

GIGANTE

Aulas na Asa Sul, Asa Norte e Taguatinga.

Até **20%** de desconto por tempo limitado

A partir de **R\$ 269,20**/mês

Matricule-se já!

www.df.senac.br (61) 3771-9800

Fecomércio Sesc



Pré-candidaturas presidenciais de direita recorrem aos próprios quadros partidários para a escolha do vice, o que confirma dificuldades no fechamento de alianças. E veem o Centrão jogar na neutralidade para levar vantagem em qualquer cenário

“Puros-sangues” contra Lula

» LUÍZA ALTOÉ
» FABIO GRECCHI

O encerramento do período das convenções partidárias para a confirmação das pré-candidaturas presidenciais e a definição dos vices mostra que a direita vai dividida, no primeiro turno, para a disputa no voto contra Luiz Inácio Lula da Silva, que tenta a reeleição. Seus representantes fecharam chapas “puro-sangue”, o que deixa claro a dificuldade para a concretização de alianças entre os postulantes desse espectro ideológico ao Palácio do Planalto. Expõe, também, que os esforços do PL e de Flávio Bolsonaro para aglutinar os direitistas e o Centrão em torno dele também naufragou, pelo menos na fase inicial do pleito. Para o segundo turno, a história pode mudar.

Pré-candidato do PL, Flávio anunciou, ontem, o deputado e companheiro de partido Alfredo Gaspar (AL) como vice, depois de articulações infrutíferas para trazer a federação União Progressistas, que congrega PP e União Brasil, o Podemos e o Republicanos para sua órbita. A ideia era obter nessas legendas uma candidatura feminina para vice — foram cogitadas a senadora Tereza Cristina (PP-MS), a economista Daniella Marques (Republicanos) e a deputada Renata Abreu (Podemos-SP) —, mas as negociações deram em nada. A solução caseira foi o que restou.

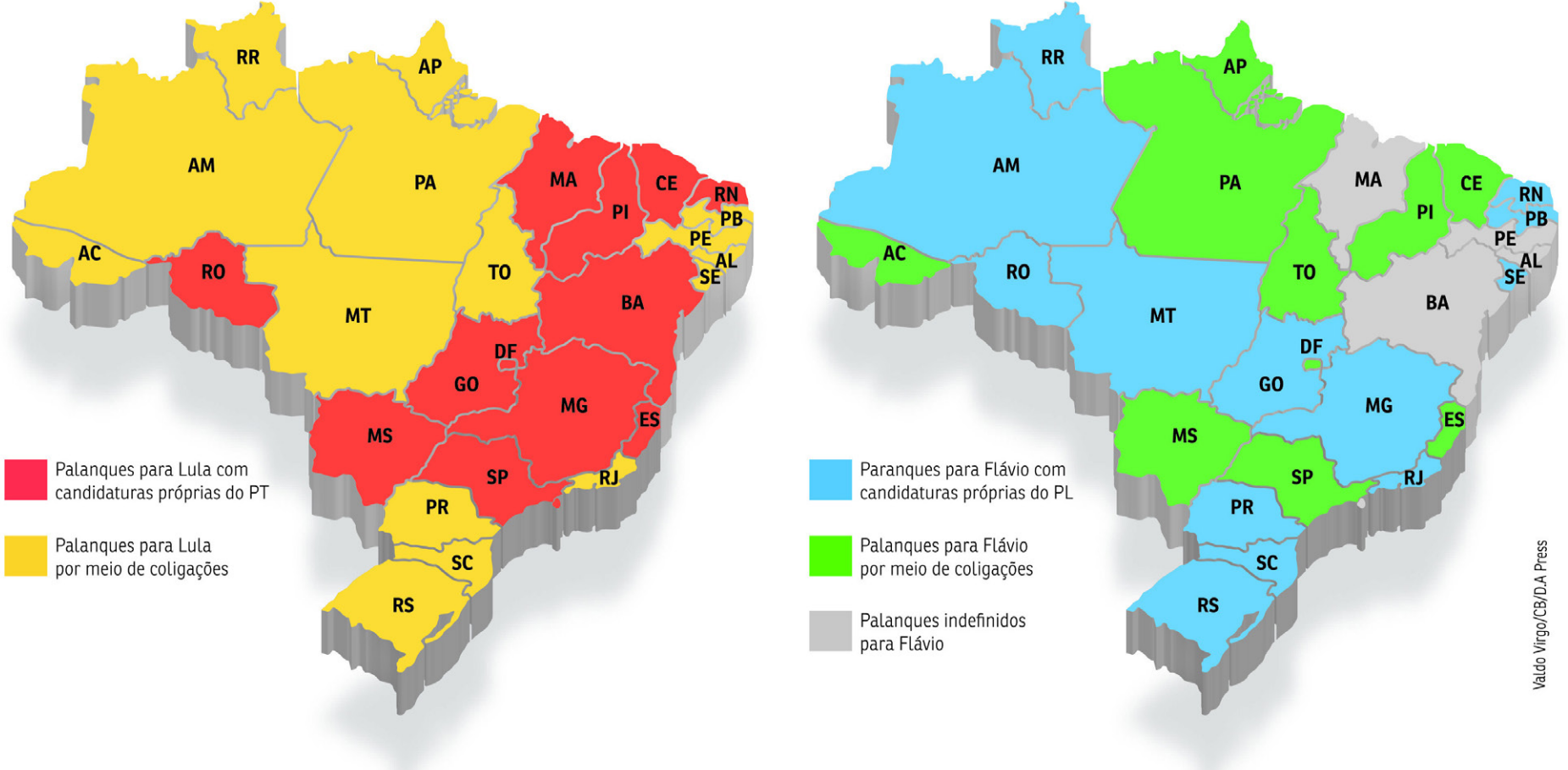
Também ontem, o pré-candidato do Avante, Augusto Cury, fechou com o ex-deputado mineiro Julio Delgado a posição de vice na chapa. Em 30 de julho, porém, a situação estava incerta: Cury se reuniu com outro pré-candidato, Romeu Zema (Novo), para conversarem sobre a hipótese de juntarem forças. O ex-governador de Minas Gerais, porém, manteve firme a postulação e, na terça-feira, anunciou o senador Eduardo Girão (CE) como companheiro de chapa.

A dificuldade de a direita ampliar coligações deu os primeiros sinais quando o pré-candidato do PSD, Ronaldo Caiado, fechou o presidente do próprio partido, Gilberto Kassab, como vice. O ex-governador de Goiás insinuou-se seguidamente para Zema e tentou convencê-lo a tornar-se seu vice. Não funcionou.

Correndo por fora e com críticas a Flávio e ao bolsonarismo — além das que sempre fez a Lula e ao governo —, Renan Santos (Missão) fechou o tenente-coronel da reserva da Brigada Militar gaúcha Aroldo Medina na vice. Companheiros de partido, o pré-candidato à Presidência admite que o parceiro de chapa é um “ex-bolsonarista arrependido” sempre que cobrado a explicar o fato de que

Panorama dos palanques para PT e PL

Situação das articulações fechadas pelos partidos dos dois líderes nas pesquisas de intenção de voto



Esses partidos (do Centrão) têm presença importante no Nordeste, região onde Lula segue com vantagem confortável. Amarrar-se nacionalmente a Flávio significaria contaminar candidaturas estaduais em estados onde o antibolsonarismo é competitivo, e eleger deputado é o negócio principal dessas legendas"

Gustavo Ribeiro, mestre em ciência política pela Universidade Sorbonne

Aroldo frequentava o acampamento golpista montado em frente ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano de Brasília.



Cury escolheu Delgado de vice e também recorreu à chapa “puro-sangue”

Ainda na direita, o Democracia Cristã é mais um que vem com chapa “puro-sangue”: Clariana Barão é a pré-candidata à Presidência com

Fabiana Torquato de vice.

Pela esquerda, também tem chapa “puro-sangue”: a pré-candidata Samara Martins (Unidade

Popular) vai para a disputa ao lado de Raquel Brício. Principal nome do espectro, Lula fechou com o PSB a indicação de Geraldo Alckmin para vice, repetindo a dobradinha de 2022 — o presidente tem ainda apoio de PDT, PCdoB, PV e PSol.

Convencimento

Na avaliação de Gustavo Ribeiro, mestre em ciência política pela Universidade Sorbonne, de Paris, a dificuldade da direita em formar alianças mostra que o Centrão não está convencido de que Flávio ganhará. Ele lembra que as legendas que formam esse grupo no Congresso enxergam o processo eleitoral de forma pragmática, independentemente de ideologias. “Ninguém quer pagar antecipadamente por um ativo cuja cotação ainda considera incerta. Neutralidade, no vocabulário do Centrão, é opção de compra. Eles preservam o direito de aderir ao vencedor em novembro, sem ter gasto nada em agosto”, explica.

De cima do muro, o Centrão fica a cavaleiro para que as legendas que o compõem liberarem diretórios estaduais para alianças locais que sejam vantajosas. “Esses partidos (do Centrão) têm presença importante no Nordeste, região onde Lula segue com vantagem confortável. Amarrar-se nacionalmente a Flávio significaria contaminar candidaturas estaduais em estados onde o antibolsonarismo é competitivo, e

eleger deputado é o negócio principal dessas legendas”, observa.

Na avaliação de Ribeiro, a chapa “puro-sangue” impõe uma dificuldade adicional aos candidatos. “Flávio perde palanques estaduais, que é o que efetivamente move voto no interior. E perde a capilaridade de diretórios municipais em campanha, o ativo que dinheiro nenhum compra em 60 dias”, adverte.

O PT, partido do presidente, terá candidaturas próprias ao governo de 11 estados e ao Distrito Federal. A maior parte delas está localizada no Nordeste, com nomes em cinco dos nove estados da região. Enquanto no Sudeste e no Centro-Oeste há três candidatos do PT em cada, no Norte há apenas um — em Rondônia. No Sul, não há nomes do PT na disputa no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Lula dependerá de outros partidos para construir palanques nos demais estados. Em 15 unidades da Federação, há alianças com o PSB, MDB, União Brasil, PSD, PP, PDT e PV.

Já o PL de Flávio terá candidaturas próprias em 13 estados. No Norte, no Nordeste e no Sul, há três com nome do partido para governador; no Centro-Oeste e no Sudeste, dois. Assim, em 10 estados, a legenda conta com o apoio de outras coligadas para construir palanques — une-se a Podemos, União Brasil, PSD, PP, Republicanos e PSDB.

Redes Sociais/Reprodução



Sobre a saída de Marcola, Lula disse: “Quem errou, que pague”

» ARMANDO HOLANDA

O ex-chefe de gabinete de Luiz Inácio Lula da Silva, Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, deixou a campanha à reeleição do presidente. Ele comunicou a decisão ao presidente do PT, Edinho Silva, e colocou fim a uma situação que tinha chegado a um grau insuportável. Isso porque o próprio Lula deixou claro que ele “não pode ficar mais aqui (na campanha)”, em razão de ter pegado um empréstimo com a empresária e lobista Roberta Luchsinger — amiga de Fabio Luiz Lula da Silva, o Lulinha, ambos suspeitos de tráfico de influência no governo.

Marcola não volta ao Palácio do Planalto. Ele conseguiu que Roberta lhe emprestasse R\$ 249 mil, que, conforme admitiu, foi de cunho absolutamente pessoal. O ex-assessor contratou o advogado Georges Abboud para defendê-lo.

Lula ficou irritado com o episódio, pois sabia que respingaria na campanha num momento em que conseguia emplacar o argumento de que Lulinha deve responder — caso fique constatado — pelos eventuais malfeitos devido à proximidade que tem com Roberta, que é estreita colaboradora de Antonio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS” — personagem principal do escândalo dos descontos indevidos de aposentados e pensionistas da Previdência. A isso, somava-se o fato de que seu principal adversário, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), viu as portas do Centrão se fecharem, uma vez que os partidos que compõem o bloco declararam neutralidade na corrida presidencial. Daí porque ordenou que Marcola não apenas explicasse o empréstimo, como apresentasse documentos que o confirmasse.

A avaliação no núcleo político

do PT é de que o anúncio da saída estanca o desgaste. Há tempos um colaborador do presidente, Marcola deixou a chefia de Gabinete de Lula para atuar na estrutura eleitoral e era tratado como um dos principais responsáveis pela articulação política na corrida eleitoral. A campanha não pretende, neste momento, escolher um substituto para a função. De acordo com integrantes da coordenação, a tendência é redistribuir as atribuições de Marcola entre integrantes da equipe — e evitar uma eventual disputa por espaço.

Para petistas e aliados, o foco deve permanecer na agenda eleitoral e nas ações para estancar os efeitos políticos do episódio, que, já se sabe, será explorado pela oposição.

Autonomia para apurar

Entretanto, em reunião com dirigentes do PSol e da Rede, ontem, Lula disse que, no seu governo, a

Polícia Federal tem autonomia para investigar quem quer que seja e que não há privilégio para ninguém no governo, nem mesmo Lulinha — contra o qual há três inquéritos abertos pela PF por suposto tráfico de influência. Diante dos aliados, afirmou que, ao longo da história, a direita fez uso político de denúncias de corrupção não comprovadas, na tentativa de derrubar governos, fazendo referência às gestões de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Foi nesse momento que citou a explicação dada por Marcola para os pagamentos recebidos.

Durante uma hora de reunião na qual entraram em cena assuntos de campanha, projetos empacados no Senado, como o fim da escala 6x1, e até as brigas com os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, e da Argentina, Javier Milei, Lula reiterou aos dirigentes dos partidos que quem é alvo de denúncias precisa se explicar.

“Quem errou, que pague”, insistiu ele. Mesmo assim, afirmou ter ficado “triste” com a saída de Marcola, que o acompanhava há aproximadamente 11 anos. Disse, porém, que ele terá todo o tempo necessário para se defender.

O encontro também contou com a participação do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, que é do PSol, e de Edinho Silva, que também coordena a campanha de Lula.

Os dirigentes da federação PSol-Rede apresentaram a Lula um documento com propostas para o programa de governo de um eventual quarto mandato do petista. Um dos parágrafos do texto, intitulado “Carta ao Lula”, diz que a vigorosa ação da PF contra a “gangsterização da política”, sem proteger nem perseguir ninguém, precisa continuar, “doa a quem doer”. (Com Fabio Grecchi e Agência Estado)

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Marinho, o padrinho

Rogério Marinho foi um dos nomes cogitados para vice de Flávio, mas não quis porque prefere ser candidato a presidente do Senado para ter o controle da Casa. E permitir a tramitação de processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal.

Discurso anti-Lulinha

A tarefa de Alfredo Gaspar nesta campanha é usar o trabalho como relator da CPMI do INSS para reforçar as denúncias contra Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, com o intuito de desgastar o pai presidente e candidato à reeleição.

Atestado de inabilidade

Do alto da respeitabilidade e da experiência que acumulou ao longo de 40 anos de carreira política, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) foi direto ao comentar a escolha de Gaspar: “É uma pessoa muito qualificada, mas não é disso que se trata. A indicação dele veio depois de várias tentativas de ampliação que a campanha do Flávio Bolsonaro fez. Então, é antes de tudo um atestado de uma incapacidade de ampliar a sua base de apoio”, afirmou à coluna, no 8º Brasília Summit Lide-Correio Braziliense.

Espere setembro chegar

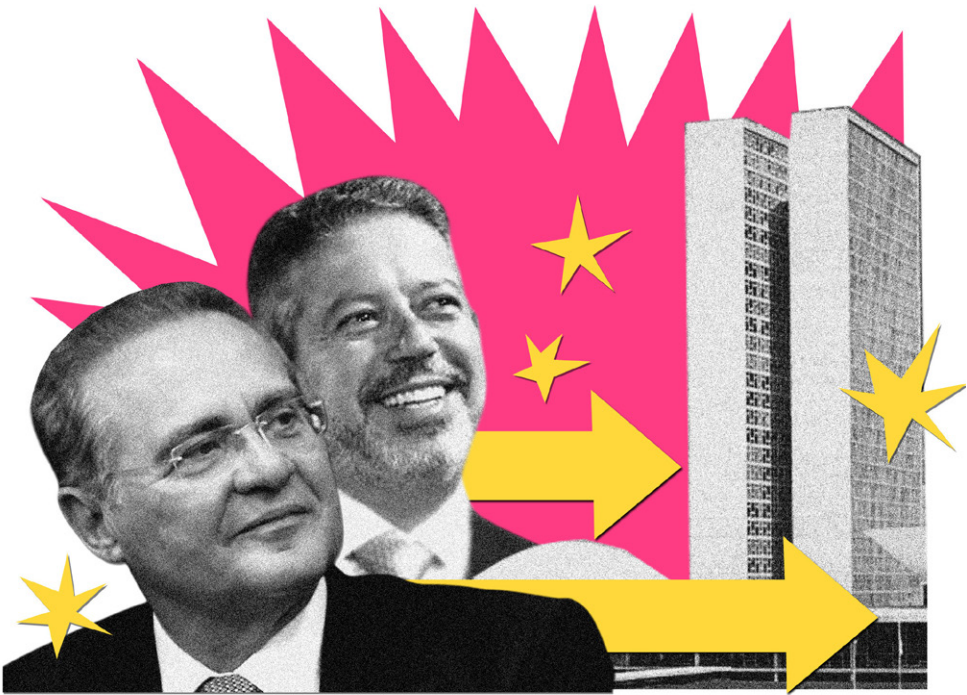
A pesquisa **Correio/Opinião** Inteligência Política para a Presidência da República no DF mostra Flávio na liderança, com 33,5%, e Lula, com 32%. Está mais apertado para o petista do que foi na pesquisa de agosto de 2022, quando Lula tinha 39% e o então presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, 36,7%. Naquela eleição, Bolsonaro ultrapassou Lula e fechou o primeiro turno com 51,6% dos votos. Lula ficou com 36,8% dos votos do DF. A ultrapassagem foi detectada pelo mesmo instituto, em 5 de setembro de 2022.

Trilha aberta para Lira e Renan

A escolha do deputado Alfredo Gaspar (PL-AL) para compor a chapa de Flávio Bolsonaro ao Palácio do Planalto ajuda dois personagens numa das disputas mais ferrenhas para o Senado: Renan Calheiros (MDB) e Arthur Lira (PP). O ex-relator da CPMI do INSS era candidato a senador, reforçou isso, inclusive, na madrugada anterior a seu anúncio como o parceiro do filho 01 de Jair Bolsonaro na campanha presidencial. Agora, a tendência é a de que Renan e Lira consigam atingir o objetivo eleitoral, em outubro.

» » »

O melhor dos dois mundos / Até aqui, Lira, feliz com a ida de Gaspar para a campanha presidencial, não pretende colar sua campanha à de Flávio. Prefere seguir a neutralidade adotada pela direção nacional do partido. Lira pretende fazer a própria campanha, em parceria com prefeitos de partidos de centro que apoiam Lira, mas não estão fechados com os Calheiros. Porém, Flávio tem esperanças de que isso seja revisto. Afinal, ele espera que Gaspar, uma indicação do coordenador da campanha, Rogério Marinho, seja a porta de entrada no eleitorado nordestino, onde Lula tem a preferência. Até aqui, porém, a escolha não levou a ampliar seu palanque nem em Alagoas, nem em outros estados. A ver como será ao longo da campanha.



CURTIDAS



Marcelo Ferreira/CF/DA Press

A Faria Lima só observa/ Ninguém levou muita fé na escolha de Alfredo Gaspar como vice de Flávio. Quem ganha com isso, conforme avaliam por lá, é Ronaldo Caiado (PSD, foto).

Por falar em Caiado.../ Ele tem 11,5% dos votos do DF, conforme a pesquisa estimulada **Correio/Opinião**. Sinal de que ainda pode crescer por aqui, furando o bloqueio da polarização.

Palavra do decano/ Logo depois da palestra de abertura do 8º Brasília Summit Lide **Correio Braziliense**, o ministro Gilmar Mendes, do STF, comentou a escalada de tensão entre Brasil e Estados Unidos. “É preciso ter muita serenidade, muita calma nessa hora. A gente tem que ter um olhar mais amplo, vendo sempre a árvore e a floresta. A relação do Brasil e dos Estados Unidos é mais do que secular, e é extremamente importante que prossiga dentro dos parâmetros da diplomacia”, argumentou.

A nova onda do BRB/ No mesmo evento, o diretor-executivo de Atacado e Governo do BRB, Bruno Watanabe, foi direto: “Quando existem regras claras, estabilidade e segurança jurídica, criam-se condições para que investimentos aconteçam e saiam do papel. Nosso papel como banco público é conectar crédito e projetos que gerem emprego, renda e competitividade”. Logo depois do evento, uma autoridade que estava na plateia comentou com a coluna que os tempos de irresponsabilidade de Paulo Henrique Costa acabaram no banco.

RELAÇÕES EXTERIORES

Suspensão de visto é “irresponsável”

Desabafo de Lula foi em entrevista a podcasts, um dia depois de EUA terem cassado permissão da embaixadora em Washington

» ARMANDO HOLANDA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou como “irresponsável” e “impensada” a decisão do governo dos Estados Unidos de suspender unilateralmente o visto da embaixadora do Brasil em Washington, Maria Luiza Viotti. Em entrevista concedida, ontem, aos podcasts Meteoro Brasil, Os Três Elementos e BlaBlaLogia, afirmou que a medida prejudica a relação diplomática entre os dois países e acusou Washington de tentar impor ao Brasil o ritmo da nomeação do novo embaixador americano.

“Achei uma atitude irresponsável, impensada para os dois países, que têm uma relação diplomática há 200 anos”, afirmou.

Lula também criticou a cobrança feita pelo governo de Donald Trump para que o Brasil conceda o “agrément” a Daniel Perez, diplomata indicado pelo Departamento de Estado norte-americano para chefiar a embaixada dos Estados Unidos em Brasília. Segundo o presidente, Washington manteve o posto vago por cerca de um ano e meio e, agora, pretende estabelecer um prazo para a decisão brasileira.

“Os EUA não deram importância à embaixada no Brasil porque tem um ano e meio que [Donald Trump] está no poder e não mandou para cá. Aí tentou mandar e acha que a gente tem obrigação de fazer na data que eles querem? Não é correto, não é possível”, afirmou Lula.

A crítica é a primeira reação do presidente à decisão do Departamento de Estado norte-americano de suspensão do visto diplomático da embaixadora Maria Luiza Viotti, responsável pela representação brasileira em Washington. A

medida, inédita nas relações recentes entre os dois países, não impede que ela permaneça em solo dos Estados Unidos nem exerça suas funções à frente da embaixada. Com autorização específica de trabalho vinculada ao cargo diplomático, ela continua apta a representar oficialmente o Brasil, mas perde as prerrogativas migratórias associadas ao visto especial. O governo norte-americano informou que a restrição poderá ser revertida caso o Brasil conceda o aval diplomático para a indicação de Daniel Perez.

Pressão

O Ministério das Relações Exteriores interpreta a decisão dos EUA como uma forma de pressionar o governo brasileiro a acelerar a análise do “agrément”. Isso porque trata-se de uma inversão da prática diplomática, uma vez que a aceitação do nome do representante diplomático é uma decisão exclusiva de cada Estado e não costuma estar sujeita a pressões públicas ou medidas de retaliação.

Lula também sinalizou que o governo não pretende alterar a postura diante da ofensiva dos EUA. Segundo o presidente, novos embaixadores não deverão ser recebidos antes das eleições de outubro.

Daniel Perez é muito ligado ao secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, sobretudo porque ambos têm a mesma origem — cubanos que fugiram para os EUA por causa da revolução comandada por Fidel Castro, em 1958. Além disso, ambos são ferrenhos defensores dos princípios do MAGA — o “Make America Great Again”, movimento ultranacionalista que é um dos principais pilares do governo Trump.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Maria Luiza poderá continuar em solo norte-americano e só recupera o visto se o Brasil aceitar Daniel Perez

À espera da contrapartida da Argentina

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo brasileiro projeta o enfraquecimento das relações com a Argentina depois da opção do Ministério das Relações Exteriores (MRE) por retirar o embaixador Júlio Bitelli e manter um encarregado de negócios à frente da representação diplomática no país vizinho. Segundo interlocutores do Palácio do Planalto, o rebaixamento das relações entre os países, decidida na terça-feira, deve fazer com que o governo de Javier Milei adote a mesma postura em contrapartida.

Nem mesmo o fato de o ministro das Relações Exteriores da

Argentina, Pablo Quirno, ter afirmado, ontem, que não tomará medidas diplomáticas em resposta ao rebaixamento das relações diplomáticas com o Brasil fez com que o MRE e o Palácio do Planalto deixassem de aguardar uma medida semelhante em retorno. Isso porque Milei em momento algum mostrou apreço pelas relações entre os países — tanto que, ainda na campanha presidencial, afirmou várias vezes que retiraria a Argentina do Mercosul caso chegasse a Casa Rosada. Só não levou o projeto adiante por necessitar aprová-lo no Parlamento.

Porém, na coletiva que deu na Casa Rosada, Quirno disse que seu

governo não reagiria ao Brasil na mesma proporção. “A Argentina lamenta a decisão unilateral do Brasil. Acreditamos que esse não seja o caminho. Estamos sempre dispostos a manter as relações. Como disse recentemente em uma entrevista, da nossa parte não haverá nenhuma ação diplomática em resposta ao que o Brasil fizer. O Brasil tem todo o direito de tomar as decisões que entender. Nós continuaremos mantendo as relações no nível que o Brasil decidir. Ou seja, para brigar, são necessários dois. Não contem com a Argentina para isso”, disse.

Quirno ainda assim fez uma provocação: disse que a Argentina

espera que uma “mudança de direção ideológica” aconteça no Brasil, em referência à eleição presidencial deste ano. “É um desejo expressado pelo presidente Javier Milei e acredito que não devemos perder de vista que as reações argentinas nunca foram a nível diplomático”, afirmou.

A crise se agravou depois das repetidas ofensas de Milei. A primeira foi na convenção do PL, que confirmou o nome de Flávio Bolsonaro pré-candidato à Presidência. Na ocasião, o presidente argentino chamou Lula de “ladrão” e de “ex-presidiário”. (Com Agência Estado)



Os EUA não deram importância à embaixada no Brasil porque tem um ano e meio que [Donald Trump] está no poder e não mandou para cá. Aí tentou mandar e acha que a gente tem obrigação de fazer na data que eles querem? Não é correto, não é possível”

Presidente Lula



IDEB 2025 / Ensino fundamental supera a meta nos anos iniciais, enquanto os anos finais e o ensino médio ficam abaixo do mínimo

Educação avança, mas há muito a melhorar

» MARÍLIA MILHOMEN
» CAETANO YAMAMOTO*

O Brasil avançou em todas as etapas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador para medir a qualidade do ensino brasileiro, mas não conseguiu atingir as metas que deveriam ter sido alcançadas pelos anos finais do ensino fundamental (5º ao 9º ano) e do médio ainda em 2021. Nesse cenário, o Distrito Federal mantém um desempenho acima da média para o ensino fundamental, mas permanece no patamar inferior quando se avalia o ensino médio.

Os dados do Ideb 2025 foram anunciados ontem pelo Ministério da Educação (MEC). O índice é divulgado a cada dois anos e leva em consideração a nota obtida pelos estudantes em avaliações de português e matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o fluxo escolar, ou seja, as informações de aprovação e reprovação. As notas do Ideb variam de 0 a 10.

Nas últimas décadas, o Brasil ampliou o acesso à escola, mas avança a passos lentos na melhora da aprendizagem, o principal gargalo para formar melhor as crianças e adolescentes e preparar os jovens para o mercado de trabalho. Segundo especialistas, as avaliações são cruciais para medir o êxito de políticas públicas e replicar iniciativas exitosas.

Os anos iniciais do ensino fundamental concentram o melhor desempenho do país no indicador. Em 2025, a etapa registrou Ideb 6,3, alta em relação à nota 6 obtida em 2023. Na divulgação passada, a etapa havia alcançado a meta fixada para 2021 (6 pontos). É a única etapa da educação básica a atingir a meta e em que os alunos têm nível adequado de aprendizagem em língua portuguesa e matemática.

Nos anos finais, apesar do avanço da nota, o Brasil ainda não atingiu os 5,5 pontos previstos para 2021. No Ideb de 2025, o fundamental 2 ficou com nota 5,3, acima dos 5 pontos registrados em 2023.

Apesar dos investimentos, o

Divulgação MEC



Ministro da Educação, Leonardo Barchini: apesar dos problemas históricos, país busca metas ousadas

último ciclo do ensino básico segue como a etapa mais distante da meta de 5,2, estabelecida em 2021. No ano passado, o Brasil alcançou a nota 4,5, um pouco maior que os 4,3 registrados no Ideb 2023.

Mesmo com a defasagem de cinco anos nas metas, o ministro da Educação, Leonardo Barchini, mostrou-se otimista. Ele destacou que os índices são os mais altos já registrados no ensino brasileiro. “Nesses 20 anos, enfrentamos os três problemas históricos da educação: o acesso, que está praticamente resolvido; a trajetória (fluxo escolar), que era um problema crônico no Brasil, com as piores taxas do mundo há duas décadas; e a aprendizagem. O Ideb e o compromisso nacional foram criados para isso. O pacto da sociedade e as alterações legislativas, bem como a implementação de programas governamentais nos últimos 20 anos, visavam exatamente nos trazer até

este momento”, afirmou.

“Sobre não alcançar as metas, eu fico tranquilo com isso, porque a gente tinha de trocar o pneu do carro com o carro em movimento, quando tem de trabalhar fluxo e acesso ao mesmo tempo que a proficiência, é natural que tenha muitas dificuldades”, acrescentou o ministro.

Em relação ao ensino médio, os representantes do MEC afirmam que os impactos das políticas implementadas pelo governo federal na etapa ainda não foram captados nesta edição do Ideb, mas devem ter reflexos na próxima avaliação. “É natural que tenha muitas dificuldades. O Brasil nunca olhou para o ensino médio. Em 1988, 7% terminavam o ensino médio. Agora, são 80%. É uma escola tardia no Brasil, a gente está aprendendo a fazer o ensino médio agora”, comentou o titular do MEC.

O ministro afirmou que o fato de

o país não ter batido metas de 2021 nos anos finais e no médio não impedirá o MEC de traçar objetivos ousados para o Ideb. Barchini também elogiou estados que pontuaram bem na avaliação, independentemente do espectro político. “Temos experiências espetaculares. A gente tem na direita Goiás e Paraná, e temos na esquerda Ceará e Piauí. Temos exemplos de que é possível fazer”, disse.

Os dados mostram melhoria na aprendizagem em português e em matemática, mas só nos anos iniciais do fundamental os alunos têm nível adequado de aprendizagem. Nos anos finais do fundamental e no médio, o nível de aprendizagem é básico, conforme a escala de proficiência construída pelo Todos pela Educação com base na matriz do Saeb. **(Com Agência Estado)**

* Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Ranking pelo país

No Distrito Federal, 70 escolas de ensino médio e 156 de anos finais do ensino fundamental tiveram índice calculado. O Colégio Militar de Brasília, da rede federal, e o Colégio Militar Dom Pedro II, da rede distrital, lideram com 5,9. Em seguida aparecem o Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Técnica (Cemi EP) do Gama, com 5,7, e o Centro Educacional (CED) 08 do Gama, com 5,3.

Completam as dez primeiras posições o CED Taquara, em Planaltina, com 5,1; os campi do Instituto Federal de Brasília (IFB) no Riacho Fundo e no Plano Piloto, com 4,8; o CED do Lago, no Lago Sul, com 4,6; e o CEM 01 do Guará e o CED 04 de Brazlândia, ambos com 4,5.

Do 6º ao 9º ano, o Colégio Militar Tiradentes tem a maior nota do DF, 7,4. O Colégio Militar Dom Pedro II aparece com 7,3 e o Colégio Militar de Brasília, com 7,1.

O CED 08 do Gama, com 6,0, é a escola mais bem colocada entre as que não fazem seleção de ingresso. Depois vêm o CEF Polivalente, no Plano Piloto, com 5,9; o CEF 03 do Gama, com 5,8; e o CEF 04 de Brasília, também com 5,8.

No ranking nacional, o estado do Ceará é referência. As dez primeiras colocadas do país são todas do estado nordestino, e todas da rede municipal.

Em relação ao ensino médio, Goiás ocupa cinco das dez primeiras posições. Mas a unidade mais bem pontuada do país é a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, da rede federal, em Barbacena (MM).

SABATINA COM CANDIDATOS AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Com a tradição de quem acompanha de perto a história de Brasília, o Correio Braziliense realizará sabatinas com os **candidatos ao Governo do Distrito Federal nas Eleições 2026.**

Cada entrevistado terá a oportunidade de detalhar suas metas e soluções para áreas essenciais como segurança pública, saúde, educação e economia.



11 DE AGOSTO
A PARTIR DAS 9H

Acompanhe a discussão ao vivo no YouTube e redes sociais do Correio Braziliense



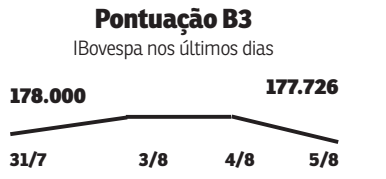
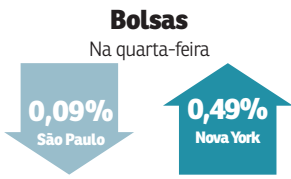
CORREIO.BRAZILIENSE

Realização:

**CORREIO
BRAZILIENSE**

Produção:

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO



Últimos	
30/julho	5,061
31/julho	5,070
3/agosto	5,087
4/agosto	5,130



Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88
Abril/2026	0,67
Maiio/2026	0,58
junho/2026	0,16

POLÍTICA MONETÁRIA

Copom reduz juros para 14% ao ano

Selic tem quarto corte consecutivo no ano, mas BC mantém cautela e evita sinalizar nova redução na reunião de setembro

» ROSANA HESSEL

Sem surpresas, o Banco Central anunciou, ontem, o quarto corte consecutivo de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros da economia (Selic), para 14% ao ano, em decisão unânime. No comunicado divulgado ao final da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o BC procurou manter o tom mais cauteloso e não sinalizou se haverá um novo corte na próxima reunião do comitê, em setembro.

A decisão de corte de juros foi unânime entre os sete diretores do colegiado liderado pelo presidente do BC, Gabriel Galípolo. Apesar da desaceleração das pressões inflacionárias recentes e da perspectiva de queda de preço nos dados de curto prazo, o Copom destacou, no comunicado, que houve aumento das incertezas no cenário externo, em grande parte, devido às indefinições da política monetária de economias avançadas e pelo conflito no Oriente Médio, “provocando volatilidade nos preços de ativos e commodities”, mas não mencionou o fenômeno climático El Niño, que deve pressionar preços daqui para frente. “Em decorrência da dinâmica dos riscos associados à evolução dos preços, o Comitê reafirma que a magnitude total do ciclo de calibração será estabelecida à luz de novas informações visando assegurar a convergência da inflação à meta”, destacou o documento, que também incluiu aumento da preocupação com a piora do quadro fiscal.

Entidades do setor produtivo elogiaram a medida, mas destacaram que o tamanho do corte ainda é insuficiente para ajudar na recuperação da atividade industrial, que enfrenta dificuldades para investir devido ao elevado custo do crédito. “Não há justificativa compreensível para a manutenção da taxa de juros, em um nível tão alto. A decisão do Banco Central piora a perspectiva para a indústria, já tão prejudicada pelas incertezas no cenário externo. Além disso, o crédito caro compromete gravemente a renda das famílias, que já apresentam níveis recordes de endividamento e inadimplência”, afirma Ricardo Alban, presidente da A Confederação Nacional da Indústria (CNI), em nota da entidade. Com essa redução da Selic, os juros reais — descontada a

inflação — o Brasil segue na liderança do ranking mundial de 40 economias listadas, com taxa real de 9,30% anuais, à frente de Rússia (9,09%) e de Colômbia (6,16%), conforme levantamento da MoneYou e Lev Intelligence. Enquanto isso, o Japão, na lanterna do ranking, apresenta juros reais negativos de 1,42% anuais.

Gastos públicos

O diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Alexandre Andrade, mostrou preocupação com a elevação de gastos do governo. Ele lembrou que o aumento segue em ritmo acelerado tanto que o estouro da regra de ouro — que impede que o governo evite se endividar para cobrir gastos correntes — neste ano pode chegar a R\$ 288 bilhões, acima dos R\$ 185 bilhões já autorizados pelo Congresso. “A regra de ouro não vem sendo respeitada desde 2019 e isso é preocupante, porque contribuiu para a deterioração das contas públicas”, destacou Andrade.

O economista e ex-diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas Gomes ressaltou que, devido ao desequilíbrio das contas públicas, o mercado continua exigindo um prêmio de risco relevante para financiar a dívida pública, refletindo dúvidas sobre o equilíbrio fiscal, o ambiente eleitoral e os riscos externos. “O Banco Central está em uma sinuca de bico, porque essa redução de juros continua deixando os juros elevados, apesar de o ambiente de curto prazo ser deflacionário”, disse ele, em referência à recente desaceleração dos indicadores de inflação, devido à queda dos preços dos alimentos. “Estamos em um ambiente deflacionário, mas, se o governo não fizer um ajuste fiscal, o Banco Central, se quiser continuar independente, não vai ter espaço para reduzir os juros, porque o governo está gastando muito e não ajuda na política fiscal”, alertou.

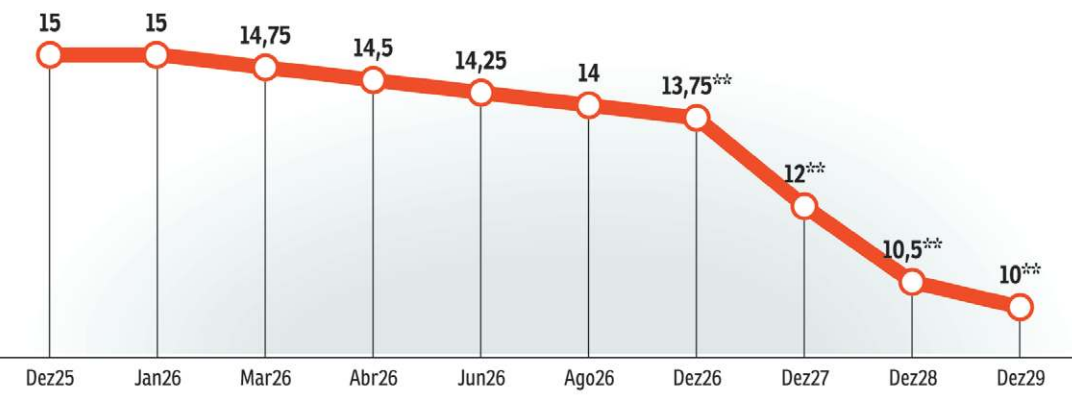
Luís Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, também recordou que, depois dos ruídos da reunião do Copom de junho, o Banco Central resolveu ser mais sucinto no comunicado e evitar contratempos, tanto que o número de palavras caiu de 847 para 654, pelas contas dele, e, ao mesmo tempo, deu sinais de que pode pausar

No topo

O Banco Central decidiu, pela quarta reunião consecutiva, reduzir a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto percentual, para 14% ao ano, contudo, o país segue no topo do ranking de maior juro real — descontada a inflação — do planeta

EVOLUÇÃO DOS JUROS BÁSICOS NOMINAIS

Reunião do Copom* Taxa Selic — Em % ao ano



*Copom - Comitê de Política Monetária

**Mediana das estimativas do mercado coletadas pelo Banco Central em 31 de julho de 2026

Fontes: Banco Central e analistas

RANKING GLOBAL

Desde junho, o Brasil voltou a liderar o ranking global de juros reais e, neste mês, continuou na mesma colocação, conforme levantamento da MoneYou e Lev Intelligence junto a 40 economias

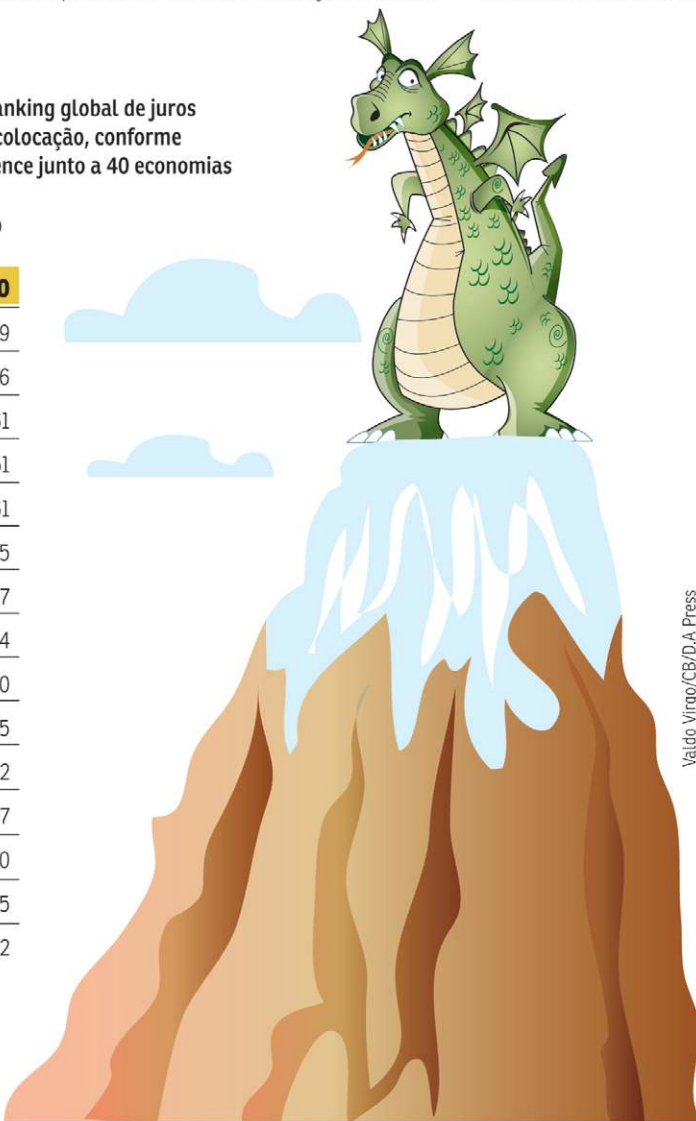
Taxa de juro real ex-ante* — Em % ao ano

1	Brasil	9,30
2	Rússia	9,09
3	Colômbia	6,16
4	Indonésia	4,61
5	Argentina	4,51
6	Turquia	3,61
7	México	2,65
8	África do Sul	2,37
9	Chile	2,04
10	Tailândia	1,80
14	Índia	1,35
25	China	0,12
26	Estados Unidos	0,07
38	Espanha	-0,90
39	Nova Zelândia	-1,05
40	Japão	-1,42

Média Geral 1,38

*Descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses

Fontes: Banco Central e MoneYou/Lev Intelligence



Valdo Virgo/CB/D.A Press

INVESTIGAÇÃO

PF conclui inquérito sobre Master x BRB

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal concluiu ontem o inquérito aberto para apurar a venda de R\$ 12 bilhões de títulos podres do Banco Master ao Banco de Brasília (BRB). De acordo com investigadores ouvidos pela reportagem, sob condição de anonimato, as equipes policiais desvendaram o emaranhado de recursos envolvidos e a origem dos papéis fraudulentos.

O montante inicial surpreendeu os investigadores, que avaliaram que o esquema é muito maior do que se imaginava. Em julho, o **Correio** adiantou que a conclusão das diligências ocorreria no início de

agosto. A Operação Compliance Zero, que investiga o esquema do Banco Master, foi dividida em várias etapas. Os prejuízos causados ao BRB estão presentes na primeira parte, pois estão em avaliação desde que o esquema criminoso foi descoberto.

Nos próximos dias, a Polícia Federal enviará o indiciamento dos envolvidos ao Supremo Tribunal Federal (STF), e à Procuradoria-Geral da República. Entre os alvos estão Daniel Vorcaro, dono do Master, e Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB. Paralelamente, outras investigações vão continuar em curso, como o envio de dinheiro ao exterior, a participação

de outros envolvidos, além da contratação de influenciadores e jornalistas para atacarem o Banco Central por meio das redes sociais.

O financiamento do filme *Dark Horse* e o suposto envolvimento de Flávio Bolsonaro ainda está na etapa inicial das investigações. Fontes na corporação acreditam ser remota a chance da realização de busca e apreensão ou de prisões sobre este trecho da investigação durante o período eleitoral, mas não descartam a hipótese, a depender dos rumos das diligências.

Outra etapa que ainda está em andamento é a que apura se ocorreu o envolvimento de autoridades locais

do Distrito Federal, como deputados distritais, do ex-governador Ibaneis Rocha e do publicitário Thiago Miranda no esquema. Em relação a este grupo, ventila-se a possibilidade de ocorrer uma nova fase da operação para o cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão de passaporte nas próximas semanas.

Eventuais acordos de delação premiada podem atrasar a conclusão das diligências, caso tragam informações relevantes e ainda desconhecidas pelos investigadores. No entanto, neste momento, a única colaboração em tratativa é do advogado Daniel Monteiro, preso em São Paulo.

Rovena Rosa/Agência Brasil



Investigadores apuravam a venda de R\$ 12 bi de títulos do Master ao BRB



Juristas, especialistas e parlamentares concordam que a fragilidade regulatória atravanca o desenvolvimento do país

Falta de regras claras é o maior gargalo

» FERNANDA STRICKLAND

A necessidade de fortalecer a segurança jurídica para ampliar os investimentos privados em infraestrutura dominou os debates da abertura do 8º Brasília Summit, promovido pelo Lide — Grupo de Líderes Empresariais em parceria com o **Correio Braziliense**, ontem. Integrantes do Judiciário, do Congresso Nacional e do sistema financeiro convergiram na avaliação de que a previsibilidade regulatória, estabilidade institucional e respeito aos contratos são fatores decisivos para reduzir o déficit de investimentos e acelerar projetos estratégicos no país.

O 8º Brasília Summit contou com uma abertura, para falar do tema em geral. No primeiro painel, foi discutido sobre “Segurança Jurídica como pilar para investimentos em infraestrutura rodoviária, ferroviária e metروiária”. Já no segundo painel, foi falado sobre “Segurança Jurídica no setor de energia e transição energética no Brasil”. O evento terminou com uma palestra especial, concedida pelo deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Ao abrir o encontro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, afirmou que o Brasil ainda investe pouco mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura, percentual considerado insuficiente para atender às necessidades nacionais. Ele apontou estimativas do setor mostrando que o país precisaria elevar esse índice para mais de 4% do PIB para superar os gargalos históricos em áreas como transportes, energia, saneamento e infraestrutura digital. “Essa diferença não será coberta apenas pelo orçamento público, permanentemente pressionado. Ela depende, em larga medida, do capital privado, nacional e estrangeiro. E o capital privado, todos sabemos, não se mobiliza por decreto, mas pela perspectiva de retorno. É aqui que entram a confiança e sua pré-condição, a segurança jurídica”, alertou o magistrado, ao destacar que investidores nacionais e estrangeiros buscam ambientes marcados por estabilidade institucional e previsibilidade das regras. “Projetos de infraestrutura são, por natureza, empreendimentos de longa maturação. Uma concessão rodoviária ou ferroviária, um contrato de saneamento, um projeto de geração ou transmissão de energia estendem-se por 20, 35 anos. Quem investe hoje precisa ter a certeza de que as regras pactuadas serão honradas ao longo de décadas, atravessando diferentes governos. e diferentes maiorias políticas. Sem confiança legítima, não há planejamento empresarial e sem previsibilidade, ou o investidor não investe, ou

Carlos Vieira CB/DA Press



Na palestra de abertura, o ministro do STF Gilmar Mendes lembrou que a insegurança jurídica acaba elevando o custo dos investimentos

Carlos Vieira CB/DA Press



Os debatedores discutiram os caminhos para fortalecer a infraestrutura

exige prêmios de risco que encarecem o serviço para o usuário final”, salientou.

Na avaliação do ministro, a insegurança jurídica acaba elevando o custo dos projetos e, consequentemente, o preço pago pela população. Durante a apresentação, Gilmar também citou decisões do STF que, segundo ele, contribuíram para aumentar a previsibilidade regulatória. Entre elas, destacou a validação do novo marco legal do saneamento, considerada fundamental para ampliar a eficiência e acelerar a universalização dos serviços, além do reconhecimento da constitucionalidade do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e do Regime

Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

Modernização

O deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), presidente da Comissão Especial de Transição Energética da Câmara dos Deputados, também defendeu o fortalecimento das concessões e das parcerias público-privadas (PPPs) como instrumentos para ampliar os investimentos em infraestrutura. Segundo o parlamentar, a consolidação de instituições sólidas e de regras previsíveis é condição indispensável para fortalecer a confiança dos investidores.

Jardim destacou que o modelo

de concessões ganhou protagonismo com a mudança do papel do Estado, que passou de executor direto dos serviços para regulador da atividade econômica. O deputado lembrou que a Lei de Concessões completa 30 anos e a Lei das PPPs chega aos 20 anos, defendendo uma atualização do marco legal para acompanhar as novas demandas do setor.

Entre as propostas apresentadas estão a criação do conceito de “contrato vivo”, permitindo revisões mais dinâmicas dos contratos, que “estabelece regras de reequilíbrio econômico-financeiro e a possibilidade de reequilíbrio antecipado diante de alterações relevantes, como os efeitos esperados da reforma tributária.”

Na avaliação do parlamentar, essas mudanças permitiriam reduzir custos tanto para concessionários quanto para os usuários dos serviços públicos. Outro ponto defendido por Arnaldo Jardim foi o fortalecimento das agências reguladoras. Segundo ele, esses órgãos precisam atuar com maior autonomia e estabilidade institucional. O deputado afirmou apoiar a proposta de conceder status constitucional às agências, consolidando-as como instituições permanentes de Estado.

Representando o Banco de Brasília (BRB), o diretor de Atacado e Governo, Bruno Watanabe, afirmou que a missão da instituição é conectar crédito às

necessidades da economia regional, financiando empresas, governos e projetos estruturantes capazes de gerar emprego, renda e aumentar a competitividade.

Segundo ele, o banco atua por meio de linhas próprias de desenvolvimento, operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ampliando o acesso ao crédito para projetos de infraestrutura e desenvolvimento regional. Para Watanabe, o Brasil possui grande demanda por investimentos em logística, mobilidade, saneamento e energia, mas o principal desafio está na criação de um ambiente institucional capaz de transformar esse potencial em projetos efetivamente executados.

Confiança

Na abertura do Lide de Segurança Jurídica, João Doria, fundador do Lide, afirmou que a segurança jurídica se consolidou como uma das principais preocupações de investidores interessados em aplicar recursos no Brasil. Segundo ele, a alternância de governos e de orientações políticas faz parte do ambiente democrático e é absorvida pelo mercado, mas a falta de previsibilidade nas regras representa um obstáculo para a chegada de novos investimentos, especialmente em projetos de longo prazo.

O desafio da nova era da energia

» RAFAELA GONÇALVES
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A transição energética colocou o setor elétrico no centro da estratégia de desenvolvimento do Brasil e aumentou a necessidade de um ambiente regulatório estável para atrair investimentos. O diagnóstico foi apresentado por representantes do governo, agências reguladoras e empresas durante o segundo painel do 8º Brasília Summit, com o tema “Segurança Jurídica no setor de energia e transição energética no Brasil”.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, afirmou que o setor vive uma transformação acelerada com a expansão da eletrificação, impulsionada pela mobilidade elétrica, digitalização e novos consumidores, como os data centers. “O setor de eletricidade no mundo e no Brasil tem passado por constantes e importantes mudanças. Definitivamente, entramos na era da eletricidade”, disse.

Segundo Feitosa, a transição energética é uma oportunidade estratégica para o país. “A transição energética é um grande ativo geopolítico”, afirmou. Ele destacou que cerca de 70% do potencial de eletrificação brasileiro está concentrado em eletromobidade, indústria e agronegócio.

O diretor-geral da Aneel também defendeu a revisão dos subsídios do setor elétrico, que somam cerca de R\$ 55 bilhões e pressionam as tarifas. “Precisamos imediatamente rever a política de subsídios no Brasil”, declarou. Para Feitosa, o principal desafio é fortalecer a confiança dos investidores privados. “Não há recursos públicos no Orçamento Geral da União para o setor de energia. Precisamos transmitir confiança para que o setor privado invista em energia”, afirmou.

O presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (Abar), Vinícius Benevides, reforçou que a falta de investimentos em infraestrutura reduz a competitividade do país. Segundo ele, o Brasil aplica cerca de 2% do PIB no setor, abaixo de outras economias. “Temos que reconhecer que investimos muito pouco. Não estamos avançando e, assim, perdemos espaço em relação ao resto do mundo”, disse.

Benevides destacou ainda a necessidade de autonomia das agências reguladoras para garantir segurança jurídica. “Sem segurança jurídica, sem as agências funcionando com plena autonomia, você não consegue atrair investidores”, afirmou.

Geopolítica

A vice-presidente de Regulação Institucional da Neoenergia, Solange Ribeiro, ressaltou que a geopolítica passou a influenciar diretamente as decisões empresariais. “A geopolítica deixou de ser coisa de governo e passou a ser coisa de empresas”, disse. Para ela, confiança, estabilidade regulatória e segurança jurídica são ativos fundamentais para investimentos de longo prazo.

O diretor de Regulação da Light, Marcelo Delgado, defendeu que segurança jurídica e transição energética podem caminhar juntas. “O desafio é construir uma síntese entre estabilidade e inovação”, afirmou. Segundo ele, políticas de incentivo precisam ser avaliadas e ajustadas conforme a evolução tecnológica.

A diretora jurídica de compliance da Stratos, Tagie de Souza, destacou o papel da mineração na transição energética, diante da demanda por minerais críticos. “Falar de transição energética é falar de mineração, é falar de minerais críticos”, afirmou.

Os participantes defenderam que o avanço da transição energética dependerá de regras previsíveis, agências fortalecidas e capacidade de adaptação regulatória.

*Estagiários sob supervisão de Edla Lula

Norma traz previsibilidade a investimentos

» RAPHAEL PATI
» PEDRO JOSÉ*

Em um setor com forte presença de concessões e modelos de Parceria Público Privada (PPPs), a segurança jurídica surge como uma necessidade para manter as malhas viárias do país em ritmo de crescimento, com qualidade e previsibilidade para os investidores. Foi o que destacaram os participantes do 1º painel do Brasília Summit, que tratou sobre os investimentos em rodovias, ferrovias e sistemas de transporte metropolitano.

Durante as exposições, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, defendeu o fortalecimento da segurança jurídica como condição essencial para ampliar os investimentos em infraestrutura e reduzir a litigiosidade no Brasil. Segundo ele, a instituição vem adotando uma atuação mais voltada à prevenção de problemas do que apenas à punição de gestores públicos. “Um órgão de controle não pode ser apenas repressivo ou sancionatório. O

TCU precisa ter também um olhar pedagógico, ensinando o gestor antes de puni-lo. O nosso órgão era muito visto como uma instituição que gerava medo”, disse.

Durante sua participação, Vital do Rêgo também afirmou que a segurança jurídica deve ser entendida como um dever do Estado e destacou o consensualismo como instrumento para aumentar a previsibilidade e reduzir conflitos. Na mesma linha, o diretor-executivo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio, acredita que o investidor busca uma “triade primordial” antes de decidir onde alocar recursos: segurança, estabilidade e previsibilidade.

“Como falar em previsibilidade em uma pandemia que nunca imaginávamos que aconteceria? Em guerras regionais que impactam a cadeia de insumos e suprimentos, que impactam a logística nacional e reorganizam dinâmicas políticas antigamente consolidadas”, destacou o diretor.

Já o ex-ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo

Carlos Vieira CB/DA Press



Para Vital do Rêgo, do TCU, segurança jurídica é dever do Estado

Canuto, defendeu que a inovação tecnológica pode contribuir para ampliar a competitividade, fortalecer os investimentos e garantir maior segurança jurídica nos contratos de concessão. Segundo ele, apesar de o país já contar com um

amplo conjunto de normas regulatórias para o setor de infraestrutura, o principal ponto de atenção continua sendo a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

“Já temos todos os marcos,



GUERRA NO LESTE EUROPEU

Defesa vulnerável

Rússia aproveita escassez de interceptadores e dispara 24 mísseis balísticos contra Kiev, capital da Ucrânia. Ofensiva contou com aeronaves não tripuladas e deixou 17 mortos. Zelensky faz novo apelo a aliados ocidentais e aciona a Otan

» RODRIGO CRAVEIRO

A consultora de comunicações Mila Kniazka-Khanova, 43 anos, teve uma noite difícil e insone, assim como todos os moradores de Kiev. “Consegui chegar ao abrigo antibombas mais próximo de casa, onde fiquei até o fim do alarme, escutando várias explosões ecoando pela capital. Foi assustador”, contou ao **Correio**. “Em tempos assim, manter contato com a família e com amigos me ajuda a lidar com a situação.”

Por sua vez, Olexiy Haran, professor de política comparativa da Universidade Nacional de Kiev-Mohyla, disse à reportagem que explosões atingiram um armazém do serviço postal a três quadras de sua casa. “Foi uma noite muito complicada. Não existe lugar seguro em Kiev.” Durante a madrugada, mísseis balísticos e drones suicidas mataram ao menos 17 pessoas na capital e no entorno. A ofensiva da Rússia tirou proveito da escassez de interceptadores de mísseis balísticos e expôs a fragilidade da defesa antiaérea. A Força Aérea da Ucrânia chegou a lançar uma alerta sobre uma onda de mísseis balísticos a caminho de Kiev.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, confirmou que a Rússia tinha disparado 24 mísseis e 115 drones com propulsão a jato. O sistema de defesa antiaérea neutralizou 98 aeronaves não tripuladas, mas todos os mísseis impactaram o solo. “Estamos trabalhando ao máximo com todos os parceiros que possam nos ajudar com o fornecimento de mísseis interceptadores, para proteger contra esses ataques russos totalmente injustificados contra vidas e infraestrutura civil”, declarou Zelensky. Ele conversou com Mark Rutte, secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). “Mark está bem informado sobre as ameaças, e temos coordenado nossos esforços em relação aos países que possuem os mísseis necessários e a capacidade de ajudar”, escreveu.

Para o presidente, é “crucial” eliminar a burocracia e tomar decisões políticas. “Literalmente todos os dias, a determinação de nossos parceiros na Europa e na América define a vida das pessoas aqui na Ucrânia. Agradeço a disposição em explorar oportunidades e trabalhar com a Ucrânia no fornecimento dos itens de que precisamos.”

Diretor da ONG Eurasia Democracy Initiative (em Kiev), Peter Zalmayev reconheceu uma

Eu acho...

Arquivo pessoal



“Ao longo desses anos vivendo em Kiev, cidade constantemente sob fogo russo, aprendi a distinguir os sons de mísseis, drones Shahed e interceptadores. As explosões de impactos e de intercepções são diferentes. Recentemente, tem havido muito menos intercepções do que antes. Isso significa que cada novo bombardeio russo pode ser o último para qualquer um de nós em Kiev.”

MILA KNIAZKA-KHANOVA, 43 anos, consultora de comunicações, moradora de Kiev

situação “preocupante.” “A aritmética é ruim. Dos 24 mísseis russos lançados hoje (ontem), nenhum foi interceptado. O fato é que, mesmo se houver vontade política nos EUA para suprir a Ucrânia com mísseis Patriot, isso custa muito. Em média, são necessários dois Patriot para derrubar um míssil balístico. Os EUA podem fabricar apenas 1.500 deles por ano. Mesmo se Donald Trump concedesse licença a Kiev para produzir o armamento, levaria anos. A Ucrânia precisa começar a fabricar os próprios mísseis de intercepção balística o quanto antes”, disse ao **Correio**.

Compromisso

Olexiy Haran admitiu que o país não tem mísseis antibalísticos suficientes. “A comunidade internacional não está engajada o bastante. Parte do motivo é que os mísseis Patriot foram deslocados para o Oriente Médio. Não recebemos interceptadores, temos alguns, mas são insuficientes contra mísseis balísticos. O que a Rússia tem feito é impor um terror aos civis.”

Por sua vez, Mila externou o medo de conhecer alguma das vítimas dos bombardeios. “Um dos mísseis caiu perto da casa da minha mãe e atingiu um prédio. É muito importante que o Ocidente nos ajude com interceptadores. Centenas de milhares de vidas ucranianas dependem disso”, desabafou.

Mykola Tymchenko/AFP



Homem caminha diante de corpos armazenados em sacos mortuários, em estação ferroviária de Kiev: civis na linha de fogo dos bombardeios

Drone com explosivo afeta aeroporto da Alemanha

Hendrik Schmidt/DPA/AFP



Robô usado para a desativação de bombas opera perto de avião ucraniano, em Leipzig: tráfego aéreo suspenso

Um incidente que envolveu pelo menos um drone com um dispositivo explosivo levou à suspensão temporária do tráfego aéreo no Aeroporto de Leipzig, na Alemanha, um importante centro logístico para a Organização do Tratado do Atlântico do Norte (Otan) e para o envio de equipamentos militares e civis para a Ucrânia. Na Alemanha, país que tem apoiado ativamente a Ucrânia desde o início da invasão russa em fevereiro de 2022, o embaixador ucraniano acusou Moscou desde o início do incidente, em entrevista à Welt TV. “Quem mais poderia ser, senão a Rússia?”, questionou Oleksii Makeiev.

Na noite de terça-feira, o tráfego aéreo foi interrompido por duas horas no aeroporto no leste da Alemanha após a descoberta de um drone que, segundo investigadores alemães, carregava um “dispositivo explosivo não identificado”, que foi posteriormente desativado. Um avião teve que abortar seu pouso no aeroporto e, em seguida, colidiu no ar com um objeto desconhecido, mas depois aterrissou em outro terminal em segurança, informou o governo.

O incidente ocorre em um momento em que a Alemanha vem alertando há meses sobre tentativas

de sabotagem, desinformação e ataques cibernéticos originados de potências estrangeiras hostis, particularmente a Rússia.

Uma aeronave “aparentemente colidiu” com outro objeto enquanto recuperava altitude após não conseguir pousar no Aeroporto de Leipzig/Halle, que foi temporariamente fechado antes da

descoberta do drone, confirmou o Ministério do Interior alemão.

Um avião de passageiros vindo de Maiorca, assim como vários aviões de carga com destino à cidade, tiveram que ser desviados para outros aeroportos. Apesar do impacto, o avião conseguiu aterrissar no aeroporto de Hanôver, também utilizado pelas

Forças Armadas da Alemanha, pela Otan e para o transporte de carga com destino à Ucrânia, informou o porta-voz do ministério, Leonard Kaminski, em entrevista coletiva em Berlim. A Alemanha e outros países europeus têm observado drones sobrevoando locais sensíveis, como aeroportos, bases militares e instalações industriais.

ORIENTE MÉDIO

Irã anuncia acordo sobre Ormuz

Companhias de navegação e seguros, bem como os governos de terceiros países e o mercado de petróleo, aguardavam, ontem, uma confirmação para o anúncio do Irã sobre um acordo que teria concluído com o vizinho Omã para estabelecer uma rota para o tráfico de cargas pelo Estreito de Ormuz, objeto de disputa e palco de escaramuças entre forças iranianas e norte-americanos desde o início da guerra, no último dia de fevereiro. A chancelaria de Teerã afirma ter definido com o sultanato um acerto temporário, à margem de negociações que o presidente Donalt Trump sustenta estar mantendo com a República Islâmica — que desmentiu a versão da Casa Branca.

“As coordenadas geográficas da rota planejada foram acordadas por ambas as partes”, disse o porta-voz Esmail Baqaei à agência de notícias estatal Irna. Os dois países, adiantou, trabalham em uma “declaração

conjunta”, desde que “terceiros não obstruam o processo” — referência quase explícita a Trump. “A declaração conjunta, que contém as principais considerações e pontos do acordo, também se encontra na fase final de revisão e redação.”

O Irã assumiu, de fato, o controle do Estreito de Ormuz, via marítima estratégica para o comércio mundial de energia, desde que sofreu os primeiros bombardeios dos EUA e de Israel. Ao longo desses mais de cinco meses, Trump tem insistido, reiteradamente, que seria o Irã quem o procura com o pedido de negociações sobre o estreito. Tinha, inclusive, antecipado que buscaria arranjos com Omã, seu vizinho do outro lado do estreito, e desde o fim de semana vinha anunciando uma solução para “as próximas horas ou dias”.

Em seu informe, Baqaei disse a jornalistas que os diálogos com

Omã avançavam para a conclusão de um acordo abrangente sobre uma gestão compartilhada entre os dois países — incluindo a cobrança de taxas. O porta-voz alertou, porém, que o acerto com Omã sobre as rotas não significa que Ormuz tenha se tornado de pronto seguro para todos os navios em trânsito. “Os fatores que tornam o estreito inseguro seguem existindo por parte dos EUA, em particular pelo bloqueio (aos portos iranianos) e por outras ações agressivas e ameaçadoras contra o Irã e seus interesses.”

Mar Vermelho

Em outra frente da guerra naval desdobrada do conflito, a milícia xiita pró-Teerã dos houthis, que trava uma guerra civil no Iêmen, anunciou ter atacado ontem dois petroleiros da Arábia Saudita — que apoia e arma o governo. Uma das embarcações foi

atingida no Golfo de Aden, na costa iemenita, e a outra ao largo de Yanbu, cidade portuária saudita no Mar Vermelho. Na véspera, uma embarcação carregada com explosivos atingiu um cargueiro indiano — o primeiro navio mercante afundado na área desde o início da guerra. O governo iemenita acusou os houthis.

Os rebeldes, que controlam diversas partes do país, impuseram um bloqueio marítimo à Arábia Saudita em 22 de julho. Essa obstrução ameaça a capacidade saudita de exportar petróleo evitando as incertezas — e o custo elevado dos seguros — do tráfego pelo Estreito de Ormuz. A escalada no litoral do Iêmen ameaça provocar nova alta nas cotações do petróleo, principalmente pela posição estratégica dos huthis diante do Estreito de Bab al-Mandab, que dá entrada ao Mar Vermelho pelo sul. A saída pelo norte, através do Canal de Suez, dá passagem para o Mediterrâneo.

AFP



Cargueiro ancorado na costa dos Emirados Árabes, no Golfo Pérsico

As exportações marítimas de petróleo bruto saudita através do Estreito de Bab al-Mandab multiplicaram-se por oito entre março e meados de julho de 2026, em comparação com o mesmo período de 2025,

segundo dados da empresa de informação sobre transporte marítimo Kpler. Em junho, elas se aproximaram da marca de 100 milhões de barris, ante os 7 milhões registrados em fevereiro.

VISÃO DO CORREIO

Crise para o
palanque
e o gabinete

A revogação do visto da embaixado-
ra Maria Luiza Viotti coloca para
o governo brasileiro o desafio de
orientar a diplomacia no momen-
to mais baixo em dois séculos de relações
com os Estados Unidos — primeiro país a
reconhecer a nossa independência, já em
1824. A crise coincide com a rápida deterio-
ração dos laços com outro parceiro de
primeira ordem, a Argentina de Javier Mi-
lei. Em resposta a seguidas ofensas dirigi-
das ao presidente Lula e à reiterada recusa
a apresentar desculpas, o Itamaraty comu-
nicou formalmente a decisão de "rebaixar
as relações": o embaixador brasileiro não
retornará a Buenos Aires até que esse com-
portamento mude, e a chancelaria argenti-
na foi convidada a chamar de volta seu re-
presentante em Brasília.

A menos de dois meses do primeiro tur-
no da disputa pelo Planalto, as turbulências
simultâneas em dois pontos focais da frente
externa, antes de tudo, não se afiguram como
coincidência. Um dos pivôs, Milei, é o prin-
cipal expoente da atual onda de extrema-di-
reita na vizinhança imediata do país. O outro,
Donald Trump, é o seu padrinho político. Os
laços de ambos com o bolsonarismo produ-
zem impacto eleitoral incontestável, impos-
sível de ser subestimado: como nunca antes,
a política externa fará sentir sua presença no
debate de campanha.

Fazem parte do jogo as esperadas ma-
nifestações não apenas dos desafiantes de

Lula, mas de diferentes personagens e insti-
tuições que se alinham a eles, como os Clu-
bes Militares. Expor as próprias opiniões —
assim como absorver os contraditórios — é
da essência do debate democrático. Mas não
exatamente simétricas as posições: a oposi-
ção pode permitir-se apenas opinar; o candi-
dato à reeleição é também o presidente. A
ele cabe também decidir e, sobretudo, agir.

Para o Planalto e o Itamaraty, a incógni-
ta está em encontrar o tom exato da respos-
ta a ambos os desafios. Na pendência com
Washington, a sanção imposta à embaixa-
dora — uma diplomata de credenciais só-
lidas que já representou o Brasil na Orga-
nização das Nações Unidas (ONU) — co-
loca limites à diplomacia brasileira no tra-
to profissional e técnico de impasses como
o das tarifas comerciais. São questões que
impactam importantes setores econômicos
e demandam soluções o quanto antes. No
caso da Argentina, o afastamento difi-
culta ainda mais os esforços, no âmbito do
Mercosul, para ampliar mercados externos
e compensar perdas nas trocas com os Es-
tados Unidos — evitando a armadilha de
apostar todas as fichas na China.

Lula terá também seus momentos de pa-
lanque. Neles, poderá rebater os adversá-
rios internos e mesmo contestar os desafe-
tos externos. Mas, de volta ao gabinete, terá
de despir a pele de candidato para agir e de-
cidir como chefe de Estado. Lá, o que deve
prevalecer é o interesse do país.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Escutemos os pedidos de socorro

No vídeo, o garotinho, de apenas 3 anos,
chora para não ir para a casa do pai. A mãe
pergunta por quê. E a resposta: "Porque ele
me bate". No dia seguinte, a criança foi en-
contrada morta... na casa do pai. O diretor
do Instituto Médico Legal de Palmas, Eduar-
do Godinho, afirmou que o menino sofreu
"muita violência". Segundo ele, houve lace-
ração intestinal e hemorragia interna e ex-
terna. "Muita violência, sinais de violência
pela face, intestinal", disse à TV Anhanguera.

A polícia ainda investiga as circunstâncias
da morte, mas o legista já descartou a versão
contada pelo pai de que o garotinho se afo-
gou na piscina. "Não tem indício nenhum
de afogamento. Ali foi realmente outro tipo
de trauma." Segundo o G1, o laudo aponta,
também, para violência sexual e que a morte
ocorreu com "crueldade, insensibilidade, in-
diferença e multiplicidade de lesões".

A morte dessa criança — com todos os
indícios de um assassinato brutal — deixa
a sensação de que poderia ter sido evitada.
Primeiro, porque o pai tem histórico de vio-
lência doméstica, inclusive contra a mãe do
menino, que registrou dois boletins de oco-
rência em 2023. Em um deles, ela apresen-
tou um áudio em que o ex-companheiro dis-
parava ofensas e a ameaçava: "Te meto uma
bala na cara". Como é que um sujeito agres-
sivo assim tinha acesso ao garotinho sem su-
pervisão? A Justiça foi acionada contra ele?

Além disso, o próprio menino relatou
que era espancado. Ficou claro, no choro
sentido dele no vídeo, que sofria quando
estava com o pai. Por que não foi ouvido?
A advogada da mãe disse que a mulher ha-
via relatado várias outras ocasiões em que
o filho voltou machucado das visitas, mas,
por medo ante as ameaças do ex-compa-
nheiro, a cliente não permitiu que se bus-
cassem medidas para afastá-lo do agressor.

Crianças vítimas de abusos nem
sempre contam o que estão passando,

geralmente por medo, mas dão sinais. São
indícios como choro sem motivo aparente,
vômitos, diarreia, ansiedade, tristeza
constante, pesadelos frequentes. Lesões
físicas, sem explicação plausível, também
falam por elas. O garotinho de Palmas, po-
rém, contou claramente o motivo de não
querer a companhia do pai.

Isso me lembrou do caso de Henry Bo-
rel, 4 anos. Ele relatou e sinalizou que es-
tava em profundo sofrimento, disse ao pai
que "o tio machuca". Mudou de compor-
tamento, vivia aterrorizado, chorava e tre-
mia quando estava diante do padrasto, o
sádico que o martirizava. Também apare-
cia com lesões pelo corpo. Mesmo com to-
das as indicações, não foi salvo.

Relembro aqui declarações de Marco
Gama, da Sociedade Brasileira de Pedia-
tria, publicadas pelo site da entidade, que
continuam atuais: "As situações de violên-
cia doméstica que levam à morte crianças
e adolescentes costumam ser casos crôni-
cos, repetitivos, de violência progressiva,
em que a vítima não recebeu a assistência
e as medidas de proteção que deveriam
ter sido tomadas para mantê-la viva, tan-
to dos outros familiares como da socieda-
de e do Estado".

É obrigação de cada um de nós estar-
mos atentos aos sinais de maus-tratos con-
tra crianças e adolescentes, darmos crédito
aos relatos que fazem e buscarmos socorro.
Neste momento, há um sem-número deles
vivendo rotina de violência. É sofrimen-
to real, severo, mas que, por vezes, acaba
minimizado, naturalizado por familiares,
parentes, amigos, vizinhos. A polícia e a
Justiça estão aí para agir contra os covar-
des que estupram, torturam e matam me-
ninas e meninos, mas uma atitude nossa,
uma denúncia, tem potencial de cessar a
violência e impedir que chegue a um ponto
em que é tarde demais para agir.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Insegurança na Torre

Na última terça, foi realizada mais uma operação po-
licial na Feira da Torre de TV. Estamos atônitos e abis-
mados com pequenos furtos e arrombamentos de carro
nos estacionamento (objetos no interior de carro, tele-
fone nos box). Os marginais, pessoas em situação de rua
e alguns andarilhos perturbam feirantes e turistas ou
clientes de Brasília, principalmente sábados e domín-
gos, pedindo ou ameaçando as pessoas. Isso tem nos
levado a preocupação, inclusive porque, vez por outra,
acha-se arma branca. Brigas e arruaças são uma cons-
tante, especialmente no período noturno, quando todos
os boxes estão fechados e vulneráveis. Ali, dormem mais
de 200 pessoas em barracas, papelão. Fazem necessida-
des nas frente dos boxes. Já houve morte em nossa fei-
ra. Ontem, segundo ouvi falar, mataram um cachorro. A
governadora Celina Leão e suas secretarias responsáveis
por aquele logradouro devem agir com rigor ou teremos
nossos boxes arrombados e roubados. Com a palavra a
senhora governadora do Distrito Federal. Ou se age, ou
teremos nossa Feira virada em uma Cracolândia.

» José Monte Aragão

Sobradinho

Etanol na gasolina

Quem quer usar etanol no carro tem a opção sepa-
rada, mas forçar as pessoas a usarem o etanol mistu-
rado com a gasolina e, com isso, danificarem os seus
veículos, além de manter o preço elevado dessa gaso-
lina que é uma porcaria, é muito ruim. Não precisa ser
muito inteligente para perceber que isso é para forçar
as pessoas a trocarem o carro tradicional pelo carro
elétrico e, com isso, quebrar as montadoras de carros
de combustíveis. O problema é: quais garantias quem
tem esses carros vai ter no futuro se, agora, já estão
com maracutaia com a gasolina?

» Célio Saldanha

Brasília

Antivacinas

Os brasileiros que não estão se vacinando ou não le-
vando seus filhos para serem vacinados são criminosos.
Estão provocando a possibilidade do retorno de doen-
ças antes erradicadas. Sim, antes do bolsonarismo, a
partir de 2017. Afinal, a extrema-direita brasileira segue
os preceitos da mundial, incluindo o movimento antiva-
cinas. Nada poderia ser pior em pleno século 21 do que
assistir à baixa cobertura vacinal pela sociedade que,
em vez de se proteger e aos seus filhos, se expõe a doen-
ças que em alguns casos levam a óbito.

» Rafael Moia Filho

Bauru (SP)

Decepção

A revogação do visto da embaixadora brasileira
nos Estados Unidos é um gesto político que sinaliza
a intenção, segundo o Planalto, de interferir no pro-
cesso eleitoral brasileiro. Isso não é novidade, por-
que um certo candidato à Presidência da República
e representante do povo vangloriou-se de ter aces-
so ao Trump e de pedir sanções contra o próprio país
que diz querer governar. Conseguiu brilhantemente
criar um clima hostil e aumentar a tensão bilateral. Se

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || 3214-1157

Desabafos

» Pode até não mudar a situação,
mas altera sua disposição

Se não melhorar a segurança pública,
os eletropostos de recarga de carros
elétricos terão o mesmo destino dos
caixas eletrônicos: cada vez mais
raros. Não dá para acreditar, mas tem
shopping que não tem caixa eletrônico.

Marcos Figueira — Sudoeste

Terrorismo made in Brasil: daqui a pouco
o caso vira filme ou série no streaming,
e os autores viram celebridades.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Escândalo na cozinha do Planalto
derruba Marcola da campanha de
Lula. Agora a culpa é da lobista?

Vamos verificar os próximos passos.

Noel Samways — Curitiba (PR)

CLDF reabre trabalhos e prevê semestre
focado em projetos prioritários.
O principal projeto: eleições.

Ana Maria de Faria — Brasília

Neymar só respondeu à altura. Ele
foi provocado durante todo o jogo
contra o Remo. Quem fala o que
contra o Remo. Quem fala o que
quer, escuta o que não quer!

Carla Silva — Belém (PA)

ganhar a eleição, vai conseguir reverter isso? Vai trans-
formar o Brasil no 51º estado americano? Se perder,
nós, o povo brasileiro, vamos ter de penar com a infla-
ção e o desabastecimento? Iludi-me pensando já ter
visto de tudo nesta vida! Que decepção!

» Paccelli M. Zahler

Sudoeste

Brasileiros na F1

O Brasil pode voltar a ter dois representantes no grid
da Fórmula 1 em um curto espaço de tempo. Campeão
da Fórmula 3, Rafael Câmara é um dos nomes que ga-
nham força para a temporada de 2027 e aparece ligado a
Haas e Cadillac. Reforço nas pistas, Rafael Câmara mira
vaga ao lado de Gabriel Bortoletto na Fórmula 1.

» José Ribamar Pinheiro Filho

Asa Norte

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.			
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D+4

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

O ajuste fiscal e a pergunta que o Brasil precisa fazer



» GIOVANNI BEVILAQUA
Doutor em economia

Toda vez que o tema volta à mesa, a receita já vem pronta. Desindexar o salário mínimo do crescimento do PIB. Afrouxar os pisos constitucionais de saúde e educação. A justificativa é sempre a mesma: não há alternativa, o país precisa escolher entre o ajuste e o abismo. Há, de fato, um problema real. As despesas obrigatórias crescem mais rápido que a receita, e a trajetória da dívida pública preocupa quem acompanha o tema com seriedade.

O que incomoda não é o diagnóstico. É a certeza com que se encerra o debate antes mesmo de ele começar, como se existisse apenas um caminho possível e ele passasse, inevitavelmente, pelo bolso de quem tem menos margem para reclamar. Setenta por cento dos benefícios do INSS seguem o salário mínimo. O SUS depende de seu piso constitucional para manter o atendimento onde ele é mais necessário. Quando a sustentabilidade fiscal escolhe justamente esses dois alvos como prioridade, cabe perguntar: por que o ajuste começa sempre por quem mais depende do Estado? E, afinal, quem deve pagar essa conta?

Porque existe outra estrutura no orçamento brasileiro e ela raramente é submetida ao mesmo rigor crítico. Em 2026, o Congresso reservou R\$ 61 bilhões para emendas parlamentares, a maior parte de execução obrigatória. É mais do que o país investe no PAC. As renúncias fiscais concedidas a empresas e setores ultrapassam a meio

trilhão de reais por ano, mais de um quinto da arrecadação federal, crescendo continuamente há duas décadas e concentradas, em sua maior parte, nas regiões mais ricas. O próprio ministro da Fazenda classificou esse conjunto como uma caixa-preta do orçamento.

A economia política chama esse fenômeno de institucionalismo discursivo: certas ideias se tornam dominantes não necessariamente porque venceram o debate, mas porque seus defensores ocupam espaços privilegiados de influência. Não se trata de questionar a boa-fé de ninguém. Trata-se de reconhecer que muitos dos economistas mais influentes trabalham em bancos e gestoras de patrimônio, setores diretamente afetados pela remuneração da dívida pública. Isso não invalida seus diagnósticos, mas ajuda a entender por que, entre várias soluções possíveis, sempre a mesma chega primeiro às manchetes.

Wolfgang Streeck descreveu esse deslocamento ao distinguir o povo que vota do povo que financia o Estado. Quando as decisões sobre as prioridades do orçamento passam a dar mais peso às expectativas de quem empresta dinheiro ao governo do que as necessidades de quem depende da aposentadoria, da saúde e dos outros serviços públicos, a democracia perde seu equilíbrio. O interesse financeiro passa a influenciar mais do que o interesse da maioria da população, dos que mais precisam do Estado. No Brasil, Leda Paulani já alertava, há quase duas décadas, que a política econômica frequentemente prioriza manter a confiança de quem financia a dívida pública, mesmo quando isso limita o crescimento da economia e o bem-estar da população.

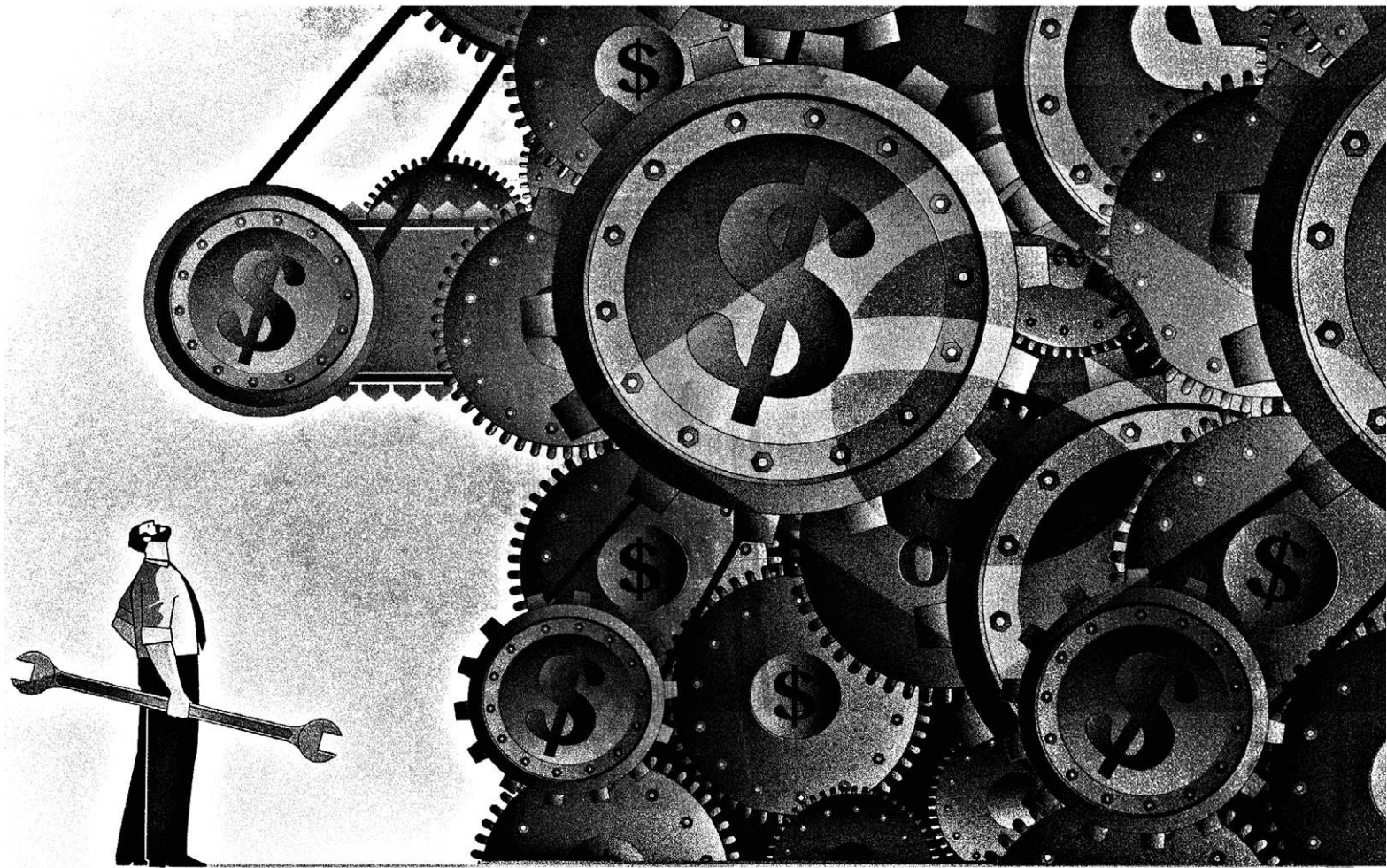
Reconhecer esse quadro não significa negar a necessidade de ajuste. Significa que ele deve ser feito sem impor o maior sacrifício justamente a quem depende do Estado para viver com

dignidade. Não se trata de privilégio, mas de justiça social. Existem alternativas que raramente recebem igual atenção: revisar benefícios tributários com prazo efetivo de validade; tributar dividendos, hoje isentos; reformar o sistema de emendas parlamentares impositivas; e, caso a desindexação avance, fazê-la de forma gradual, distinguindo benefícios previdenciários das políticas assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Há ainda um efeito pouco lembrado. Desde 2006, a valorização do salário mínimo tornou-se um dos principais motores do consumo das famílias de menor renda, sobretudo nas pequenas e médias cidades. Esse dinheiro movimenta o comércio local, sustenta prestadores de serviço e alimenta a economia de milhares de pequenos empreendedores. Reduzir esse mecanismo em troca de um benefício futuro e incerto significa impor uma perda imediata justamente a quem dispõe de menos proteção. É também retirar recursos da economia real. A renda das famílias mais pobres retorna rapidamente ao consumo, movimentando o comércio, os serviços e os pequenos negócios das comunidades. Já a renda dos mais ricos tende, em maior proporção, a permanecer aplicada no sistema financeiro.

O Brasil não carece de conhecimento técnico para enfrentar seu desafio fiscal. O que falta é abrir espaço para que diferentes caminhos sejam discutidos com o mesmo respeito concedido à solução de sempre. A pergunta central já não é se o ajuste é necessário. É como ele será feito e sobre quem recairá seu custo. Enquanto essa discussão permanecer restrita a um único roteiro, o ajuste continuará recaindo sobre quem sempre paga a conta e poupando quem quase nunca participa dela. Afinal, a pergunta que o Brasil ainda não fez é a mais importante de todas: quem deve pagar a conta do ajuste?

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



O desafio da conclusão do ensino médio no Brasil



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto

Os motivos pelos quais um estudante deixa de concluir a última etapa da educação básica no Brasil são relativamente bem conhecidos — entre eles, a necessidade de trabalhar. E por essa razão o governo federal lançou, em 2024, o programa Pé-de-Meia, como um mecanismo de levar renda a esse estudante de ensino médio e evitar que ele deixe os bancos escolares. Já há indícios de que o programa tem impacto na redução da evasão escolar. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a taxa de abandono escolar no ensino médio caiu de 3,8% em 2023 para 2,2% em 2025 — ou seja, cerca de 42% em dois anos.

Para contribuir com esse debate, o Todos Pela Educação lançou um estudo tomando como referência os recentes dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualizando, em termos quantitativos, os motivos pelos quais os estudantes não concluem o ensino médio no Brasil até os 19 anos.

A primeira boa notícia desse estudo é que a taxa de conclusão vem aumentando gradualmente de 2016 a 2025. De 57,5% em 2016, essa taxa passou para 74,3% em 2025 — portanto, estamos falando de um crescimento de 16,8 pontos percentuais. E, como disse, esse crescimento foi

consistente de 2016 para 2025. Mas há diferenças importantes nos indicadores por raça/cor e de região para região. Por exemplo, em 2025, a taxa de conclusão na Região Nordeste foi de apenas 69,3%, enquanto na Região Sudeste ela alcançou 79,6%. Com relação ao indicador por raça/cor, entre brancos e amarelos a taxa de conclusão em 2025 foi de 81,7%, enquanto entre pretos, pardos e indígenas essa taxa foi de apenas 69,5%.

É ainda interessante verificar tais diferenças tomando como referência a renda. Entre os 20% mais ricos, 94,2% dos jovens concluíram essa etapa até os 19 anos, mas, entre os 20% mais pobres, esse percentual desaba para 61,1% — uma diferença de 33,1 pontos percentuais. Como diz o próprio relatório do Todos Pela Educação, um ponto que chama a atenção é que, entre os mais pobres, o motivo principal do abandono escolar encontra-se no desinteresse pela escola (10,4%) e não pela necessidade de trabalhar (7,1%).

O jovem quer uma escola que caiba na vida, que traga sentido para o seu projeto de vida. Nesse sentido, torna-se fundamental que o MEC, em colaboração com as redes estaduais, esteja atento à implantação do novo ensino médio — que deve se refletir numa escola mais flexível, que traga um diálogo estreito com o mundo do trabalho e que possa desenvolver nos jovens as novas competências e habilidades tão necessárias para viver no século 21.

A preocupação que ainda persiste refere-se ao elevado percentual de jovens que não concluíram o ensino médio até os 19 anos — um em cada quatro —, ou seja, 25% desses 8,7% ainda estão estudando em 2025, e, se forem bem-sucedidos, devem concluir o ensino médio com mais de 19 anos — um atraso escolar bastante significativo.

É ainda interessante verificar a taxa de conclusão no ensino médio até os 19 anos por unidades da Federação. Os três estados com maiores taxas de conclusão em 2025 foram Roraima (85,9%), Goiás (84,5%) e São Paulo (84,4%); enquanto os três com menores taxas foram Paraíba (61,9%), Mato Grosso do Sul (60,8%) e Acre (56,4%). O estado de Pernambuco, tão reconhecido pelas escolas de tempo integral no ensino médio, ficou apenas um pouco acima da média brasileira, com uma taxa de conclusão de 75,2%.

A necessidade de trabalhar continua sendo o fator mais expressivo para a não conclusão do ensino médio até os 19 anos (6,4%), mas a falta de interesse pela escola vem logo em seguida, com 5,9%; a boa notícia é que esses percentuais em 2016 eram bem maiores (8,9% e 8,4%, respectivamente). Esses números da Pnad Contínua de 2025, trazidos à tona pelo Todos Pela Educação, mostram melhoras importantes na taxa de conclusão do ensino médio até os 19 anos — mas a questão é que o desafio ainda persiste, em especial no que se refere ao fortalecimento das políticas atuais de acesso à renda pelos jovens e também à oferta de uma escola que atenda aos interesses dessa juventude.

Nesse caso, entendo que escolas em tempo integral, vinculadas à formação para o mundo do trabalho, em consonância com o novo ensino médio, seriam o esforço colaborativo que os governos, no âmbito federal e estadual, deveriam ampliar. O Brasil tem ainda um percentual muito baixo de jovens fazendo o ensino médio integrado ao ensino profissionalizante, diferente de países desenvolvidos. Essa oferta deve estar, por sua vez, vinculada à demanda local para associar a conclusão do ensino médio à empregabilidade.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Água e energia a preços de primeiro mundo

Poucos países do mundo reúnem tantas condições naturais para oferecer energia elétrica e água de qualidade a custos reduzidos quanto o Brasil. O território nacional abriga cerca de 12% da água doce superficial do planeta, possui uma das maiores redes hidrográficas existentes, ocupa posição privilegiada em incidência solar durante praticamente todo o ano e dispõe de extensas áreas favoráveis à geração de energia eólica. A matriz elétrica brasileira continua sendo uma das mais limpas do mundo, com predominância das fontes renováveis, sobretudo da energia hidrelétrica. Ainda assim, milhões de brasileiros convivem mensalmente com contas de luz e de água que comprometem parcela crescente do orçamento familiar. O consumidor raramente paga apenas pela energia que consome. A conta de luz transformou-se, ao longo das últimas décadas, num verdadeiro labirinto de tributos, encargos setoriais, subsídios cruzados, custos regulatórios, perdas operacionais e investimentos obrigatórios. O quilowatt-hora produzido por uma usina hidrelétrica pode custar relativamente pouco. Entre a geração e a tomada da residência, entretanto, acumulam-se impostos estaduais, contribuições federais, custos de transmissão, distribuição e uma série de encargos criados supostamente para financiar políticas públicas dentro e fora da área do setor elétrico. Em alguns estados, quase metade da fatura corresponde a componentes que pouco têm relação direta com a energia efetivamente consumida.

Situação semelhante ocorre com a água. Embora seja um recurso natural abundante em grande parte do território brasileiro, sua distribuição depende de sistemas complexos de captação, tratamento e transporte. Décadas de investimentos insuficientes em saneamento básico criaram um passivo bilionário. Em muitas cidades, as perdas na distribuição ultrapassam 35% da água tratada. Em outras palavras, mais de um terço da produção simplesmente desaparece antes de chegar ao consumidor, seja por vazamentos, seja por ligações clandestinas. O desperdício acaba incorporado às tarifas pagas pela população. Não deixa de ser curioso que um país frequentemente apresentado como potência ambiental imponha ao cidadão custos equivalentes ou superiores aos encontrados em diversas economias desenvolvidas.

O setor elétrico brasileiro passou por profundas transformações desde os anos 1990. Privatizações, concessões, renovação de contratos e criação de novos agentes alteraram significativamente o funcionamento do mercado. Em tese, a abertura à iniciativa privada buscava aumentar investimentos, eficiência operacional e qualidade dos serviços. Em muitos segmentos houve efetivamente modernização da infraestrutura. Em outros, porém, surgiram novos desafios regulatórios, especialmente relacionados ao equilíbrio entre interesse público, segurança energética e remuneração dos investidores. Os debates mais recentes envolvendo ativos do setor mostram como o tema permanece sensível. A aquisição de termelétricas da Eletrobras pela Ambar Energia, empresa pertencente ao grupo J&F controlador da JBS, trouxe novamente para o centro das discussões questões relativas à formação de preços, à segurança do abastecimento e aos impactos financeiros para os consumidores. Paralelamente, as negociações envolvendo a situação da distribuidora Amazonas Energia suscitaram intenso debate entre governo, Agência Nacional de Energia Elétrica e agentes privados acerca da distribuição dos custos da operação. Independentemente do mérito de cada decisão, episódios dessa natureza demonstram que as escolhas regulatórias podem produzir efeitos econômicos relevantes ao longo das próximas décadas para milhões de brasileiros. Outro elemento frequentemente negligenciado é a expansão das fontes complementares de geração. Nos períodos de estiagem, quando os reservatórios das hidrelétricas reduzem sua capacidade, entram em operação usinas termelétricas movidas a gás natural, óleo combustível ou carvão mineral. Essas unidades apresentam custo significativamente superior ao da geração hidráulica. Sempre que acionadas em larga escala, pressionam imediatamente as tarifas pagas pelos consumidores por meio das bandeiras tarifárias. Assim, mesmo um país dotado de extraordinário potencial hidrelétrico continua dependente de soluções mais caras em determinados períodos do ano.

O Brasil também construiu um dos maiores sistemas interligados de transmissão de energia do mundo. A extensão territorial impõe investimentos permanentes em linhas de transmissão capazes de levar eletricidade produzida no Norte e Nordeste até os grandes centros consumidores do Sudeste e Sul. Essa infraestrutura representa importante patrimônio nacional, mas exige manutenção constante e elevados investimentos que inevitavelmente são incorporados anualmente às tarifas. No caso do saneamento, os desafios não são menores. Apesar dos avanços recentes decorrentes do novo marco legal, milhões de brasileiros ainda vivem sem coleta de esgoto e sem abastecimento regular de água tratada. públicas. O verdadeiro desafio consiste em construir um ambiente regulatório transparente, previsível e eficiente, capaz de atrair investimentos sem transferir ao consumidor encargos excessivos ou custos decorrentes de ineficiências administrativas.

A frase que foi pronunciada:

"A frequência de cobranças indevidas nas contas de água e energia elétrica é tão elevada que inevitavelmente desperta dúvidas sobre a confiabilidade dos processos de cobrança."

Luis Saboia

História de Brasília

Pontes de Miranda, o acatado constitucionalista, comentando o art. 130 da Constituição, ensina que desde que "o brasileiro dê ensejo a que o Estado estrangeiro o considere seu nacional, há perda da nacionalidade brasileira". (Publicada em 25.05.1962)

Estudo com 30 mil idosos mostra que, no Brasil, o envelhecimento começa uma década antes do que na Europa, com perda funcional precoce e acelerada. Diferenças socioeconômicas explicam o gargalo, dizem especialistas

Dez anos mais velhos

» ISABELLA ALMEIDA

Um estudo que comparou o envelhecimento funcional de idosos no Brasil e na Europa identificou uma diferença preocupante: no país latino, o declínio da habilidade de realizar tarefas diárias com independência e autonomia começa, em média, cerca de 10 anos antes — por volta dos 80 no Velho Continente e, em média, aos 70 entre os brasileiros. Para especialistas, o resultado do trabalho, publicado, ontem, na revista *Plos One*, reforça o peso das desigualdades sociais, econômicas e do acesso aos serviços de saúde no passar dos anos e aponta para a necessidade de estratégias específicas de prevenção e cuidado.

A pesquisa, liderada pela Universidade Central da Catalunha, na Espanha, em parceria com a Universidade Nove de Julho, no Brasil, utilizou como base o Icope, um modelo desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para avaliar a chamada capacidade intrínseca dos idosos. A ferramenta reúne indicadores relacionados a mobilidade, cognição, vitalidade, saúde mental e funções sensoriais, permitindo uma análise geral da autonomia e da funcionalidade ao longo do envelhecimento.

Além de medir essas capacidades, os pesquisadores investigaram como fatores sociodemográficos e condições de saúde influenciam a realização das atividades básicas da vida diária, como tomar banho e se alimentar, e das tarefas instrumentais, que incluem administrar dinheiro, fazer compras e utilizar transporte. Para a comparação, foram analisados dados de quase 5 mil brasileiros e de 25 mil idosos europeus.

Trajetórias

Os resultados do trabalho mostram trajetórias distintas de envelhecimento. Enquanto os europeus apresentam uma perda funcional gradual, os brasileiros experimentam um processo mais precoce e acelerado. Segundo o artigo, essa diferença está diretamente relacionada às condições de vida, incluindo escolaridade, renda, acesso aos serviços de saúde e oportunidades para prevenir doenças.

Entre os fatores associados à preservação da funcionalidade, a força de preensão manual — força muscular gerada ao apertar um objeto com a mão — destacou-se como um importante indicador de proteção, tanto no Brasil quanto na Europa. A manutenção desse marcador se relacionou a um menor risco de perda de independência, reforçando a importância da prática regular de exercícios físicos e de estratégias voltadas para ganho de massa muscular durante o envelhecimento.

No caso brasileiro, outro marcador ganhou destaque: a velocidade da caminhada. O estudo mostrou que esse indicador é especialmente importante para identificar

Johannes Jansson/Divulgação



A velocidade da caminhada mostrou-se especialmente importante para identificar idosos em maior risco de declínio funcional

idosos em maior risco de declínio funcional, podendo servir como uma ferramenta simples e de baixo custo para a identificação precoce de fragilidades.

Cumulativos

Conforme Fabrício da Silva, cardiologista especialista em longevidade da Amplexus Assessoria de Saúde Especializada, em Brasília, o grande destaque do trabalho é mostrar que o envelhecimento funcional é o resultado de uma trajetória de vida inteira. “O fato de o declínio começar, em média, cerca de uma década mais cedo no Brasil sugere a influência de fatores cumulativos, especialmente as desigualdades socioeconômicas, menor acesso à educação, maior carga de

doenças crônicas, menos prática de atividade física, alimentação inadequada e acesso desigual aos serviços de saúde.”

Segundo ele, do ponto de vista cardiovascular, hipertensão, diabetes, obesidade e sedentarismo aceleram a perda de massa muscular, a redução da capacidade aeróbica e a limitação funcional. “Esses fatores frequentemente coexistem e potencializam o risco de incapacidade. A boa notícia é que muitos deles são modificáveis.”

A pesquisa também encontrou diferenças importantes em outros fatores relacionados ao envelhecimento. Na Europa, a perda de peso teve maior impacto sobre o desempenho funcional, enquanto alterações sensoriais, como dificuldades de visão e audição, afetaram de forma distinta

os dois continentes. Segundo os cientistas, os resultados sugerem que fatores ambientais, culturais e estruturais influenciam a maneira como essas condições afetam a qualidade de vida dos idosos.

Depressão

A saúde mental também desempenhou papel relevante. A depressão esteve associada a uma redução mais significativa da capacidade funcional entre os europeus. Já a percepção de piora da memória apresentou impacto semelhante nos dois grupos, indicando que esse pode ser um sinal importante para identificar idosos em risco, independentemente do contexto socioeconômico.

Palavra de especialista

Arquivo cedido



Adiar a incapacidade

“O grande desafio do envelhecimento brasileiro é comprimir a incapacidade, ou seja, adiar ao máximo a dependência e concentrá-la, quando ocorrer, em um período mais curto no fim da vida. O estudo também deve ser interpretado com cautela. Trata-se de uma análise transversal, que identifica associações, mas não comprova causalidade. Ainda assim, a mensagem é muito clara: a dependência não é uma consequência inevitável da idade. Muitas vezes, ela é consequência de oportunidades de prevenção que foram perdidas. Precisamos deixar de cuidar apenas da doença instalada e passar a acompanhar, de forma sistemática, aquilo que realmente importa para a pessoa idosa: continuar andando, decidindo, participando e vivendo com autonomia.”

Priscilla Guerra, médica geriatra com formação em oncogeriatria e clínica médica, fundadora do Instituto Matera

Além dos aspectos clínicos, fatores sociodemográficos, como escolaridade e sexo, exerceram influência sobre as descobertas. Os autores destacam que os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas adaptadas às diferentes realidades.

Segundo eles, no Brasil, a prioridade deve ser investir em ações preventivas desde fases mais precoces da vida, reduzindo desigualdades sociais, ampliando o acesso aos serviços de saúde e fortalecendo redes de apoio à população idosa. Nos países europeus, onde a população envelhece em melhores condições funcionais, as estratégias devem concentrar esforços na manutenção da independência e na prevenção da progressão do declínio.

REDEMOINHOS NO SOL

Imagens comprovam teoria centenária

Pela primeira vez em 150 anos, cientistas conseguiram fazer imagens de pequenos redemoinhos girando na superfície do Sol. O fenômeno, chamado de instabilidade de Kelvin-Helmholtz (KHI), foi previsto há um século e meio pela física, mas nunca havia sido observado na estrela, e pode ajudar a explicar a atividade solar explosiva e outras características do astro. A descoberta, publicada na revista *Nature*, foi possível graças ao telescópio solar Daniel K. Inouye, da Fundação Nacional de Ciência dos Estados Unidos (NSF), localizado no cume do vulcão Haleakal, no Havaí. O vídeo em time-lapse e as imagens divulgadas ontem mostram uma paisagem solar diferente de tudo que já foi visto, expondo redemoinhos dinâmicos em pequena escala por toda parte nas bordas das áreas magnéticas do Sol. Isso permitiu a identificação precisa da KHI na fotosfera, fornecendo a primeira confirmação experimental de um fenômeno que há muito tempo era previsto pela teoria, mas que só pôde ser revelado pela alta resolução espacial do Telescópio Solar Inouye.

“Acreditamos que a descoberta da instabilidade de Kelvin-Helmholtz na fotosfera solar, corroborada pela análise de simulações numéricas, representa um grande

avanço em nossa compreensão da dinâmica e evolução do plasma solar e estelar, e servirá como base para futuras descobertas”, afirmou David Boboltz, Diretor Adjunto do Observatório Solar Nacional, nos Estados Unidos.

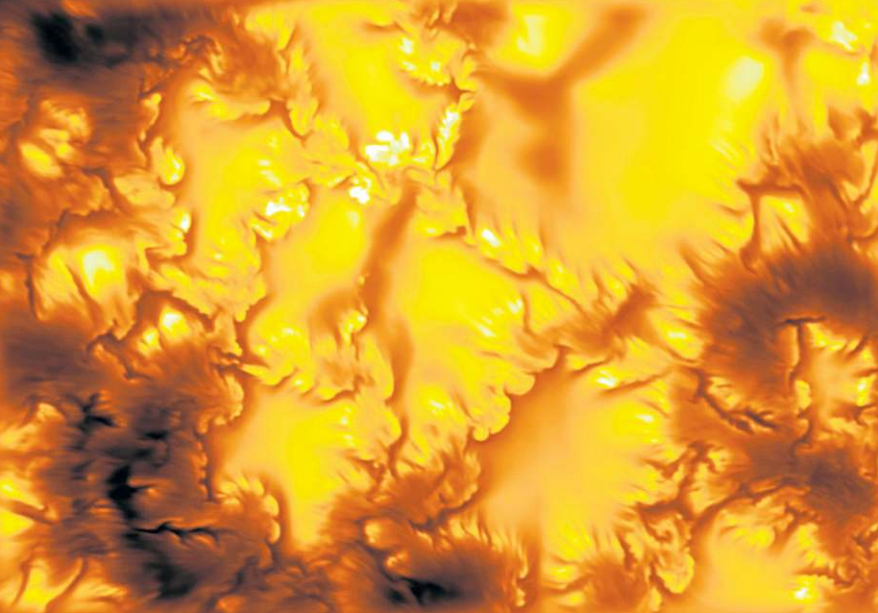
O fenômeno

A instabilidade de Kelvin-Helmholtz (KHI) acontece quando dois fluidos deslizam um sobre o outro em velocidades diferentes, fazendo com que pequenas perturbações se transformem em redemoinhos, ondulatórios ou espirais, que se assemelham a ondas quebrando no oceano. Desde sua formulação original por Lord Kelvin e Hermann von Helmholtz por volta de 1870, a KHI tem sido investigada em diversas áreas da física.

Segundo o trabalho, a instabilidade é observada em uma variedade de escalas. A KHI pode acontecer em pequenas ondas em lagos e oceanos, ou até nas atmosferas de gigantes gasosos como Júpiter e Saturno.

Conforme Hélio Jaques Rocha Pinto, presidente da Sociedade Brasileira de Astronomia, os redemoinhos funcionam como motores que torcem e embaralham

NSF/NSO/AURA/MPs



Fotografia de mais alta resolução da superfície solar — a fotosfera — já capturada

as linhas de força magnética do Sol. “Esse movimento contínuo é o gatilho para o acúmulo de energia que, ao ser liberado de forma violenta, gera desde pequenas erupções solares até gigantescas ejeções de massa coronal.”

Segundo o especialista, além de ajudar a explicar as explosões solares, a descoberta também lança luz sobre um dos maiores mistérios da astrofísica: por que a atmosfera externa do Sol, a coroa, é milhões de graus mais quente do que sua superfície. “Os redemoinhos poderiam atuar como misturadores de plasma, transportando energia magnética para

as camadas mais altas e contribuindo para esse aquecimento.”

Os vórtices solares são uma área de crescente interesse para a física. Eles podem ser uma fonte eficaz de energia magnética livre, que alimenta as principais atividades da estrela, incluindo eventos explosivos, desde minúsculas até grandes erupções. Esses fenômenos são os principais contribuintes para o clima espacial e podem perturbar gravemente a infraestrutura tecnológica moderna, incluindo redes elétricas, satélites, navegação GPS e comunicações globais. **(Isabella Almeida)**

Impacto lunar

Um pedaço de 4t do foguete Falcon 9 da SpaceX, que estava à deriva no espaço desde o ano passado, parece ter colidido com a Lua às 2h35 de ontem, no horário de Brasília. O objeto, do tamanho de um prédio de cinco andares, possivelmente caiu perto da cratera Einstein, uma região conhecida do satélite. O impacto será confirmado quando imagens de satélites dos Estados Unidos e da Coreia do Sul forem disponibilizadas, dentro de alguns dias.

AFP



Novos cenários na corrida ao Buriti

Faltando 59 dias para o primeiro turno, a pesquisa **Correio/Opinião** Inteligência Política revelou mudanças na disputa ao Governo do Distrito Federal. Candidatos e especialistas repercutiram os resultados sobre a intenção de voto dos brasilienses



» MILA FERREIRA

Dois meses do primeiro turno das eleições de 2026, o cenário das intenções de voto para o Governo do Distrito Federal ganha novos contornos. A atual governadora Celina Leão (PP) segue liderando a disputa tanto na pesquisa estimulada quanto na espontânea (veja quadro). O ex-governador José Roberto Arruda (PSD) mantém o segundo lugar em ambos os cenários, porém, com uma diferença maior. Mas se o segundo turno fosse hoje, haveria um empate técnico entre Celina, com 43,6%; e Arruda, com 40,1%.

A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número DF-04077/2026. Foram consultados 1.109 moradores de 31 regiões administrativas do Distrito Federal. A margem de erro da pesquisa, que foi a campo entre 30 de julho e 1º de agosto, é de 3,3 pontos percentuais para mais ou para menos.

“A pesquisa confirma mudança importante no cenário eleitoral. Celina deixa de dividir a liderança com Arruda, abre vantagens, se torna protagonista nesse primeiro turno, o que consolida ela como favorita”, comentou o cientista político e especialista em democracia participativa, Rócio Barreto. “Podemos atribuir esse crescimento também à força da máquina. Ela lançou muita política pública, investimento, cara a cara com as pessoas, etc. Agora, o grande desafio de Celina, apesar da vantagem em primeiro turno, é que o cenário muda completamente quando vai para o segundo turno, onde está empatada tecnicamente com Arruda”, acrescentou.

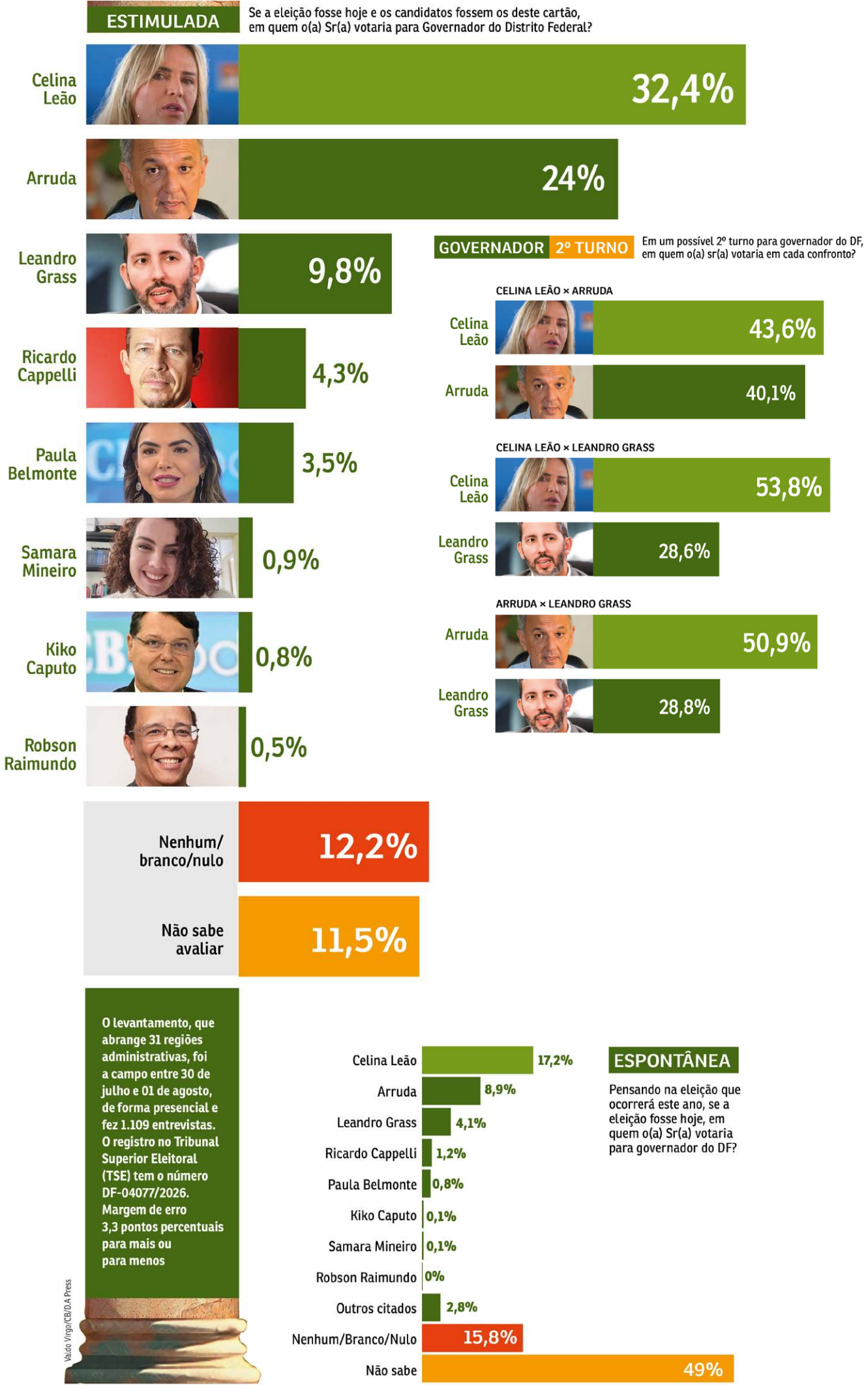
Rócio explica que o jogo zero, caso haja um segundo turno. “A rejeição de ambos é muito semelhante. A de Arruda é de 26,6% e de Celina 26,2%. Para Arruda, a rejeição limita o crescimento dele, dificulta conquistar eleitores de centro e indecisos. Para Celina, essa rejeição elevada impede uma vitória confortável, exige uma campanha voltada à ampliação do diálogo com o eleitor, cara a cara, e principalmente o eleitor moderado”, analisou o especialista.

Para o mestre em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB) Valdir Pucci, o dado que mais chama atenção da pesquisa é o elevado número de eleitores que ainda não decidiram o voto. Segundo ele, na pesquisa estimulada, a soma dos que afirmam não saber em quem votar e dos que pretendem votar em branco, nulo ou em nenhum candidato chega a quase 24% do eleitorado. Na espontânea, cerca de metade dos entrevistados não soube apontar um nome.

“A campanha nem começou e muitas pessoas sequer sabem quem serão os candidatos de fato. Isso explica o percentual elevado de indecisos e mostra que a disputa continua bastante aberta”, afirmou. Para o cientista político, esse cenário significa que praticamente todos os candidatos, especialmente os que hoje aparecem atrás de Celina Leão, têm espaço para crescer ao longo da campanha. “Quando temos praticamente um quarto do eleitorado indefinido na estimulada e mais da metade sem uma escolha consolidada na espontânea, qualquer um dos candidatos pode disputar uma vaga no segundo turno”, disse.

Repercussão

Celina Leão (PP) comemorou o resultado da pesquisa em publicação nas redes sociais. Na postagem, a governadora afirmou ter recebido o resultado “com gratidão, humildade e ainda mais responsabilidade”. “Pesquisa pra mim é uma bússola. Ela mostra que estamos no caminho certo, mas também lembra que ainda há muito por fazer. E é por isso que sigo do mesmo jeito: ouvindo, trabalhando e enfrentando os problemas de frente”, escreveu.



A governadora afirmou que continuará dedicada à administração do Distrito Federal. “Porque problema não se esconde. Se enfrenta! Vou continuar com os pés no chão, a garra de sempre e o coração voltado pra cuidar do DF”, destacou.

José Roberto Arruda (PSD) analisou como positivo o resultado. “Eu não brigo com números. Estou feliz de, depois de tantos anos, ser lembrado tão positivamente. Considerando que o campo foi feito antes da convenção e ainda havia dúvida se eu seria candidato, o resultado foi ótimo. Agora, começa a campanha para valer”, disse.

Ao analisar a liderança de Celina Leão, o mestre em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB), Valdir Pucci, avalia que a ampliação da vantagem em relação a José Roberto Arruda demonstra uma mudança de percepção do eleitorado. “Na pesquisa anterior, Celina ainda era vista muito como a vice-governadora de Ibaneis. Agora, passados alguns meses, a sociedade conseguiu avaliar um governo Celina. Ela conseguiu comunicar sua forma de governar e isso aparece na abertura da vantagem

sobre o segundo colocado”, analisou. Para o pesquisador, esse desempenho fortalece a possibilidade de a atual governadora chegar ao segundo turno e, caso isso ocorra, ela passa a ser a favorita na disputa.

“A grande questão é para onde irão esses votos caso Arruda não possa disputar as eleições. Eles migrarão para Celina Leão, por estarem mais identificados com a direita, ou buscarão outro nome de oposição ao atual governo? Essa é uma resposta que pode alterar completamente o cenário eleitoral”, afirmou. Segundo ele, se a maior parte desse eleitorado migrar para Celina, cresce significativamente a possibilidade de vitória ainda no primeiro turno. Ao mesmo tempo, Pucci lembra que Arruda lidera o índice de rejeição, consequência da lembrança, por parte do eleitorado, dos escândalos de corrupção que marcaram sua gestão. “Existe uma parcela importante da sociedade que ainda associa Arruda a esse período, o que explica sua elevada rejeição”.

Leandro Grass (PT) afirmou, em publicação nas redes sociais, que não pretende

comentar “nenhuma pesquisa eleitoral, seja lá qual for o resultado”. O petista destacou que, por ser cientista social e professor de metodologia científica, conhece o funcionamento das pesquisas eleitorais. “Há pesquisas sérias e outras com resultados encomendados conforme o gosto ou o pagamento do cliente. Dados são produzidos. E a forma como isso acontece é que define a fidelidade da amostra em relação ao conjunto total da população. Daí também é que se define a tal ‘margem de erro’”, escreveu.

Grass ressaltou que, diante de um cenário eleitoral que considera “bastante contaminado pelo poder econômico”, prefere acompanhar os levantamentos internos do partido, que, segundo ele, são realizados por “gente séria”. “O que posso dizer sobre as nossas internas é que o cenário está cada dia mais favorável para ganharmos as eleições”, declarou.

O candidato relembrou um episódio da campanha de 2022, quando, segundo ele, uma pesquisa divulgada na véspera da eleição apontava vantagem de um adversário. “Faltando menos de um dia para a eleição,

saiu uma pesquisa de um instituto conhecido indicando uma diferença de dois pontos para um dos meus adversários. O dado foi divulgado amplamente pela imprensa local e muita gente ficou perturbada com aquilo. Na urna, eu tive 22% de votos a mais que ele”, afirmou.

Ricardo Cappelli (PSB) celebrou o crescimento com relação à última pesquisa **Correio/Opinião**. “Segundo a pesquisa, eu vou ganhar a eleição no primeiro turno. Segundo a pesquisa, eu cresci 150%. Ou a pesquisa anterior estava errada ou vou ganhar em primeiro turno”, reagiu.

A candidata do PSDB, Paula Belmonte, acredita que há espaço para crescimento nas intenções de voto. “Estamos no início da campanha e a pesquisa confirma algo que sentimos todos os dias nas ruas: a eleição ainda está em construção e há um enorme espaço para o debate de propostas”, destacou. “Entre os dados levantados, o mais importante para mim é que a população quer discutir saúde, educação, segurança e o cuidado com as pessoas. É exatamente isso que estamos apresentando ao Distrito Federal. Tenho convicção de que, à medida que os eleitores conhecerem nosso projeto de governo e nossa trajetória, essa candidatura continuará crescendo”, acrescentou.

Samara Mineiro, da Unidade Popular (UP), afirmou que sua candidatura representa a possibilidade de “um governo diferente das últimas décadas no Distrito Federal”. “Apesar de a Celina aparecer em primeiro, avaliamos que ela não deve sustentar essa colocação”, afirmou. Ela destacou o crescimento da UP, partido pelo qual disputa o governo do Distrito Federal. Segundo ela, a legenda, registrada em 2019, tem ampliado sua presença no cenário político local e nacional. “A UP foi construída com a força dos movimentos populares e apresenta propostas ousadas, que defendem os interesses do povo e enfrentam os privilégios das elites bilionárias do Distrito Federal”, declarou.

Kiko Caputo (Novo), aparece com 0,8% das intenções de voto. Ele espera um cenário diferente após o início oficial da campanha eleitoral, em 16 de agosto. Na primeira rodada do levantamento, o candidato apareceu em último lugar, com 0,5%. Segundo Caputo, a campanha será uma oportunidade para apresentar suas propostas ao eleitorado. “A campanha ainda vai começar e a população do Distrito Federal vai ter a oportunidade de me conhecer melhor por meio do mais completo e abrangente plano de governo que um candidato ao GDF já apresentou”, afirmou. “É um plano para cuidar das pessoas, e não dos interesses da velha política”, acrescentou.

Pela primeira vez, o candidato Robson Raimundo (PSTU) apareceu com intenções de voto na pesquisa. Ao **Correio**, o professor comemorou a pontuação na pesquisa. “Apesar da dificuldade de concorrer numa eleição tão antidemocrática, em que o espaço para os candidatos dos partidos socialistas é muito reduzido, conseguimos pontuar na pesquisa e estamos felizes com isso”, afirmou. Esta não é a primeira vez que Robson Raimundo concorre ao cargo de governador do DF. Ele concorreu também em 2022.

Segundo turno

Os cenários de segundo turno reforçam a posição de vantagem de Celina Leão. Pucci ressaltou que a governadora aparece à frente tanto na simulação contra Arruda quanto diante de Leandro Grass, o que demonstra uma candidatura consolidada para uma eventual disputa final. Arruda, por sua vez, supera Grass no cenário em que ambos são testados, evidenciando, segundo o pesquisador, as dificuldades do campo progressista no Distrito Federal. “O eleitorado brasiliense tem um perfil majoritariamente conservador, e isso ajuda a explicar a vantagem dos candidatos desse campo político. Mas o fator que ainda pode mudar esse quadro continua sendo o mesmo: o elevado número de indecisos. Esse é o principal elemento capaz de alterar o cenário eleitoral ao longo da campanha”, afirmou.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Nelson e Rosa

A passagem dos 70 anos de publicação de *Grande Sertão: Veredas* não é apenas uma data chapa-branca estéril; ela enseja leituras e releituras. Nelson Rodrigues, o nosso profeta do óbvio, viveu uma relação tensa e contraditória com Guimarães Rosa. O criador do *Grande Sertão: Veredas* recomendava aos escritores que fizessem pirâmides e não biscoitos. Enquanto isso, Nelson fabricava os biscoitos finos na cozinha dos jornais, trabalhava mais do que remador de Ben Hur, como ele mesmo dizia. Chegava a escrever três crônicas por

dia: uma de costumes, outra de cultura e uma terceira sobre futebol.

Por isso, quando o dileto amigo Otto Lara Resende afirmou que Rosa era um gênio, Nelson sentiu-se humilhado e ofendido, e revirou-se de inveja. “Uma besta esse Otto”, defendeu-se. Permaneceu alguns dias indignado com Otto: “Nunca me chamou de gênio”, admitiu com a coragem extrema de sempre.

Mas a morte abrupta de Rosa, três dias depois de tomar posse de uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, provocou a perturbação em Nelson, que vazou para as crônicas: “Justamente a morte de Rosa tocou meu íntimo e confesso pântano”.

Ele começou a ficar inquieto pelas dúvidas que o escritor suscitava. E foi conversar no boteco Garoto do Papai com Carlos Heitor Cony e com Reynaldo

Jardim, que trabalhou na redação do **Correio** e se tornou um amigo. Claro que o assunto era Guimarães Rosa. Nelson atribuiu a Carlos Heitor Cony a definição de Rosa como “um novo Coelho Neto”, escritor parnasiano marcado pela retórica vazia, alvo preferencial do modernismo. Oswald de Andrade o chamava de “Coelho Avô”.

No entanto, ao mencionar Rosa, Cony teria abandonado Coelho Neto e comparado o inventor de Grande Sertão: Veredas com o Conselheiro Acácio, personagem de Eça de Queiroz, que só repete lugares comuns. “Aquele sujeito que morre para provar que viveu é Acácio. Tenha santa paciência. Mas é Acácio”. No escândalo, Nelson balbuciou: “E A terceira margem do Rio também é Acácio?” O outro fez a concessão: “A terceira margem é bom!”.

Quando Nelson avistou Reynaldo, perguntou o que achava de Guimarães Rosa, e o poeta disparou: “Um bolha!” Nelson protestou, argumentando com a invenção da linguagem, mas Reynaldo refutou com veemência polêmica: “Um falsário! Um falsário!”

Em crônica para a *Folha de S. Paulo*, Cony conta uma versão diferente dos fatos e reveladora do processo de criação de Nelson. O nosso profeta do óbvio perguntou a Jardim o que achava do Rosa. Com a franqueza habitual, o poeta disse que não gostava. No dia seguinte, Nelson escreveu que Jardim achava Rosa “uma besta”. A Cony, o nosso Freud de Madureira pediu opinião sobre uma frase que ganhou destaque nos jornais com a morte de Rosa: “A gente morre para provar que viveu”. Cony foi sucinto: “Tem um bafio acaciano”. Foi

o pretexto para Nelson escrever uma série de cinco crônicas, com pequenas variações, nas quais Cony aparecia de dede em riste, fazendo uma revisão crítica de calçada, dando pulos de indignação: “Acácio! Acácio!”.

Cony acreditava que Nelson testava as próprias ideias que não tinha coragem de expressar. E, em seguida, colocava tudo que queria dizer na boca dos amigos. No entanto, depois daquele embate com Cony e com Reynaldo, nos quais confrontou suas dúvidas, Nelson deu um desfecho dramático e fulminante para a crônica: “Comecei a beber meu copo de leite (a úlcera tinha contrações de víbora moribunda). E, súbito, fui varado por uma dessas certezas inapeláveis: Guimarães Rosa era o único gênio de nossa literatura”.

Eleição acirrada pelo Senado

Candidatos avaliam desempenho após levantamento do **Correio**/OPINIÃO. Especialistas destacam o alto número de indecisos, a importância da comunicação nas campanhas e que os eleitores devem decidir os nomes mais perto do pleito

» ANA CAROLINA ALVES
» MILA FERREIRA
» ANA MARIA CAMPOS

Os resultados da segunda rodada da pesquisa **Correio**/OPINIÃO Inteligência Política para o Senado e a Câmara dos Deputados demonstraram uma movimentação na disputa eleitoral no DF. Candidatos citados no levantamento comemoraram o desempenho, projetaram os próximos passos da campanha e avaliaram o cenário desenhado pelo eleitorado a pouco menos de dois meses das eleições de 2026.

A disputa pelas duas cadeiras no Senado tem ficado cada vez mais acirrada, segundo apontam os números. A senadora Leila do Vôlei (PDT), que busca a reeleição, subiu para o primeiro lugar em relação à primeira rodada da pesquisa, saltando de 30,2% para 46,9% de intenções de voto. Em segundo lugar, Michelle Bolsonaro (PL), que demorou a decidir se concorreria ao cargo, também registrou aumento nas intenções de voto entre as duas pesquisas, saindo de 38,8% para 42%. Logo atrás, Érika Kokay (PT) se manteve na terceira posição, mas saltou de 25% para 29,4% das intenções de voto.

A atual deputada federal e candidata ao Senado Bia Kicis (PL) apareceu em quarto lugar no levantamento e saltou de 14,4% para 22,6% nas intenções de voto entre a primeira e a segunda rodadas da pesquisa. Em quinto lugar, Sebastião Coelho (Novo), que na primeira rodada apareceu com 6% das intenções de votos, agora está com 12,4%.

Ao **Correio**, Leila do Vôlei afirmou que o resultado da pesquisa reflete, em sua avaliação, o reconhecimento da população do Distrito Federal ao trabalho desenvolvido ao longo do mandato. “Os números mostram dois cenários

importantes. O primeiro é o reconhecimento dos brasilienses ao trabalho que realizamos ao longo do mandato, ouvindo a população para definir prioridades e transformando essas demandas em investimentos para a saúde, os projetos sociais, a cultura, o esporte e a agricultura familiar”, afirmou.

Para a parlamentar, o levantamento também indica que a disputa pelo Senado deverá ser acirrada. “Vamos continuar percorrendo o Distrito Federal de ponta a ponta, conversando com as pessoas, mostrando com transparência o trabalho que realizamos ao longo desses quase oito anos e apresentando propostas para melhorar a vida da população e construir um DF mais justo, desenvolvido e com mais oportunidades para todos”, ressaltou.

Sebastião Coelho afirmou ter recebido com satisfação o resultado da pesquisa. Confiante no desempenho durante a campanha, que começa em 16 de agosto, Sebastião Coelho disse acreditar que o cenário eleitoral ainda pode mudar. “O processo está apenas começando. Estou muito confiante de que tudo correrá bem para o benefício da população de Brasília e do Brasil. Eu fui servidor público por mais de 30 anos como juiz desembargador, e o meu lema é servir”, ressaltou.

Em segundo lugar na pesquisa, Erika Kokay afirmou que quando a campanha começar de fato, a partir de 16 de agosto, o objetivo é ir para as ruas apresentar a diferença entre os projetos da legenda e da oposição. “O nosso, que luta pelo fim da escala 6x1, pelo Pé-de-Meia e pela valorização salarial; e o deles, que sempre priorizou as elites e os donos do dinheiro”, destacou.

Procurados, os demais candidatos não responderam até o fechamento desta edição.

Roque de Sá/Agência Senado



Leila do Vôlei (PDT) está em primeiro, com 46,9% da preferência

Panorama

Cientista político pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em democracia participativa, Rócio Barreto avaliou que a disputa pelo Senado no Distrito Federal está, neste momento, organizada em três grandes campos políticos: o centro, representado por Leila do Vôlei (PDT); a direita, por Michelle Bolsonaro (PL); e a esquerda, por Erika Kokay (PT). Segundo ele, a liderança de Leila na pesquisa não significa apenas uma vantagem numérica, mas reflete a capacidade da senadora de atrair eleitores de diferentes espectros ideológicos. “Leila Barros amplia seu campo político e atrai votos de diferentes segmentos. Ela pode receber o voto de um eleitor da Michelle e também de um eleitor da Erika Kokay. É um eleitorado menos ideológico,

que se identifica tanto com a Leila do esporte quanto com a senadora que apresentou propostas voltadas às mulheres”, explicou.

Apesar da vantagem de Leila, Barreto destacou que a disputa permanece aberta. Para ele, o elevado percentual de eleitores que ainda não consolidaram o voto indica que o cenário pode sofrer alterações ao longo da campanha. “A pesquisa mostra que a eleição está em uma fase decisiva, mas ainda há muito espaço para mudança. Há um movimento de crescimento de Leila, mas também um momento de turbulência dentro do campo bolsonarista. Isso permite uma leitura mais ampla do que simplesmente dizer que ela assumiu a liderança”, afirmou.

Segundo o especialista, a eleição para o Senado possui uma dinâmica própria por contar com

Partido Liberal / PL Mulher



Michelle Bolsonaro (PL) tem 42% das intenções de voto ao Senado

duas vagas em disputa, o que amplia as possibilidades de mudança ao longo da campanha. “Michelle tem uma base eleitoral muito fiel e pode recuperar espaço. Erika Kokay também não pode ser descartada em nenhum momento. Além disso, debates, entrevistas e o início oficial da campanha tendem a alterar o comportamento do eleitor. Ainda existe muito voto disponível e isso pode mudar completamente esse quadro”, destacou.

Para Barreto, a manutenção ou o crescimento de uma candidatura dependerá principalmente da capacidade de comunicação ao longo dos próximos meses. “Uma estratégia de comunicação bem organizada, capaz de divulgar as ações do mandato, apresentar propostas de forma clara e ampliar a presença da candidata em diferentes regiões

A pesquisa

O levantamento foi feito entre 30 de julho e 1º de agosto e tem margem de erro de 3,3 pontos percentuais para mais ou para menos. Foram consultados 1.109 moradores de 31 regiões administrativas do Distrito Federal. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número DF-04077/2026.

do Distrito Federal, pode ser determinante. A disputa continua aberta e quem conseguir comunicar melhor seus resultados e propostas terá vantagem na reta final da campanha”, destacou.

Cenário aberto para a Câmara dos Deputados

Diferentemente da pesquisa para o Senado, o levantamento sobre a disputa por vagas na Câmara dos Deputados foi realizado de forma espontânea, sem a apresentação de nomes aos entrevistados. Entre os mais citados, quatro nomes não concorrem atualmente a uma cadeira na Câmara Federal: Chico Vigilante (PT) e Jaqueline Silva (MDB), ambos com 1,4% das menções; e o deputado Ricardo Vale (PT) e ex-senador José Antonio Reguffe (Solidariedade), ambos com 0,4%.

Considerando apenas os nomes que estão na disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados, o deputado federal e candidato à reeleição Rafael Prudente (MDB) aparece entre os mais lembrados, com 1,8% das citações. Ao **Correio**, ele disse estar feliz com o resultado.

“É um reconhecimento de que o trabalho que estamos fazendo, sempre perto das pessoas e das comunidades, está sendo percebido pela população”, destacou. Segundo o

deputado, o resultado é motivo de mais motivação para “continuar trabalhando, com humildade e muito pé no chão”. “A pesquisa mostra que estamos no caminho certo, mas sabemos que o mais importante é seguir fazendo a nossa parte para conquistar a confiança dos eleitores no momento da eleição”, afirmou.

Júlio César (Republicanos-DF) apareceu logo atrás, em segundo lugar, com 1,6% das intenções de voto, em empate técnico com Prudente. Segundo ele, o desempenho na pesquisa reflete o reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo do mandato. Ainda assim, destacou que o elevado percentual de eleitores indecisos, de 67,2%, demonstra que a disputa permanece em aberto. “Isso mostra que não existe clima de conforto ou de ‘já ganhou’. Pelo contrário, a maior missão agora é continuar mostrando o nosso trabalho, ouvindo as pessoas e conquistando a confiança de quem ainda

Divulgação



Tendência é de que eleitores se decidam às vésperas de 4 de outubro

está avaliando seu voto”, afirmou. “O nosso foco continuará sendo o mesmo: trabalhar, prestar contas e mostrar resultados. Tenho convicção de que o reconhecimento é

consequência do trabalho”, acrescentou.

Ao comentar o empate técnico com Rafael Prudente, o deputado afirmou encerrar o cenário com

respeito. “Tanto eu quanto o deputado Rafael Prudente temos uma atuação conhecida pela população do Distrito Federal, com presença na Câmara dos Deputados,

apresentação de projetos e trabalho constante nas cidades ao longo de todo o mandato, e não apenas em período eleitoral”, disse.

De última hora

Na primeira pesquisa realizada pelo **Correio**, em 17 de junho, 54,5% dos entrevistados não sabiam em quem votar para deputado federal. Na mais recente, a porcentagem subiu para 67,2%.

O cientista político e sócio da Hold Assessoria Legislativa, André César, explicou que a tendência é de que as pessoas escolham os candidatos a deputado federal e distrital mais perto do dia do pleito. “O cidadão, no geral, tende a focar inicialmente nos candidatos a presidente, governador e senador. Neste momento, as pessoas ainda estão com a cabeça em outras preocupações, do dia a dia. Os candidatos às Casas Legislativas tendem a ser escolhidos apenas a partir de quando começa a propaganda eleitoral gratuita. Muita gente deixa para escolher somente na semana da eleição. Tanto que os mais citados são os deputados que já têm mandato”, comentou o especialista.

ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Divulgação



Pitiman será vice de Arruda

O ex-deputado federal Luiz Pitiman (PSD) será o vice do ex-governador José Roberto Arruda (PSD), que deverá disputar as eleições de outubro para o GDF. Caso a chapa seja vitoriosa, Pitiman atuará nas obras. Ele foi presidente da Novacap no governo de Arruda e secretário de Obras na gestão de Agnelo Queiroz (PT). Em 2014, concorreu ao Palácio do Buriti pelo PSDB e terminou a eleição em quarto lugar, quando Rodrigo Rollemberg (PSB) foi eleito governador. Falta ainda definir quem vai ser o candidato ou candidata ao Senado. Essa definição só deve sair em 15 de agosto. O empresário Paulo Octávio, presidente do PSD-DF, foi convidado a concorrer ao Senado, mas não aceitou.

Arquivo Pessoal



Liga da Justiça

O delegado Rafael Sampaio, ex-presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do DF (Sindepo), filiado ao Novo, será o vice na chapa de Kiko Caputo, do mesmo partido. O nome foi oficializado ontem. A chapa de Kiko pode ser chamada de "Liga da Justiça". Conta com um advogado, um delegado e um desembargador, Sebastião Coelho (Novo), que vai concorrer ao Senado. Só faltou um representante do Ministério Público.

Minervino Júnior/CB



Leandro Grass, nova chance para chegar ao Buriti

Agora é oficial. O ex-deputado distrital e ex-presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Leandro Grass (PT) foi oficializado, ontem, candidato ao Governo do Distrito Federal. Ele vai para a eleição com o apoio de uma frente de partidos de esquerda: PT, PV, PCdoB, PSOL, Rede Sustentabilidade e PDT. Grass foi candidato ao Buriti há quatro anos, pelo PV, e por cinco mil votos perdeu a chance de disputar o segundo turno com o então governador Ibaneis Rocha (MDB), que acabou levando no primeiro turno. Agora, com a militância dos partidos de esquerda, ele aposta em um crescimento ao lado do presidente Lula para se tornar governador.

Minervino Júnior/CB



Ativista da igualdade racial será vice na chapa

Depois de muitas debates, a federação PT-PCdoB-PV escolheu a empresária e ativista Dora Gomes, do PV, como vice de Leandro Grass (PT), na disputa ao Palácio do Buriti. Dora tem trabalho voltado ao empreendedorismo feminino, à igualdade racial e aos direitos da população negra.

Divulgação



Na coordenação da campanha de Lula no DF

Indicada para ser a vice de Leandro Grass, Tetê Monteiro (PSOL) recebeu uma outra missão importante. Ela foi convidada para coordenar a campanha de Lula ao lado do presidente do PT-DF, Guilherme Sigmaringa. Tetê tem trajetória ligada aos movimentos sociais e à luta popular no DF. Advogada, feminista e militante do Psol há mais de 20 anos, ela atuou em iniciativas como a União das Mulheres de Ceilândia, o Ferrock, o movimento Acorda Ceilândia, Acorda! e atualmente integra as Promotoras Legais Populares. Além de dirigente do Psol-DF, Tetê também faz parte da direção nacional do partido.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



PDT e Leila vão com Grass

No prazo final das definições sobre alianças, o PDT da senadora Leila do Vôlei decidiu se coligar com os partidos que integram a frente de apoio à candidatura de Leandro Grass (PT) ao Palácio do Buriti. O partido esperou até ontem por uma união com o PSB que não prosperou. Na hora de decidir, o PDT escolheu o partido do presidente Lula.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Tentativa de união

Ricardo Cappelli (PSB) e Paula Belmonte (PSDB), candidatos ao GDF, terminaram o dia ontem sem anunciar seus vices e nomes para o Senado. Os dois têm conversado e podem se unir. Mas há a mesma dificuldade que impediu a aliança do PSB com o PT: ninguém quer ceder a cabeça da chapa.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Dúvidas

O ex-senador José Antonio Reguffe (Solidariedade) esteve na convenção de Paula Belmonte, fez elogios à candidata, declarou apoio, mas ainda não propôs casamento. Falta oficializar a aliança. Também falta Reguffe decidir se será ou não candidato. Vai repetir 2022, quando esteve cotado para disputar o governo, o Senado e a Câmara dos Deputados, e decidiu ficar fora da campanha?

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

Brasilienses em dúvida sobre distrital

Mais da metade dos eleitores ouvidos na pesquisa **Correio/OPINIÃO** Inteligência Política não decidiram em quem votar para a CLDF. Entre os candidatos mais citados, Jaqueline Silva (MDB) aparece em primeiro lugar, seguida por Chico Vigilante (PT)

» ANA CAROLINA ALVES
» MILA FERREIRA
» ANA MARIA CAMPOS

A pesquisa Correio/Opinião Inteligência Política, divulgada ontem, apontou que 62,2% dos brasilienses ainda não sabem em quem votar nas eleições de 2026 para ocupar uma cadeira na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Além disso, o levantamento espontâneo para deputado distrital indicou que 10,7% dos ouvidos não votarão em nenhum dos candidatos, seja anulando o voto ou seja votando em branco. Entre os candidatos citados, Jaqueline Silva (MDB) apareceu em primeiro lugar, com 2,7%, seguida por Chico Vigilante (PT), com 1,7%, e o líder do governo, Pepa (PP), com 1,4%. Todos eles disputam a reeleição ao cargo.

Jaqueline Silva disse ter recebido o resultado da pesquisa com felicidade e afirmou acreditar que os números refletem o resultado do trabalho desenvolvido. "Temos atuado para levar infraestrutura às cidades, melhorias em escolas públicas, fortalecimento de políticas públicas, como o Cartão Creche e o Cartão Material Escolar, a promoção de atividades que levem saúde para os

idosos, ações esportivas para crianças no contraturno escolar, entre muitos outros trabalhos", destacou.

Chico Vigilante afirmou que recebeu com tranquilidade o resultado da pesquisa e ressaltou a importância de levantamentos eleitorais para ampliar o acesso à informação. "Considero muito importante o Correio estar fazendo essa pesquisa, para sabermos como a população pensa, e me sinto reconfortado com o resultado", afirmou. A pouco menos de 60 dias das eleições, Vigilante disse que seguirá percorrendo as regiões administrativas para apresentar suas propostas, com foco na defesa da população idosa e na melhoria dos serviços públicos.

Com 1,4% das intenções de voto, o deputado Pepa (PP) afirmou receber o resultado com humildade e gratidão. "Ficar entre os mais lembrados espontaneamente pela população é fruto de um trabalho sério, feito com dedicação todos os dias. Sigo com os pés no chão: pesquisa é uma fotografia do momento, e o compromisso que tenho é continuar escutando as pessoas e entregando resultados concretos para o Distrito Federal", disse.

Candidato à reeleição na CLDF, Max Maciel (Psol) celebrou o quarto lugar na pesquisa, com 1,1% de intenção de voto. "Isso demonstra

CLDF



Jaqueline Silva (MDB) tem 2,7% das intenções

que, nesses três anos e meio, o nosso trabalho de fiscalização massiva sobre o transporte público, sobre o orçamento da cidade, acompanhando cada demanda em vários territórios, mostrou e demonstrou resultado", afirmou.

Apontado na pesquisa com 1% da intenção de votos, em sexto lugar, o deputado Joaquim Roriz Neto (PL-DF), que busca a reeleição ao cargo, afirmou receber o resultado com gratidão. "Estar entre os primeiros colocados e, principalmente, aparecer em primeiro lugar dentro do nosso partido é um indicativo importante de que o trabalho que estamos realizando está sendo reconhecido pela população", destacou.

Com 0,7% das intenções de voto, Robério Negreiros (Podemos) declarou ter recebido o resultado da pesquisa com humildade e satisfação. "Acredito que o nosso trabalho de base, construído ao longo de quatro mandatos, tem reforçado esse reconhecimento, e é isso que move o nosso trabalho e nos motiva a continuar", afirmou o candidato à reeleição na CLDF.

Além das intenções de voto

Pesquisador do Instituto de Ciência Política (Ipol) da Universidade de Brasília (UnB) e doutor em ciência política, Robson Carvalho fez um alerta para a interpretação

dos resultados das pesquisas eleitorais sobre a disputa proporcional. Para ele, levantamentos desse tipo têm baixo valor indicativo, uma vez que a eleição não é decidida apenas pela votação individual dos candidatos, mas pelo desempenho dos partidos e federações no cálculo do quociente eleitoral. "Os resultados apenas sinalizam intenções de voto em candidatos que têm sido mais lembrados pela parcela do eleitorado consultada. O valor analítico desses resultados é baixíssimo ou quase nulo", explicou.

Carvalho ressaltou que, neste momento da pré-campanha, os números refletem muito mais o grau de conhecimento dos nomes junto ao eleitor do que a configuração

A pesquisa

A pesquisa foi a campo entre 30 de julho e 1º de agosto, e tem margem de erro da pesquisa de 3,3 pontos percentuais para mais ou para menos. Foram consultados 1.109 moradores de 31 regiões administrativas do Distrito Federal. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número DF-04077/2026.

real da disputa. De acordo com ele, candidatos às eleições majoritárias costumam ter maior visibilidade antes do início oficial da campanha, enquanto os postulantes ao Legislativo ainda são pouco conhecidos.

Na avaliação do pesquisador, parlamentares que já exercem mandato, líderes governistas ou de oposição tendem a aparecer melhor posicionados neste momento por serem mais conhecidos da população. Ainda assim, ele ponderou que a disputa começa dentro das próprias legendas e que fatores como estrutura de campanha, recursos financeiros, comunicação e atuação regional podem alterar significativamente o cenário até a eleição.



Quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrá-lo e respirar

Ailton Krenak



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Associações comerciais e Confederação da Agricultura se unem para expor Gasto Brasil

Em âmbito nacional, a despesa governamental já ultrapassou R\$ 3,3 trilhões. Desde o início de 2026, o governo federal respondeu por mais de R\$ 1,5 trilhão (46%) do total do gasto público. Os dados são da plataforma Gasto Brasil e, segundo o levantamento parcial de 2026, os estados responderam por R\$ 902 bilhões em despesas públicas, e os municípios, o equivalente a R\$ 884,5 bilhões. Para ampliar a divulgação sobre despesas públicas, a Confederação Brasileira das Associações Comerciais (CACB) e a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) farão o lançamento do “Painel Gasto Brasil” na Câmara dos Deputados, na próxima terça-feira, 11 de agosto. Serão lançadas novas funcionalidades na plataforma para aumentar ainda mais o nível de transparência de dados para a população, com recortes econômicos e valores mais detalhados. A solenidade no Salão Nobre da Câmara terá as presenças dos presidentes da CACB, Alfredo Cotait Neto, e da CNA, João Martins.

CACB



Divulgação



Gastos do DF, RJ e SP

A despesa pública primária no Distrito Federal (DF) chegou a R\$ 37 bilhões, entre 1º de janeiro e 5 de agosto deste ano. Considerando uma população de 2,8 milhões de habitantes, o valor equivale a R\$ 13,2 mil per capita. Mesmo parcial, o valor já corresponde a 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do DF em 2025, que totalizou R\$ 365,6 bilhões. Dados apurados na plataforma sobre o estado de São Paulo apontam despesa pública de R\$ 176,7 bilhões entre 1º de janeiro e a data de ontem. Levando em consideração a população de 44,4 milhões de habitantes, o per capita fica em R\$ 3,9 mil. No Rio de Janeiro, o gasto público é de R\$ 70,5 bilhões no mesmo período. Com população de 16 milhões, o per capita fica em R\$ 4,4 mil.

Vigilância e transparência

Criada em 2025 pela CACB, em parceria com a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a ferramenta reúne informações on-line dos governos federal, estaduais e municipais sobre despesas com pessoal, previdência, encargos sociais e investimentos, incluindo obras, aquisição de imóveis, entre outros gastos públicos. “São dados que precisam ser acompanhados, permitindo que as pessoas possam cobrar do governo respostas quanto ao excesso de gastos, uma vez que a conta não fecha, pois há mais despesas do que arrecadação no país”, afirma o presidente da CACB, Alfredo Cotait Neto.

Ed Alves/CB/DA Press



“Juros agravam as dificuldades da indústria e seguirão asfixiando empresas e famílias”, diz CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) mais uma vez expressou insatisfação com a política monetária do país. Apesar de considerar acertada a decisão do Copom do Banco Central de reduzir a taxa básica de juros, afirma que ela permanece alta. A entidade frisou que os juros “agravam as dificuldades da indústria e seguirão asfixiando empresas e famílias”. Ricardo Alban, presidente da CNI, completou: “Não há justificativa compreensível para a manutenção da taxa em nível tão alto”.

Acima da Regra de Taylor

Os juros estão em patamar restritivo há 55 meses. E a CNI aponta que a taxa está 3,6 pontos percentuais acima da calculada com base na Regra de Taylor — estimada em 10,4%. Esta regra permite calcular uma taxa de juros que proporcione o controle da inflação sem desestimular o crescimento da economia. A taxa de juros real, aproximadamente de 10%, supera com folga a taxa de equilíbrio estimada pelo próprio Banco Central, de 5%, indicando que há espaço para cortes mais expressivos na Selic, sem prejuízos no combate à inflação”, argumenta a CNI.

Indústria da construção: “Redução muito aquém do que o Brasil precisa”

Esta é a quarta queda consecutiva da taxa básica de juros. O movimento do BC é considerado importante para a economia, embora ainda insuficiente para estimular de forma mais consistente o crédito e os investimentos. “No entanto, ainda está muito aquém do que o Brasil precisa. O mercado imobiliário, em especial, sente fortemente os efeitos desse cenário. Para que essa política produza resultados mais consistentes, será necessário manter sucessivas reduções da Selic. O ideal é que a taxa alcance um patamar de um dígito, historicamente mais favorável ao financiamento”, conclui o presidente da CBIC, Eduardo Aroeira.

Divulgação



Sesi Lab é indicado ao principal prêmio de museus de ciência do mundo

Projeto no Distrito Federal, idealizado pelo Serviço Social da Indústria, está indicado ao principal prêmio de museus de ciência do mundo, o CIMUSET Award 2026, concedido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM). Os vencedores serão anunciados em setembro, no México. O Sesi Lab ganhou destaque aos olhos da comissão julgadora do prêmio pela abordagem inovadora e interdisciplinar. E uma mostra em especial reuniu ciência contemporânea, conhecimentos indígenas, práticas artísticas e participação pública para discutir desafios globais. O potencial da Floresta Amazônica para o fortalecimento da bioeconomia conduziu a exposição *BioOCAnomia Amazônica*, que ficou em cartaz no DF em 2024 e agora está no projeto itinerante do museu no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Divulgação/ Sesi Lab



Processo coletivo

“A indicação ao prêmio reafirma nossa convicção: os grandes desafios contemporâneos só podem ser enfrentados reunindo ciência, arte e educação em um processo coletivo”, contou Claudia Ramalho, superintendente de Cultura do Sesi. O museu foi indicado ao lado de iniciativas da Austrália, Estados Unidos e Uganda.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



»Entrevista | ALEXANDRE GARCIA E CARLOS ANDRÉ MACHADO | DO OPINIÃO INTELIGÊNCIA POLÍTICA

Ao *CB.Poder*, os especialistas em pesquisa eleitoral avaliam o mais recente levantamento sobre intenção de voto no DF. Para eles, a esquerda está estagnada, e Celina Leão e José Roberto Arruda devem se enfrentar em um eventual 2º turno

“Esquerda precisa entrar em campo”

» MANUELA SÃ

Após a publicação da segunda rodada da pesquisa **Correio/Opinião Inteligência Política**, que avalia a intenção de voto dos eleitores brasileiros, Alexandre Garcia, CEO do instituto responsável pela sondagem; e Carlos André Machado, diretor de negócios, analisaram os dados, ontem, em entrevista ao *CB.Poder* — parceria entre o **Correio Braziliense** e a



TV Brasília. As jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos, os dois afirmaram que a tendência é de que haja segundo turno entre Celina Leão (PP) e José Roberto Arruda (PSD). Eles avaliam que a esquerda está estagnada. Em relação à disputa ao Senado, a análise é de que ela será marcada mais pela polarização entre esquerda e direita do que a disputa para governador.

Quais são as principais avaliações dessa pesquisa para as eleições de 2026 no DF?

Alexandre Garcia: Celina teve um leve crescimento. Ela foi quem mais cresceu em comparação com a primeira rodada da pesquisa. Arruda está mais estacionado. No entanto, se as eleições fossem hoje, o segundo turno era certo. Há uma tendência para que haja, de fato, o segundo turno, mantidas as condições que estamos observando hoje.

Carlos André: É interessante comparar com a rodada que fizemos em junho. A esquerda ainda não havia conseguido se apresentar para o eleitorado. A gente percebe que o candidato Leandro Grass (PT) está praticamente na mesma posição que estava na rodada passada. Essa é uma certeza: o retrato da pesquisa traz que a esquerda ainda precisa entrar em campo nessas eleições.

Considera que se Leandro Grass e Ricardo Capelli (PSB) se unissem, isso faria deles mais competitivos?

Alexandre: Pela análise

histórica de votos para a esquerda progressista, para o pleito de governo, eles têm um teto baixo. Pode ser que, com o caminhar da campanha e a definindo a posição sobre Arruda concorrer ou não, que eles se qualifiquem para um segundo turno. Mas acho muito difícil uma mudança de tendência, porque, nas últimas eleições, a gente observa que a esquerda progressista, para o cargo de governo do Distrito Federal, não consegue performar a ponto de ser competitiva. É uma análise pelo cenário passado e pela dificuldade que a gente observou de Leandro Grass, que saiu de uma outra eleição com cerca de 23% dos votos, se não me engano, ele não consegue recuperar parte desses votos, ele não bateu nem 10%. Esperávamos ele com uma performance melhor nessa largada, mas a gente sabe que a esquerda ainda está definindo para qual caminho seguir.

O ex-governador Arruda tem 24% das intenções de votos. Se ele não conseguir registrar a candidatura, para onde iriam esses votos?

Alexandre: Boa parte deles iriam para Celina. Acredito que ela seria a maior favorecida, mas não sei se seria o suficiente para ela levar no primeiro turno. Para um eventual segundo turno sem Arruda, o cenário pode ser bem diferente, porque a gente não sabe como ele vai se posicionar em relação a Celina. Não sabemos quais serão as novas conexões feitas a partir do primeiro turno. Então, a situação de Arruda muda completamente o cenário.

Para onde ele for, leva grande parte de seu eleitorado ou esse eleitorado segue o próprio ritmo?

Alexandre: Ele pulveriza, mas com certeza uma parte vai caminhar com ele.

Carlos: Historicamente, a esquerda tem sempre 20% ou 30% de certa forma bem sedimentada na capital federal. Então, parte

Davi Pereira/CB/DA Press



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

desses votos de Arruda certamente podem melhorar o desempenho da esquerda. No entanto, eu concordo que a Celina passa a ser a maior beneficiária dessa situação.

Alexandre: Se a gente olhar para a consulta espontânea, Arruda está com cerca de 10% das intenções de voto. Esse é o voto sedimentado de Arruda. Esse eleitor, possivelmente, vai caminhar com ele.

O que a gente pode ler da pesquisa de intenção de voto para o Senado?

Alexandre: É importante explicar que os percentuais somam os dois votos. Por esse motivo, os percentuais são mais encorpados. O que a gente percebe é a

Leila do Vôlei (PDT) fortalecida. Ela está performando muito bem. Achei que ela estava com uma boa performance, mas não imaginei que pudesse crescer tanto. Michelle Bolsonaro (PL) está muito bem posicionada. Houve várias situações nos últimos dias que, de certa forma, podem ter interferido na intenção de voto de Michelle. Aqui, temos a polarização de esquerda e direita. Diferentemente dos votos para o GDF, que a gente percebe que ele é mais um voto de gestor, com uma preocupação se o candidato tem ou não capacidade para gerir o DF. No Senado, há mais um alinhamento ideológico. Leila capta boa parte dos votos de esquerda. Quando estudamos o voto dela, a gente vê que boa parte desse eleitor também vota em Lula (PT). Erika Kokay também capta os votos da esquerda. Michelle é ponta de lança para os votos da direita, com Bia Kicis (PL) em quarto. Resta saber como as duas vão caminhar juntas e como

o presidente Lula vai se posicionar em relação às candidatas de esquerda.

Carlos: Curiosamente, nós temos três candidatos de direita: Sebastião Coelho (Novo), Michelle e Bia Kicis. Os votos estão divididos entre esses três candidatos. Na esquerda, Leila sai com essa vantagem importante.

Há um segundo cenário para o Senado com o nome de Paulo Octávio. Nele, Sebastião Coelho fica um pouco abaixo de Paulo Octávio. Ele tira votos de todo mundo?

Alexandre: Isso. Ele tira em proporções maiores de Michelle e de Leila, cerca de 30% da composição dos votos dele vem de cada uma dessas candidatas. De Bia e Erika, ele tira cerca de 10%. Aqueles que são mais moderados, mais de centro, tendem a migrar para o Paulo Octávio.

» Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira



Grass e Dora disputarão o GDF

Chapa foi anunciada durante convenção realizada ontem. Aliança formada por PT, PCdoB e PV apresentou, ainda, a candidatura de Erika Kokay (PT) ao Senado, além de nove candidatos à Câmara dos Deputados e 24 à Câmara Legislativa

» PAULO GONTIJO
» NATHALIE LOPES

A Federação Brasil da Esperança — formada por PT, PCdoB e PV — lançou, ontem, Leandro Grass (PT) como candidato ao Governo do Distrito Federal (GDF), tendo Dora Gomes (PV) como vice. A convenção ocorreu na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e marcou, ainda, o lançamento da candidatura da deputada federal Erika Kokay (PT) ao Senado. A nominata da Federação inclui nove candidatos à Câmara dos Deputados e 24 à CLDF.

Ao apresentar a chapa, Grass destacou o processo de diálogo entre as legendas que resultou na composição. Ele agradeceu aos partidos que decidiram integrar a aliança e classificou Dora como uma mulher de trajetória admirável. “Foi necessário muito diálogo e trabalho para consolidarmos esta aliança. É uma honra contar com a Dora, mulher de trajetória admirável, como nossa vice”, afirmou.

Dora, por sua vez, afirmou que recebe a indicação com o compromisso de construir uma gestão voltada ao diálogo, ao desenvolvimento econômico e à inclusão social. “Assumo esta responsabilidade com o compromisso de construir um governo que dialogue, que promova o desenvolvimento econômico e a inclusão social. Não há democracia plena enquanto houver pessoas à margem”, afirmou.

A candidata a vice destacou a importância da representatividade de mulheres, mulheres negras e jovens na política. “Quero dizer às mulheres, especialmente às mulheres negras e à nossa juventude, que a cor da nossa pele ou nosso gênero não devem limitar nossos sonhos”, disse. Segundo Dora, a proposta da chapa é construir uma política “inclusiva, diversa e voltada ao desenvolvimento humano” da população do Distrito Federal.

Senado

Nas convenções, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) foi lançada como candidata ao Senado nas eleições de 2026. Em discurso marcado pela defesa da democracia e da unidade do campo progressista, Erika declarou apoio à candidatura de Leandro Grass ao Governo do Distrito Federal e à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Erika Kokay lembrou que Grass disputou o governo em 2022 e afirmou que, desta vez, ele chegará ao segundo turno e vencerá a eleição. “Leandro Grass quase foi para o segundo turno nas últimas eleições. Pois, nestas eleições, ele não só vai para o segundo turno, como vai assumir o Palácio do Buriti”, afirmou.

A deputada apresentou sua candidatura ao Senado como parte de um projeto voltado às políticas sociais e à melhoria dos serviços públicos. Ao citar as principais bandeiras que deverão nortear a campanha, destacou saúde, educação e assistência social. “Se a gente pode resumir o compromisso com o povo, com a saúde, com a educação,

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Da esquerda para a direita, Dora Gomes (PV), Erika Kokay (PT), Leandro Grass (PT) e Leila do Vôlei (PDT), na convenção da Federação

Danilo Eduardo/Divulgação



Nominata da Federação reúne nove candidatos à Câmara dos Deputados e 24 à Câmara Legislativa, com nomes de PT, PV e PCdoB

com a assistência, o compromisso com a vida, se a gente pode resumir a ética”, declarou.

Nominata

A nominata aprovada durante a

convenção da Federação reúne nove candidatos à Câmara dos Deputados e 24 à CLDF. Para deputado federal, o PV lançou Juliana Tigrados e Professor Reginaldo Veras. Pelo PT, integram a nominata Agnelo Queiroz, Marcia Abrahão, Marival-

do, Ruth Venceremos, Rosilene Corréa, Policarpo e Vanessa É o Bicho.

Na disputa por uma cadeira na CLDF, o PV terá Eduardo Brandão, Elke Pimentel e Jean da Cultura. O PCdoB lançou Berê Darc e Professor Elias. Já o PT terá Andrey Le-

mos, Chico Vigilante, Daniel Barros, Dayse Hansa, Fabiano Trompetista, Fatima Rôla, Gabriel Magno, Jacy Afonso, João Favorito, Laureano de Farias, Lúcia Carvalho, Mariana Rosa, Pardim, Pastora Luzinete, Professora Altaci Kokama, Pro-



Foi necessário muito diálogo e trabalho para consolidarmos esta aliança. É uma honra contar com a Dora, mulher de trajetória admirável, como nossa vice”

Leandro Grass,
candidato ao GDF



Assumo esta responsabilidade com o compromisso de construir um governo que dialogue, que promova o desenvolvimento econômico e a inclusão social. Não há democracia plena enquanto houver pessoas à margem”

Dora Gomes,
candidata a vice

fessora Keila Sanches, Ricardo Valle, Rosi Costa e Zé do Côco.

Apoio

Presente na convenção, a senadora Leila do Vôlei, candidata à reeleição pelo PDT-DF, declarou apoio à Federação e afirmou estar preparada para atuar ao lado dos integrantes do grupo nas eleições de 2026. Leila destacou a importância da união entre os partidos e afirmou que pretende se somar ao projeto político. Ao citar nomes que integram a articulação, mencionou o candidato ao governo do Distrito Federal Leandro Grass e a deputada federal Erika Kokay. “Hoje, me sinto absolutamente preparada para estar ao lado da Erika, do Leandro Grass, da Dória, de todos vocês”, afirmou.

A parlamentar classificou a conjuntura política atual como especialmente importante para o país. Na avaliação de Leila, o cenário internacional impõe desafios, diante de guerras, conflitos e tentativas de interferência entre países. “Esse momento é tão importante na história do nosso país. Nós temos uma realidade política internacional muito complexa, com guerras, com inúmeros conflitos e com tentativas de interferência de países”, afirmou.

**MARATONA
BRASÍLIA
2027**

No dia **21 de abril de 2027**, a maior celebração do esporte retorna à Esplanada dos Ministérios, em Brasília. **Dos 3km ao desafio supremo dos 42km**, estaremos juntos, mais uma vez, para irmos além.

FAÇA A SUA INSCRIÇÃO!

VANDALISMO

Projeto do GDF prevê multa de até R\$ 100 mil, perda de benefícios sociais e cadastro de infratores para quem depredar o patrimônio público no DF. Texto foi encaminhado à Câmara Legislativa para ser apreciado pelos deputados distritais

Punição mais dura para vândalos

» CARLOS SILVA
» DARCIANNE DIOGO

Uma proposta encaminhada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) à Câmara Legislativa (CLDF) pretende endurecer as punições administrativas para pessoas flagradas praticando atos de vandalismo contra o patrimônio público. A minuta do projeto de lei, que deverá ser analisada pelos deputados distritais, estabelece um conjunto de medidas que vão desde multas elevadas até restrições ao acesso a programas sociais distritais e à participação em políticas habitacionais.

O secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Alexandre Patury, afirmou ao **Correio** que a proposta busca criar mecanismos para desestimular atos de vandalismo contra bens públicos, levando em consideração não apenas o prejuízo financeiro causado, mas também o valor histórico e simbólico dos patrimônios atingidos. “Imagine que alguém destrua algo ligado à criação de Brasília. Não é só o valor econômico. Está depreciando a história, um bem material que, muitas vezes, tem um valor inestimável”, explicou.

O secretário também ressaltou que o processo administrativo observará todas as garantias legais, incluindo o direito ao contraditório e à ampla defesa. Além disso, afirmou que a condição econômica do infrator será considerada na definição das penalidades. “A multa não pode fazer a pessoa entrar em situação de mendicância”, afirmou, acrescentando que casos de hipossuficiência absoluta também serão analisados.

Outro ponto destacado foi o uso da tecnologia para auxiliar na identificação dos autores. Segundo o secretário, o sistema de videomonitoramento e a plataforma DF 360° deverão ser utilizados tanto para prevenir quanto para investigar atos de vandalismo, permitindo reunir elementos que subsidiem os processos administrativos e as investigações.

Conforme o texto, a apuração da infração será independente da eventual investigação criminal, permitindo que o processo administrativo tenha andamento próprio. Apenas nos casos em que a Justiça reconheça a inexistência do fato ou a negativa de autoria é que as sanções administrativas poderão ser afastadas.

Além de prédios pertencentes ao Distrito Federal, a proteção alcança equipamentos urbanos, monumentos, veículos oficiais, instalações da administração direta e indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista, concessio-

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press (30/11/2016)



Atos de vandalismo, como pichações, são um problema antigo na cidade, conforme mostra esse registro no Museu Nacional da República em 2016

Davi Pereira CB/DA Press



Imagine que alguém destrua algo ligado à criação de Brasília. Não é só o valor econômico. Está depreciando a história, um bem material que, muitas vezes, tem um valor inestimável”

Alexandre Patury, secretário de Segurança Pública do Distrito Federal

Principais aspectos do projeto

- » Multas de até R\$ 100 mil (podendo superar o limite em danos de grande vulto) e obrigação de reparar o prejuízo
- » Suspensão de até 2 anos em programas sociais do DF (DF Social, Prato Cheio, Gás, etc.) e na prioridade da Codhab
- » Maior rigor em atos com violência, em grupo, contra patrimônio histórico ou reincidência (multas e prazos dobram)
- » Criação de registro distrital para monitorar as punições e impedir o acesso a benefícios
- » Possibilidade de uso de videomonitoramento do DF 360° para identificar autores e gerar provas

nárias de serviços públicos e bens da União em Brasília. Também enquadra como vandalismo qualquer conduta que provoque destruição, deterioração, inutilização, depredação ou pichação desses bens.

Uma das principais consequências para os infratores será a aplicação de multa administrativa que poderá chegar a R\$ 100 mil. O texto determina que a administração considere fatores como o tamanho do prejuízo causado aos cofres públicos, a gravidade da conduta, a reincidência, a capacidade financeira do responsável, a atuação conjunta de várias pessoas e o tipo de patrimônio atingido (como hospitais, escolas, monumentos históricos, equipamentos de segurança pública etc.).

Para os casos considerados de maior gravidade, a proposta estabelece tratamento diferenciado. O chamado “dano de grande vulto” deixará de observar o teto previsto para as multas, permitindo que o valor seja calculado de acordo com a extensão dos prejuízos, a capacidade econômica do infrator, o eventual benefício obtido com a conduta e o efeito pedagógico da sanção.

A caracterização dessa situação dependerá de laudo técnico elaborado pelo órgão competente. O texto considera como dano “de grande vulto” episódios que pro-

voquem elevado prejuízo ao erário, atinjam bens tombados ou de relevante valor histórico, artístico ou cultural, afetem serviços públicos essenciais ou envolvam ações coordenadas voltadas à destruição do patrimônio público.

Entre as medidas administrativas previstas também está a suspensão, por até dois anos, da prioridade em programas habitacionais administrados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab). Também poderão ser interrompidos, pelo mesmo período, benefícios distritais (não alcançando os federais) como o DF Social, Cartão Gás, Cartão Prato Cheio, Programa Material Escolar.

Agravante

A proposta considera mais graves os atos praticados mediante violência ou grave ameaça, durante manifestações públicas, eventos esportivos, culturais ou religiosos, em ações realizadas por grupos organizados ou contra patrimônio histórico, artístico e ambiental. Também pesam contra o infrator situações em que sejam utilizadas substâncias inflamáveis, corrosivas ou explosivas ou quando o dano comprometer a continuidade de serviços públicos considerados essenciais.

A reincidência também passa a receber tratamento específico. Quem voltar a cometer infração semelhante dentro de dois anos após decisão administrativa definitiva poderá sofrer multa em dobro, duplicação do prazo das demais sanções e aumento dos valores destinados à reparação do patrimônio público, caso novos danos sejam constatados.

Para acompanhar o cumprimento das penalidades, o projeto cria o Cadastro Distrital de Responsabilização por Atos de Vandalismo contra o Patrimônio Público (CDRV). A ferramenta reunirá informações como identificação do infrator, descrição da infração, local e data da ocorrência, sanções aplicadas, período das restrições e situação do ressarcimento dos prejuízos.

Se aprovada pela Câmara Legislativa e sancionada pelo Executivo, a nova legislação revogará a Lei Distrital nº 6.094, de 2018, atualmente em vigor sobre o tema. O texto prevê ainda que o governo terá prazo de até 180 dias para regulamentar a norma, estabelecendo detalhes sobre o processo administrativo, o funcionamento do cadastro de infratores e os procedimentos destinados à aplicação das sanções, sempre assegurando o contraditório e a ampla defesa.

Davi Cruz/CB/D.A Press



Crianças conhecem a Redação do Correio

Uma parceria entre o **Correio** e o Colégio Marista de Brasília proporcionou uma experiência diferente para cerca de 120 crianças da educação infantil, com idades entre 4 e 5 anos. Durante dois dias, os pequenos conheceram os bastidores da produção de notícias, visitaram a Redação do jornal, os estúdios da TV Brasília, a Rádio Clube FM e acompanharam de perto como a informação chega diariamente à população. Na terça-feira, participaram 80 estudantes. Ontem, outros 37 foram recebidos na Redação. Ao longo do passeio, as crianças puderam observar o trabalho dos jornalistas, conhecer equipamentos utilizados na produção de conteúdo e descobrir como um jornal é produzido desde a apuração até a publicação. Entre os pequenos, a curiosidade e o entusiasmo marcaram a visita. A atividade fez parte de uma sequência pedagógica desenvolvida pelo Colégio Marista sobre a evolução da escrita. O projeto começou com o estudo das pinturas rupestres e da comunicação nas cavernas, passando pela evolução da escrita até chegar às mídias atuais. Mesmo com o encerramento dessa etapa do projeto, a experiência continuará sendo trabalhada em sala de aula. As crianças irão produzir painéis sobre a visita e desenvolver atividades com o jornal sendo um material pedagógico, inclusive na construção de objetos tridimensionais.

OBITUÁRIO/ Sepultamentos realizados em 5 de agosto de 2026

» Campo da Esperança

Antônio Barbosa de Carvalho, 75 anos
Arthur Jonata Rosa da Silva de A. Dantas, 15 anos
Djalma Bretas Melo, 66 anos
Francisco Sales de Moraes, 80 anos
Hailey Catarina Marcelino Galvão, menos de 1 ano
Joaquim Honorato Pinheiro, 90 anos
Marcos Vinícius Policarpo de Abreu, 39 anos

Maria Aparecida Ferreira da Silva, menos de 1 ano
Maria Ines Garcia Lima, 72 anos
Mayra Tobias Campello Silva, 62 anos
Oto da Silva Maia, 62 anos
Paulo Sergio Rego Louzeiro, 70 anos

» Taguatinga

Alexandrino Costa Brasileiro, 97 anos
Antônio Gomes da Silva, 79 anos
Antônio Roberto Ferreira Filho, 44 anos

Isaac Pinheiro Gonçalves, menos de 1 ano
José da Rita Gonçalves Lobo, 81 anos
Marcos Felipe Aragão dos Santos, 47 anos
Maria Bernardina de Souza Oliveira, 67 anos
Odinei Ribeiro Lopes, 47 anos
Otilio Gomes Pereira, 83 anos
Poliane Andrade da Silva, 38 anos
Solon Alexandre de Souza, 51 anos
Taylon Silva Ruas, menos de 1 ano

» Gama

Leonardo da Silva Lima, menos de 1 ano
Rita Pereira da Silva, 91 anos

» Planaltina

Jefferson de Moura Pedroso, 43 anos
Jorge Luis Braga, 66 anos
Vilma Rodrigues, 90 anos

» Brazlândia

Thais Tolentino Leal Caixeta, 40 anos

» Sobradinho

Nilmar Pereira da Silva, 62 anos

» Jardim Metropolitano

Alessandro da Silva Soares, 19 anos
Antonio Darcilio da Silva Nonô, 94 anos (cremação)
João Caetano da Silva, 67 anos
Maria Celma Santos Alves, 47 anos
Maria Vilma de Sousa, 51 anos (cremação)
Yago Rodrigues de Oliveira, 30 anos (cremação)

Céu mais colorido

Festival de Esportes Aéreos traz espetáculo de balões, paramotor, aeromodelismo e paraquedismo a Brasília

» VITÓRIA TORRES

Há quem olhe para o céu e imagine como seria tocar as nuvens. Em Brasília, nesta semana, esse desejo parece ser possível. Com balões iluminados, aeronaves em miniatura, voos e apresentações, o Festival de Esportes Aéreos transforma o céu e o chão da capital em um convite para olhar para cima e admirar.

A programação começou ontem e segue até domingo, com atrações gratuitas no gramado do Eixo Cultural Ibero-Americano e na Torre Digital. O público pode conhecer modalidades como balonismo, voos cativos, paramotor, aeromodelismo e paraquedismo B.A.S.E. Jump, além de apresentações culturais, feira de artesanato, atrações teatrais, praça de alimentação e shows musicais.

Um dos momentos mais esperados é o Night Glow, quando os balões são iluminados ao anoitecer e transformam a paisagem em um espetáculo de luzes e cores.

Para o produtor do evento, Bruno Dias, piloto de balão e paraquedista categoria B, a proposta é aproximar os esportes aéreos das pessoas e permitir que o público conheça de perto um universo que ainda é pouco acessível. “Os esportes aéreos, por si só, são muito restritos. A intenção desse festival é trazer a possibilidade de a população interagir não somente com os praticantes, mas entender sobre o equipamento, ver de perto como o balonismo funciona, a dinâmica e acompanhar a demonstração de alguns atletas. A ideia é democratizar o acesso aos esportes aéreos de modo geral”, destaca.

Segundo Bruno, esta é a primeira vez que um evento deste porte é realizado no DF. O balonismo, em especial, tem destaque na programação. “O balão encanta desde crianças muito novas até pessoas mais velhas pelas suas cores e pela utilização do fogo. O fogo causa muito impacto. É o balão foi a primeira aeronave a levar o homem aos céus. O balão tem uma história longa. Então, a possibilidade de trazer uma aeronave dessa para o público será um momento muito interessante”, diz.

O produtor também explica o encanto por trás do Night Glow. “É uma demonstração em que os balões interagem com músicas. O balão, eu costumo dizer, é uma grande lâmpada. É um show que a gente tem como expectativa causar um bom impacto na população e proporcionar belos registros”, avalia.

Experiência

O encanto também tomou conta de quem acompanhou o festival de perto. Lituaney Theiss, 30 anos, produtora de eventos e moradora de Taguatinga, viu o balão cheio pela primeira vez e começou a imaginar como seria estar dentro dele. “Parecia uma criança com brilho nos olhos. Sempre tive vontade de voar, só que tenho medo, mas esse fim de semana, se eu tiver coragem, quero subir. Parece ser uma sensação de liberdade. Queria viver esse momento com os meus filhos, mas eles são muito pequeninhos, não tenho coragem de colocar eles”, disse.

André Rangel, 44, presidente do Instituto Geração e diretor-geral do Festival Esportes Aéreos, teve sua primeira experiência voando em um balão cativo. Para ele, a oportunidade proporcionou uma nova maneira de enxergar a cidade. “Foi bem interessante ter essa visão quase paradisíaca da Esplanada, do centro de Brasília. É bem quente, por conta do fogo. Eu recomendo viver essa experiência, ainda mais com extrema segurança. Nunca foi meu sonho voar, foi uma vontade que bateu na hora. E agora quero fazer um voo livre”, ressaltou.



O balonismo é o principal destaque da programação



André ficou admirado com voo em balão cativo



Bruno pratica esportes aéreos e é produtor do evento



Lituaney está criando coragem para voar em balão

Para todos

A organização espera reunir cerca de 100 participantes diretos, entre atletas, pilotos e equipes técnicas, e aproximadamente dois mil visitantes por dia. A previsão é de 10 balões disponíveis para voo.

No gramado do Eixo Cultural Ibero-Americano, a programação ocorre de quarta a domingo. O espaço tem exposição permanente de aeromodelismo, feira de artesanato, atrações teatrais, praça de alimentação, apresentações musicais e voos cativos gratuitos de balão, sempre condicionados às condições climáticas.

Os voos cativos são realizados das 17h

às 21h. Nessa modalidade, o balão permanece preso ao solo por cabos de segurança, subindo e descendo em uma área delimitada. A experiência pode alcançar entre 20 e 50 metros de altura e depende das condições de vento e chuva. São disponibilizadas 450 vagas por dia.

Na Torre Digital, de amanhã a domingo, das 8h às 12h, haverá demonstrações de paramotor, aeromodelismo e paraquedismo B.A.S.E. Jump.

Os ingressos gratuitos para o evento e para os voos cativos estão disponíveis pela plataforma Sympla. Para participar dos voos, é necessário retirar o ingresso antecipadamente (veja os QR codes).



Retirada de ingressos para os voos cativos



Retirada de ingressos para entrar no evento

Programação

Gramado do Eixo Cultural Ibero-Americano

Hoje e amanhã

14h — Abertura
15h — Atração teatral
» Exposição de aeromodelismo e feira de artesanato
A partir das 17h — Voos cativos
18h — Night Glow
19h — Shows musicais
21h — Encerramento

Sábado e domingo

12h — Abertura, exposição e praça de alimentação
12h às 14h — Show voz e violão
15h — Premiação (domingo)
16h — Atração teatral
A partir das 17h — Voos cativos
17h — Shows musicais
19h — Night Glow
21h — Encerramento

Torre Digital

Sexta, sábado e domingo,

das 8h às 12h
» Paramotor (sobrevoo)
» Aeromodelismo
» Paraquedismo B.A.S.E. Jump

Serviço

Festival de Esportes Aéreos
— FEA Brasília 2026

Data: 5 a 9/8

Locais: gramado do Eixo Cultural Ibero-Americano e Torre Digital

Entrada: gratuita (veja QR codes)



Nos voos cativos, o balão permanece preso ao solo por cabos de segurança



Iniciativa pretende aproximar os esportes aéreos da população

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

COPA DO BRASIL Vasco repete sucesso das semifinais de 2006 e 2025, elimina o Fluminense do mata-mata nacional e segue adiante às quartas de final. Cruzmaltino vibra por fim de jejum de Brenner para tirar rival prejudicado por má-fase ofensiva

Agradável replay

DANILO QUEIROZ

Eliminar o Fluminense da Copa do Brasil se trasformou em uma doce rotina para o torcedor do Vasco. Repetindo o enredo da semifinal do ano passado, o cruzmaltino seguiu adiante no mata-mata nacional deixando um dos principais rivais pelo caminho. Ontem, no jogo de volta das oitavas de final da temporada de 2026, os vascaínos bateram os tricolores, por 3 x 1, no Maracanã, e garantiram um lugar entre os oito melhores clubes do torneio.

O empate por 0 x 0 nos primeiros 90 minutos do clássico, disputados no sábado, deixaram o duelo em aberto, inclusive com possibilidade de pênaltis, assim como no ano passado. Mais assertivo, o Vasco dispensou o sofrimento para resolver a classificação ainda com bola rolando. O cruzmaltino confirmou o terceiro avanço consecutivo contra o rival na Copa do Brasil, repetindo as semifinais de 2006 e 2025. Nas duas ocasiões, os vascaínos terminaram como vice-campeões.

Brenner terminou como o herói da noite. Antes de o jogo começar, o atacante vivia jejum de quatro meses sem balançar as redes pelo Vasco. O tricolor apresentou-se como vítima ideal para a seca terminar. No primeiro tempo, o camisa 20 aproveitou assistência de Thiago Mendes e marcou da entrada da área. Na etapa final, ganhou de Ignácio na velocidade para guardar passe de Andrés Gómez. Martinelli descontou, mas, no fim, Puma matou o jogo. Se os vascaínos aproveitaram a noite artilheira, o Fluminense caiu justamente pela dificuldade de se sobressair no quesito. O tricolor tem apenas três gols em cinco jogos pós-Copa do Mundo — desempenho insuficiente para impedir o replay agradável do rival.

Matheus Lima/Vasco



Contratado para substituir Rayan, Brenner marcou pela segunda vez em clássico carioca e chegou a cinco gols em 28 jogos pelo Vasco em 2026

Gustavo Aleixo/Cruzeiro



O volante Matheus Henrique “deu o sangue” para abrir o placar

Cruzeiro bate a Chape e mantém sonho do hepta

VITOR DE ARAÚJO

Belo Horizonte — Em busca do hepta! O Cruzeiro venceu a Chapecoense por 2 x 0, ontem, no Mineirão, em Belo Horizonte, com um gol de Matheus Henrique, que deu o sangue, literalmente, para marcar, depois de ser golpeado no nariz no lance do gol. Kaio Jorge converteu pênalti na etapa final e garantiu vaga nas quartas

de final da Copa do Brasil. Após o empate por 0 x 0 no jogo de ida, na Arena Condá, a Raposa precisava de uma vitória simples para avançar e contou com boa atuação para seguir viva na competição nacional.

Artur Jorge apostou em uma trinca com Matheus Henrique, Gerson no meio-campo, além da juventude e atívez de Kenji e Arroyo no ataque. Do outro lado, a Chapecoense,

comandada por Rafael Lacerda, manteve a estratégia de um time compacto, buscando explorar os contra-ataques e as bolas longas.

Com a classificação, o Cruzeiro agora aguarda o sorteio da CBF para conhecer o adversário das quartas de final da Copa do Brasil. Pelo Campeonato Brasileiro, a Raposa volta a campo neste domingo, para enfrentar o Mirasol, às 11h, no Mineirão.

SÉRIE D

Goleiro-artilheiro na rota do Gama

RAFAEL LINS*

Quando o assunto é gol, Fábio Rampi tem dupla missão: evitá-lo e marcá-lo. Enquanto o Gama prepara a ofensiva para o duelo de domingo, às 17h, no Passo D’Areia, pelo jogo de ida das quartas de final da Série D do Campeonato Brasileiro, o São José-RS deposita parte da esperança de acesso justamente no guarda das traves. A serviço do clube de Porto Alegre desde 2015, o goleiro de 37 anos soma 37 gols na carreira e transformou pênaltis e faltas em uma especialidade rara para quem deveria apenas defender.

A missão do camisa 1 será impedir que o Gama confirme o

favoritismo. Melhor time entre os 96 da primeira fase, o alviverde encara justamente o classificado de pior campanha entre os oito sobreviventes. O São José-RS quase ficou fora do mata-mata, mas cresceu na reta decisiva e aposta no goleiro-artilheiro para tentar surpreender.

A vocação ofensiva nasceu por necessidade. Contratado pelo São José em 2015, Rampi assumiu as cobranças de pênalti depois que o clube ficou sem um especialista. A aposta deu tão certo que extrapolou a marca da cal. Hoje, o goleiro também cobra faltas próximas da área e acumula 37 gols na carreira, marca que o coloca como o maior goleiro-artilheiro em atividade e o sétimo

Eduardo Torres/EC São José



Fábio Rampi, 37 anos, tem mais de 400 jogos a serviço do São José

da história, atrás apenas de Rogério Ceni, Chilavert, Jorge Campos, Johnny Vegas, Márcio e René Higuita.

Em julho, Rampi marcou de falta na vitória por 2 x 0 sobre a Portuguesa-RJ, pela terceira fase da Série D. O gol encerrou um jejum de três anos sem um goleiro balançar as redes dessa maneira

nas quatro divisões do Campeonato Brasileiro. Curiosamente, o último a conseguir o feito também havia sido ele, em 2023, quando marcou contra o América-RN pela Série C. Na mesma partida, ainda defendeu um pênalti nos acréscimos, reforçando a condição de personagem improvável do futebol brasileiro.

Os maiores

- » Rogério Ceni (Brasil) - 131 gols (129 em jogos oficiais)
- » José Luís Chilavert (Paraguai) - 67 gols
- » Jorge Campos (México) - 46 gols
- » Johnny Vegas Fernández (Peru) - 45 gols
- » Márcio (Brasil) - 43 gols
- » Dimitar Ivankov (Bulgária) - 42 gols
- » René Higuita (Colômbia) - 41 gols
- » Fábio Rampi (Brasil) - 37 gols
- » Fernando Patterson (Costa Rica) - 35 gols
- » Hans-Jörg Butt (Alemanha) - 32 gols

A inspiração veio justamente do maior de todos. “Naquele momento, estávamos com dificuldade nas cobranças. O treinador perguntou se eu queria

Corinthians em busca da virada

Derrotado por 2 x 0 pelo Internacional no Beira-Rio, em partida na qual reclamou muito da arbitragem, o Corinthians terá de mostrar a melhor versão para não decepcionar a torcida com uma eliminação na Neo Química Arena, ainda nas oitavas de final da Copa do Brasil, torneio do qual é o atual campeão. O jogo de volta está marcado para as 20h de hoje e promete tensão.

Em campo, muita posse de bola e pouca agressividade foi o que se viu dos corintianos na capital gaúcha. No segundo tempo, depois que André sofreu uma pancada no olho e foi substituído pelo atacante Lingard, o time alvinegro perdeu o controle da partida e tomou dois gols em seis minutos. Agora, tem de vencer por três de diferença para avançar ou por dois para levar a decisão aos pênaltis.

O técnico Fernando Diniz classificou a situação como um “descompasso” e manteve o otimismo. “Tem de acreditar, não é fácil, mas tem de procurar acreditar e fazer o nosso melhor”, destacou. O treinador ainda não poderá contar com Memphis Depay, cuja renovação deve ser oficializada hoje.

Em fase ruim, o Inter crê na classificação para ganhar força na temporada, seguir brigando por um título relevante e mudar o clima na luta contra o rebaixamento na Série A do Campeonato Brasileiro. “Obviamente, quando você tem um jogo passado em que você merecia os três pontos, isso dá mais confiança. Contra um time tão grande como o Flamengo. E agora, contra o Corinthians”, disse o técnico Paulo Pezzolano.

tentar, porque costumava treinar depois das atividades. Desde então, nunca mais parei”, contou Rampi ao Lance!, em 2021. Admirador de Rogério Ceni, ele transformou uma solução emergencial em marca registrada.

A idolatria construída em mais de uma década e após 406 jogos no Zequinha pode ganhar um novo capítulo. Rampi foi protagonista do acesso à Série C em 2018 e agora tenta repetir o roteiro para recolocar o clube na terceira divisão.

Antes de pensar em atacar, Rampi terá de cumprir a missão que define qualquer goleiro: impedir o Gama de marcar. A tarefa não será simples. O alviverde saiu zerao apenas cinco vezes nos 36 jogos disputados na temporada e soma 61 gols, média superior a 1,6 por partida. O principal responsável pela artilharia é Felipe Clemente. Autor de 20 gols em 2026, 10 deles nesta Série D, o atacante persegue o artilheiro Renan, do CSA-AL (11).

*Estagiário sob supervisão de Víctor Parrini

FIFA

A Fifa emitiu um comunicado após a reunião da entidade em Rabat, Marrocos, ontem. O principal assunto do encontro foi a repercussão negativa do Fifa Forward Enterprise (FFE), o plano frustrado de Gianni Infantino para admitir investimentos privados em competições. A entidade reconheceu erros e manifestou apoio total à gestão do atual mandatário.

CBF

Samir Xaud, presidente da CBF, se manifestou publicamente pela primeira vez após a tentativa frustrada de implementação do FFE. Ontem, o dirigente disse ser contrário à proposta. “Estamos conversando com a Conmebol, mas é uma coisa que a gente não vê com bons olhos. Vamos tomar uma decisão em bloco”, disse.

NEYMAR X REMO

Neymar não se contentou com a troca de xingamentos na zona mista a caminho dos vestiários do Mangueirão, em Belém, após o Santos anotar 1 x 0 no Remo pela Copa do Brasil, e voltou a provocar o presidente do Remo, Antônio Carlos Teixeira, na tarde de ontem. O camisa 10 postou uma foto em luxuosa lancha com a legenda “vagabundiando”.

MAIS JOGOS

O Grêmio voltou a vencer depois de mais de dois meses. O triunfo por 1 x 0 sobre o Mirassol, em Porto Alegre, foi suficiente para encerrar o jejum e classificar os gaúchos para as quartas de final da Copa do Brasil. O Palmeiras também está confirmado entre os oito melhores do torneio. Depois de aplicar 3 x 0 na ida, o Fortaleza ganhou por 3 x 2.

EM SALVADOR

A Copa do Brasil conhecerá, hoje, mais um classificado às quartas de final. A partir das 20h, Vitória e Athletico-PR se enfrentam no Barradão, em Salvador, pelo confronto de volta das oitavas de final. Como venceu por 2 x 0 a ida, o Furacão pode até ser derrotado por um gol de diferença que, ainda assim, garante presença na próxima fase. O SporTV exibe.

PRÓXIMA FASE

A CBF divulgou, ontem, que o sorteio das quartas de final da Copa do Brasil será realizada na próxima terça-feira, às 11h, na sede da entidade, no Rio de Janeiro. A definição dos confrontos das oitavas da competição acontece neste meio de semana. De acordo com a entidade, os jogos estão previstos para 26 de agosto e 3 de setembro.

Diversão & Arte

Othon Bastos

NÃO SE RRENDE

COM MAIS DE SETE DÉCADAS DE CARREIRA, O ATOR TRAZ A BRASÍLIA MONÓLOGO INSPIRADO NA PRÓPRIA TRAJETÓRIA

» NAHIMA MACIEL

Foi há 62 anos que Othon Bastos encenou uma das cenas mais importantes do Cinema Novo. No papel de Corisco, em *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, ele zigzagueia e foge da morte no sertão deserto enquanto Sérgio Ricardo canta “Se entrega Corisco / Eu não me entrego não / Eu não sou passarinho pra viver lá na prisão”. A música *Perseguição*, fruto de parceria entre Ricardo e Glauber, virou um lema para Othon Bastos, que apresenta o monólogo *Não me entrego, não!* a partir de hoje e até dia 14 de agosto na Caixa Cultural.

Aos 93 anos, Othon Bastos nunca havia subido ao palco para fazer um monólogo. Há pouco mais de três anos, ele procurou o diretor e dramaturgo Flávio Marinho para criarem um espetáculo juntos. “Perguntei se ele gostaria de fazer um trabalho comigo sobre a minha vida artística, a minha vida como ator. Ele me disse que ia pensar e resolveu aceitar. Então, eu conversei com ele, ele me entrevistou várias vezes, conversamos muito e levei umas 700 páginas mais ou menos, de coisas que eu lia, de poesias, de pensamentos, de tudo sobre a vida”, conta Bastos, em entrevista ao *Correio*.

Uma das recomendações do ator ao dramaturgo foi que não queria nenhum tom amargo nem falar sobre passagens tristes da vida. Nada de morte do pai, morte da mãe e afins. Bastos queria falar da vida, da alegria de estar presente na vida cultural do país há mais de sete décadas. “Falei: vamos falar da vida e da alegria de viver, que eu acho que é uma das coisas mais importantes, você aproveitar a vida, saber viver e saber ter a vida como uma compa-

nheira sua. E foi o que o Flávio fez. Fez muito bem para mim”, lembra. O difícil foi selecionar trechos e momentos que resumissem mais de 70 anos de carreira em uma hora e meia de monólogo. A dupla não queria excluir nenhum viés e a ideia era incluir teatro, cinema e televisão, já que Bastos trabalhou muito em todos eles.

O maior desafio, ele garante, foi olhar para si mesmo. O monólogo passeia pela trajetória do ator sem nunca esbarrar na nostalgia ou na melancolia. Othon Bastos começou a carreira no teatro em 1951, mas foi uma década depois que deu os primeiros passos nas experiências mais definidoras da produção audiovisual brasileira. Em 1962, fez *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, e, dois anos depois, estava em *Deus e o diabo na terra do sol*. Não me entrego, não! estreou em junho de 2024 e, em 2025, Bastos ganhou na categoria Melhor Ator no Prêmio Shell. A peça já foi vista por mais de 100 mil pessoas. “Eu escolhi o que gostaria e gostava e estou até hoje fazendo isso com um prazer enorme no palco, contando e me doando às pessoas. Para que ser inteligente, culto, preparado e guardar tudo para você?”, conta o ator, que conversou com o *Correio* sobre o espetáculo.

Entrevista // Othon Bastos

No monólogo, você revisita várias memórias. Esse processo foi especialmente emocionante para alguma lembrança específica?

Não. Eu acho que toda memória, tudo que você revisita na sua vida tem um porquê. Você revisita porque você gostou disso, se lembrou. Eu nunca farei uma biografia a meu respeito porque acho a biografia uma coisa de momento. Acho a biografia uma coisa muito estranha. Você fala coisas nas quais nem sempre acredita. É por isso que eu acho que o Jung tem razão quando diz: “Olhe-se no espelho e pergunte: Quem sou eu?”. Você tem que doar aquilo que você tem de vida, de alegria, de positivo, doar aos amigos, aos parceiros, aos companheiros. A vida é doação. É como diz o Fernando Pessoa: “Trabalhar é trabalhar-se”. Então, cada vez que eu estou no palco, fazendo essa peça, estou ali me trabalhando também.

Não me entrego, não virou uma espécie de lema. O que essa frase título diz sobre a sua trajetória como artista e como homem?

É isso. É não se entregar nunca. É não desistir. É lutar. É aquilo: eu não vou atrás de você, porque eu não sei se eu seguirei o seu caminho. Eu não vou na sua frente porque eu não sei se poderei conduzi-lo, se eu saberei conduzi-lo. O que eu acho importante é você estar lado a lado, de mãos dadas e indo em frente.

O texto evita um tom nostálgico, como você o texto evita um tom nostálgico, não é?

É, não tem um tom nostálgico. Em vez de olhar apenas para o passado, transmite uma enorme vitalidade.

O que o senhor quis dizer sobre o presente e sobre o envelhecimento ao construir esse espetáculo?

O envelhecimento é como uma coisa que eu li que diz assim: “Você aprende na infância e só desenvolve no futuro”. Você só vai entender aquilo

que aprendeu na infância, no futuro, na velhice. A velhice é o conhecimento. Sem isso, como é que você vai viver? Você tem que ter conhecimento das coisas, saber as coisas. O ator é um arauto da sua época. Tem ator que diz: “Eu vejo o mundo através dos meus personagens”. É isso mesmo. Cada vez que você faz uma peça ou um personagem, você carrega naquele personagem o que você está vivendo e como você está vivendo. É isso.

Qual o maior desafio de fazer um monólogo pela primeira vez aos 93 anos?

O maior desafio de fazer um monólogo falando de você é ser você mesmo. É você ali, despidoradamente falando de você mesmo. Eu não tenho pudores. Falo de mim com o maior deboche, debochando de mim mesmo. Eu aprendi como me sair bem de situações difíceis. A vida é um ensinamento para isso. Aprenda o que você tem que fazer e vá fazendo. Acredite no que você tem que acreditar, em você, como você acredita em tudo. Tudo que você faz, você tem que acreditar. Em cena, eu acredito no que estou falando, mesmo brincando comigo mesmo em cena. Eu acho que isso é a alegria de viver.

Sua trajetória passa por momentos fundadores da cultura brasileira, como Cinema Novo e clássicos do teatro. Quais personagens você considera decisivos para o artista que se tornou?

Cada personagem que você faz, se você faz, é porque tem um motivo para fazer. Eu deixei de

contar vários fatos muito mais importantes, talvez, mas, no momento, eu acho que o importante é o que eu estou fazendo. O passado é passado. Não estou carregando o passado comigo. O passado, eu vou deixando, eu quero é ir em frente. Não me interessa pensar “fiz isso, fiz aquilo”, não tenho a menor vontade de ficar dizendo o que fiz. Se eu fiz alguma coisa que é importante, está aí para todo mundo ver ou para todo mundo assistir, eu não preciso ficar dizendo que fiz isso, que fiz aquilo, que fiz aquilo outro. Nada. As pessoas veem o que eu fiz. É só isso.

Qual o papel do teatro hoje, em um tempo marcado pela velocidade das comunicações e pelo imediatismo no consumo do entretenimento?

Você tem que pensar muito e ver o que precisa ser dito. Eu não vou ficar me lembrando de coisas, eu tenho que viver a vida, no momento. E o importante é saber viver. Fazer arte hoje em dia é muito difícil, porque tudo é contra a cultura, tudo é contra a arte, tudo é contra. Mas você não pode viver em desespero, você tem que ter uma consciência, uma conscientização daquilo que está querendo fazer ou que vai fazer. A própria vida ensina isso.

O que o tempo ensinou ao senhor quando se trata de sucesso, fracasso e permanência? O tempo é um aliado ou um inimigo?

O tempo. Se você pudesse parar o tempo, você pararia o tempo em várias outras situações, em vários outros momentos. O tempo vem com a velocidade que ele vem e você vai ter que acompanhar. A vida é isso. A vida é uma delicadeza imensa, um cristal tão bonito. O tempo nunca foi um inimigo. O inimigo é você quem faz. Você pode saber teorias e coisas incríveis, mas se uma pessoa chega entregando a sua alma a você, você só pode responder com a tua alma.



TSE contra a desinformação

Maria Eduarda Lavocat

A menos de dois meses do primeiro turno das eleições, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) intensifica as ações para garantir que o processo eleitoral transcorra de forma segura, transparente e justa. Entre as prioridades da Corte, está o combate à desinformação disseminada nas plataformas digitais e aos conteúdos falsos produzidos com o uso de inteligência artificial, como as deepfakes, tecnologia capaz de criar vídeos, imagens e áudios altamente realistas que simulam a aparência ou a voz de uma pessoa.

Segundo o TSE, a cada ciclo eleitoral, as resoluções são atualizadas para aperfeiçoar as regras com base na experiência de eleições anteriores, incorporar eventuais mudanças na legislação eleitoral e adequar as normas às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e aos entendimentos mais recentes da própria Corte. Além disso, o Tribunal acompanha o cenário eleitoral em outros países, com atenção a relatórios oficiais e estudos acadêmicos, para identificar riscos emergentes e aperfeiçoar estratégias de prevenção.

Nas últimas semanas, o TSE tem divulgado uma série de iniciativas voltadas ao enfrentamento da desinformação eleitoral. Entre elas, está a ampliação da cooperação com plataformas digitais para fortalecer o combate à circulação de conteúdos falsos. A medida foi definida durante reunião realizada em 16 de julho entre o presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques, e representantes das empresas Meta, X, Telegram, ByteDance (TikTok), Jjoy Tecnologia (Kwai), LinkedIn e Google Brasil.

Na ocasião, as plataformas digitais firmaram memorandos e aderiram ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação por meio de Termo de Adesão. Os memorandos preveem ações de cooperação específicas, definidas conforme a área de atuação e as características de cada parceiro. Os acordos têm como objetivo desenvolver iniciativas conjuntas voltadas ao combate à desinformação que possam comprometer a legitimidade e a integridade do processo eleitoral.

Por meio dos memorandos de entendimento, o TSE e as empresas parceiras poderão desenvolver iniciativas para ampliar a divulgação de informações oficiais sobre as eleições, fortalecer a integridade informacional e conscientizar os usuários sobre os riscos da desinformação. Os acordos também preveem ações de interesse público voltadas



ao aumento da confiança da população no processo eleitoral.

Para o advogado Luís Antônio da Silva Filho, especialista em direito eleitoral e presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB Águas Claras, essas parcerias têm desempenhado um papel relevante, principalmente na remoção de conteúdos ilícitos das plataformas digitais. “Contudo, ainda existem limitações, como diferenças de jurisdição, critérios próprios das plataformas e desafios para o cumprimento célere das decisões judiciais”, afirma.

Na avaliação do especialista, embora as normas atuais representem um avanço, elas ainda não são suficientes para enfrentar a velocidade com que a desinformação se espalha no ambiente digital. “A propagação de conteúdos falsos ocorre, muitas vezes, em um ritmo superior à capacidade de resposta das instituições. É necessário investir em mecanismos mais ágeis e ampliar a cooperação técnica entre a Justiça Eleitoral e as plataformas para reduzir os danos em tempo real”, defende.

Como parte das medidas para fortalecer a fiscalização do processo eleitoral, o TSE regulamentou o uso do aplicativo Pardal Móvel para o recebimento de denúncias de propaganda eleitoral irregular durante as Eleições Gerais de 2026. As regras estão previstas na Portaria TSE 451/2026, assinada pelo presidente da Corte.

A ferramenta estará disponível a partir de 16 de agosto, data de início da propaganda eleitoral, e permitirá que eleitoras e eleitores

encaminhem denúncias diretamente aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), responsáveis pelo exercício do poder de polícia sobre a propaganda eleitoral.

O objetivo é ampliar a participação da sociedade na fiscalização do cumprimento da legislação eleitoral, tornando mais ágil o envio e a apuração de informações sobre possíveis irregularidades. O aplicativo é gratuito e está disponível para smartphones e tablets nas plataformas Google Play e App Store e é destinado, exclusivamente, às denúncias apresentadas em cada circunscrição. Já o Pardal Web permite o acompanhamento das estatísticas referentes às denúncias registradas.

Para utilizar o aplicativo, o eleitor deverá se identificar por meio do e-Título ou da plataforma Gov.br. Apesar da autenticação, a norma garante que a identidade do denunciante permanecerá protegida por sigilo, independentemente da forma de acesso utilizada.

Na avaliação do advogado Luís Antônio da Silva Filho, o Brasil está entre os países que mais avançaram na regulamentação do uso da tecnologia no processo eleitoral, mas ainda há desafios a serem superados.

“A rápida evolução tecnológica exige atualização constante das normas e maior integração entre a legislação e a prática. O arcabouço jurídico atual oferece bases importantes, mas precisa ser continuamente aperfeiçoado por meio de regras específicas que acompanhem a inovação tecnológica e seus impactos sobre o processo eleitoral”, afirma.

O especialista também avalia positivamente as medidas adotadas pelo TSE para

enfrentar a desinformação e disciplinar o uso de novas tecnologias durante as eleições. “As iniciativas demonstram uma atualização institucional importante”, conclui.

A questão das deepfakes

Uma das principais preocupações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é o uso de deepfakes durante o processo eleitoral. Por isso, a Corte proibiu a utilização dessa tecnologia para favorecer ou prejudicar candidaturas ao longo de todo o período de campanha, ainda que haja autorização das pessoas envolvidas. De acordo com a resolução do TSE, considera-se deepfake qualquer conteúdo sintético em áudio ou vídeo gerado ou manipulado digitalmente para criar, substituir ou alterar a imagem ou a voz de uma pessoa viva, falecida ou até mesmo fictícia.

Apesar da vedação, a tecnologia foi utilizada durante a convenção nacional do Partido Liberal (PL), realizada em 25 de julho. Na ocasião, uma versão criada por inteligência artificial do ex-presidente Jair Bolsonaro, que cumpre prisão domiciliar humanitária, foi exibida para transmitir uma mensagem de apoio à candidatura de seu filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), à Presidência da República.

Antes da reprodução da mensagem, o vídeo apresentou um aviso de transparência informando que se tratava de um conteúdo gerado por inteligência artificial. “Isso que vocês estão vendo aqui não sou eu, isso é uma simulação da minha imagem e da minha voz feita com inteligência artificial”, afirmou a versão digital de Bolsonaro no início da gravação.

A exibição do vídeo gerou controvérsia, uma vez que o uso de deepfakes em campanhas eleitorais é expressamente proibido pela Justiça Eleitoral. Para o advogado Luís Antônio da Silva Filho, há indícios de possível violação da norma, caso seja comprovado que a tecnologia foi utilizada para simular uma declaração que não ocorreu de forma autêntica.

“A Justiça Eleitoral veda conteúdos capazes de induzir o eleitor a erro, especialmente aqueles que envolvem a criação artificial de falas ou posicionamentos atribuídos a figuras públicas”, explica.

Segundo o especialista, as sanções variam conforme a gravidade da conduta. Entre as medidas possíveis, estão a remoção imediata do conteúdo, aplicação de multas, concessão de direito de resposta e abertura de investigações por abuso de poder político ou econômico. “Nos casos mais graves, pode haver até a cassação do registro ou do mandato do candidato beneficiado, além da responsabilização nas esferas civil e criminal”, afirma.

Entrevista — José Miguel Garcia Medina / Advogado, parecerista, árbitro e professor

“Filtro de relevância transforma papel do STJ e dos tribunais estaduais”

Ana Maria Campos

O presidente Lula sancionou a lei que regulamenta o filtro de relevância para os recursos especiais dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Previsto na Constituição desde a Emenda 125, de 2022, o mecanismo é considerado uma revolução no trâmite dos processos na esfera infraconstitucional.

A partir da nova regra, não bastará mais alegar a violação de uma lei federal para levar um caso ao STJ. Será necessário demonstrar que o tema possui relevância econômica, política, social ou jurídica e transcende os interesses das partes. Na prática, a medida tende a reduzir o número de processos que chegam ao STJ e a reforçar o papel do tribunal na definição de precedentes sobre a legislação federal.

Em entrevista, o advogado, parecerista, árbitro e professor José Miguel Garcia Medina — integrante da comissão de juristas do Senado Federal que elaborou o anteprojeto de Reforma do Código de Processo Civil em 2016 — analisa os impactos da nova regra para cidadãos, empresas e advogados, aponta os desafios para a implementação do filtro e avalia como a mudança pode alterar o papel do STJ e dos tribunais estaduais e regionais na interpretação do direito.

O que muda, na prática, com a lei que regulamenta o filtro de relevância dos recursos especiais?

A relevância está na Constituição desde a Emenda 125, de 2022. Não se aplicava, porém, porque o próprio texto constitucional condicionou a exigência aos “termos da lei”, e a lei não vinha. É essa lei que chega agora. Até aqui, para chegar ao STJ, bastava sustentar que o tribunal de origem aplicara mal a lei federal. Não basta mais. O recorrente terá de demonstrar, em tópico específico e fundamentado do recurso, que a questão é relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, e que essa relevância ultrapassa os interesses subjetivos do processo. Faltando o tópico, o recurso é inadmitido. Presente o tópico, e entendendo o STJ que a questão não é relevante, o recurso não é conhecido (mas só pela manifestação de dois terços dos membros do órgão julgador, e a decisão é irrecurável).

O que mais muda?

Há um segundo bloco de mudanças, menos comentado. Reconhecida a relevância, o relator poderá suspender, em todo o país, os processos que versem sobre a mesma questão. O acórdão que daí resultar passa a integrar o

Acervo pessoal/José Miguel Garcia Medina



“A lei não pergunta se o caso é importante para quem o vive; pergunta se a questão jurídica nele discutida ultrapassa os interesses daquele processo”

rol das decisões que juízes e tribunais devem observar. Recusada a relevância, os recursos sobrestados são automaticamente inadmitidos, e o presidente do tribunal de origem passa a negar seguimento a todo recurso especial que discuta aquela questão. Note-se que a lei entra em vigor 30 dias depois de publicada, e que muito do funcionamento concreto ficou remetido ao regimento interno do STJ (inclusive, qual órgão examinará a relevância).

O filtro de relevância é comparado à repercussão geral do STF. Quais são as semelhanças e as diferenças entre os dois modelos?

A semelhança é deliberada. O texto do novo artigo praticamente repete o da repercussão geral: as questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo, o quórum de dois terços, a suspensão nacional,

a admissão de terceiros. Questão federal simples não sobe mais. Ao STF e ao STJ passam a chegar, por essas vias, apenas questões qualificadas. Os regimes se aproximam, mas não são idênticos. É que o Supremo cuida da Constituição, e cuida dela também por outras vias (julga ação direta, faz controle abstrato, não raro julgando a ação direta junto com o recurso extraordinário). Ao STJ, toca a inteligência de toda a legislação federal infraconstitucional, e a competência legislativa da União, no Brasil, é muito ampla. Aplicar ao STJ instrumento pensado para o STF exige consciência dessa desproporção. Ademais, algumas hipóteses de relevância foram dispostas pela própria Constituição. O § 3º do art. 105 enumera casos em que haverá relevância: ações penais, improbidade administrativa, causas acima de 500 salários mínimos, ações que possam gerar inelegibilidade, acórdão que contrarie jurisprudência dominante do STJ. Na repercussão geral, não há lista constitucional equivalente.

O legislador pode ampliar esse rol; não pode reduzi-lo. A propósito, há aí uma diferença de redação que merece atenção. A Constituição diz que “haverá relevância”; a lei diz que ela “se presume”. Dizer que se presume haver é menos que dizer que há. Entendo que a leitura correta é a que se conforma à Constituição, e a presunção há de ser absoluta. Reconheço que a redação abre margem a entendimento diverso. Há outra diferença, esta por ausência. O regimento do Supremo permite que o relator negue repercussão geral com eficácia apenas para o caso concreto. A lei nova nada previu de equivalente e tratou a relevância como categoria única, sem distinguir o recurso admitido para resolver o caso daquele admitido para fixar tese. Acredito que o regimento interno do STJ fará a distinção que a lei não fez.

Para o cidadão que perde uma ação no tribunal estadual ou federal, ficará mais difícil recorrer ao STJ?

Mais exigente, decerto. Convém, de todo modo, precisar o que se tornou mais difícil. Não é o acesso à Justiça, que permanece nas duas instâncias ordinárias. É o acesso a uma terceira decisão, esta sobre o sentido do direito da norma federal, que a reforma constitucional aprovada pelo Congresso decidiu restringir em 2022. Ao cidadão comum restam dois caminhos. O primeiro está no rol do § 3º do art. 105. Quem esteja em ação penal, em ação de improbidade, em causa que possa gerar inelegibilidade, em causa acima de 500 salários mínimos, ou quem tenha contra si acórdão que contrarie a jurisprudência dominante do STJ, tem a relevância assegurada pela Constituição. Terá de escrever o tópico e demonstrar o enquadramento, mas a relevância está lá. O segundo é o que mais me interessa, e nele sustento posição alinhada à missão constitucional do STJ. Quando o recurso especial se funda em divergência entre tribunais (o Tribunal de Justiça de um estado diz uma coisa, o de outro diz o contrário sobre o mesmo artigo de lei federal), a relevância está in re ipsa. Note-se que essa hipótese não se confunde com a do inciso V do § 3º, que trata de acórdão contrário à jurisprudência dominante do STJ e supõe, portanto, que o Tribunal já tenha decidido. Nos temas que ele ainda não alcançou, e são inúmeros, não há jurisprudência da Corte a contrariar. Afinal, o que está em causa, na divergência, é a inteligência da lei federal em mais de um tribunal do país. Isso ultrapassa, por definição, os interesses subjetivos do processo, e corresponde exatamente à função uniformizadora para a qual o STJ foi concebido.

Há o risco de que pessoas com causas individuais relevantes deixem de ter seus recursos analisados?

Pense nos seguintes exemplos. Um sócio deixa a sociedade e faz averbar a saída. Nos contratos de crédito da empresa, porém, continua o aval que deu. Passados dois anos, ele ainda responde? O Tribunal de Justiça do Piauí entendeu que não; o do Paraná entendeu que o aval subsiste até o pagamento do título. O artigo do Código Civil é o mesmo. A norma dele extraída, não. A cláusula que impõe aviso prévio remunerado no plano de saúde coletivo é tida por nula em São Paulo e no Rio de Janeiro, e por exigível em Santa Catarina. Em locação de loja de shopping, a cláusula que repassa ao lojista inadimplente os honorários do advogado do locador foi vista como cobrança em duplicidade no Rio Grande do Sul e como legítimo repasse de custo no Distrito Federal. Exemplos assim podem multiplicar-se quase ao infinito, pois a abrangência da legislação federal brasileira também é quase infinita. Quanto ao risco, convém separar duas coisas. A lei não pergunta se o caso é importante para quem o vive; pergunta se a questão jurídica nele discutida ultrapassa os interesses daquele processo. Uma causa que decide a vida de uma família pode não veicular questão que interesse além dela. Foi a escolha do constituinte derivado, em 2022, e do legislador, agora. Não discuto aqui se isso seria desejável; importa compreender a regra posta e seus impactos. A consequência impactante que venho apontando desde 2012 é outra. É a estadualização, ou a regionalização, da norma originada de lei federal. Rigorosamente, não é a lei que se estadualiza, pois a competência para legislar permanece com a União. O que se estadualiza é a norma, isto é, o sentido atribuído ao texto na resolução das questões. Federal na origem, local no resultado.

O cidadão ganha ou perde com esse novo modelo?

Perde alguma coisa desde logo. Perde uma via recursal que até aqui dependia apenas de demonstrar que a lei federal fora mal aplicada. Pode ganhar duas. Um tribunal que julga menos tem condições de julgar melhor. E a decisão tomada sob o novo regime não se esgota no processo em que foi proferida: deve ser observada por juízes e tribunais e alcança processos em curso em todo o país. Com outras palavras, o cidadão que jamais chegaria a Brasília passa a ser atingido, na sua comarca, pelo entendimento firmado lá. Isso, se funcionar. E há condições. Que o STJ use o filtro para uniformizar, e não apenas para reduzir acervo. Que o regimento distinga o recurso admitido para resolver o caso daquele admitido para formar tese. E que o tópico de relevância não se converta em mais um requisito de forma empregado para não julgar (a história do direito recursal brasileiro mostra que toda nova exigência formal tende a virar óbice, no que se convencionou chamar de jurisprudência defensiva). Há ainda uma consequência que não se deve perder de vista. Para a maioria dos jurisdicionados, a segunda instância passa a ser a instância final.

"Para o litígio de massa, o regime é potencialmente muito eficiente. Reconhecida a relevância, suspendem-se os processos sobre o tema em todo o país. O julgamento forma precedente de observância obrigatória. Os acórdãos divergentes voltam à origem para eventual retratação. Uma decisão resolve milhares de casos"

O que muda para empresas, especialmente aquelas envolvidas em disputas judiciais repetitivas?

Para o litígio de massa, o regime é potencialmente muito eficiente. Reconhecida a relevância, suspendem-se os processos sobre o tema em todo o país. O julgamento forma precedente de observância obrigatória. Os acórdãos divergentes voltam à origem para eventual retratação. Uma decisão resolve milhares de casos. O reverso é igualmente forte. Recusada a relevância, o presidente do tribunal de origem passa a negar seguimento a todo recurso especial sobre aquela questão. Contra essa decisão cabe apenas agravo interno, decidido no próprio tribunal de origem. Ao tribunal superior não se permitirá recorrer. A última palavra será a do tribunal de justiça ou a do tribunal regional federal. Sobre a reclamação, e convém deixar claro o que ela alcança. A reforma admite expressamente que se reclame ao STJ contra a decisão que descumpra acórdão proferido sob o regime da relevância, mas cerca a via de duas restrições: o caso há de ser excepcional e o desacordo com o precedente há de ser manifesto. Uma coisa se afere pelo cotejo entre a tese firmada e a decisão que a desrespeita. A outra, à luz das circunstâncias do próprio caso. E não são compartimentos estanques. O peso maior de uma tende a tornar mais débil a exigência quanto à outra. O STJ haverá de revisar a orientação que hoje afasta a reclamação contra decisão que desrespeita tese firmada em repetitivos, e acredito que a reveja. Revisar, porém, não é abandonar. O próprio texto reformado sugere que a orientação restritiva permaneça, em moldura nova. Isso repercute na prática negocial, e aí está o que interessa às empresas mais do que o contencioso. Em seus contratos, os empresários podem escolher o foro, nos limites do art. 63 do Código de Processo Civil. Escolher o foro sempre significou escolher onde se litiga. Nos temas que o STJ reputar irrelevantes, poderá significar escolher qual sentido da lei federal se aplica ao contrato. O direito interno passará a conviver com um autêntico fórum shopping. Para quem aporta capital numa região e ali instala sua operação, a jurisprudência local entra na diligência prévia, ao lado do custo tributário e do logístico. Acrescento um ponto prático. O valor da causa ganha função nova, porque acima de 500 salários mínimos a relevância vem da Constituição. Em caso

de dúvida, parece-me correto que o critério seja o benefício econômico em disputa, e não o valor formalmente atribuído à inicial: não é raro que se atribua valor "para fins meramente fiscais" e a condenação chegue a patamar expressivamente superior.

O recurso especial passará a exigir uma nova técnica de elaboração?

O tópico de relevância é peça nova do recurso, com requisito próprio de forma, e sua ausência leva à inadmissão antes de qualquer exame do mérito. Vale inclusive nas hipóteses em que a relevância é assegurada pela Constituição: também ali o recorrente terá de escrever o tópico e demonstrar que o caso nelas se enquadra. A experiência do Supremo é instrutiva. O Código de 2015 deixou de exigir a preliminar de repercussão geral que o Código de 1973 previa, e ainda assim o STF continuou a exigir que ela fosse demonstrada em preliminar, capítulo ou tópico específico do recurso. Quem não observou, perdeu o recurso. Muda também a arquitetura da peça. O recurso especial passa a conter dois discursos. Um é o de sempre: o acórdão violou a lei federal e deve ser reformado. O outro é novo: a questão transcende o caso, e por isso o país precisa que o STJ a decida. Argumenta-se a relevância da questão, não a relevância do cliente. Esse é um erro que certamente se verá com frequência nos próximos meses. Note-se, a propósito, o ganho técnico de quem trabalha com divergência jurisprudencial. O cotejo analítico entre acórdãos de tribunais diversos, que sempre serviu para demonstrar o cabimento do recurso, passa a servir também para demonstrar a relevância.

Demonstrar a relevância da questão exigirá uma mudança e refinamento de estratégia dos advogados?

A mudança começa muito antes do recurso especial. O caso passa a ser preparado para a relevância desde a primeira instância. O valor da causa deixa de ser dado fiscal e passa a ser dado estratégico. E quem identifica cedo que sua tese é aplicada de modo diverso em outro estado, e o documenta, chega ao recurso especial com o argumento da relevância pronto. O prequestionamento continua indispensável, e convém dizê-lo com todas as letras, porque haverá confusão. A relevância não substitui o prequestionamento. Soma-se a ele. Para que se ultrapasse o juízo de admissibilidade, deve haver questão na decisão recorrida, que seja de direito, que seja de lei federal infraconstitucional e que seja relevante. Muda, ademais, a economia da carteira de casos. Não se leva

tudo a Brasília: escolhe-se o que tem vocação de precedente, e investe-se mais nas instâncias ordinárias, que decidirão em definitivo a maior parte dos litígios. Entidades e associações ganham instrumento novo, já que a lei prevê a manifestação de terceiros na própria análise da relevância. É amicus curiae atuando na porta de entrada, e não apenas no mérito. E a reclamação volta ao mapa. A lei a autoriza para garantir a autoridade dos acórdãos proferidos sob o regime de relevância, esgotadas as instâncias ordinárias e havendo desacordo manifesto. Isso deve levar o STJ a rever sua posição hoje restritiva em matéria de reclamação fundada em precedente, o que não significa abertura ampla, pois a própria lei exige excepcionalidade e violação manifesta.

Alguns críticos afirmam que o filtro pode restringir o acesso ao STJ. Acredita nisso?

Restringe o acesso ao STJ, e foi para isso que foi criado. Quem queira criticá-lo há de criticar a emenda constitucional de 2022, e não a lei que a regulamenta. De todo modo, há três pontos de técnica que me preocupam. O primeiro é o risco de o tópico de relevância converter-se em nova barreira formal, no que já disse sobre a jurisprudência defensiva. Risco cultural, não normativo, e cuja resposta cabe ao próprio Tribunal. O segundo é de repartição de competências. A lei remeteu ao regimento interno do STJ não apenas o detalhe operacional, mas o que toca ao juiz natural (qual órgão aplica o filtro) e à formação e à revisão do precedente. Isso é direito processual, de competência privativa da União (art. 22, I, da CF). O núcleo deveria estar na lei; ao regimento caberia o procedimento (art. 96, I, "a", da CF). O terceiro está na cláusula que manda incidir "todos os efeitos processuais e materiais" do julgamento sobre os processos em curso, sem dizer quais efeitos nem como se projetam sobre cada dispositivo do Código (art. 5.º do projeto de lei sancionado). A indeterminação tende a gerar litígio sobre o alcance da eficácia expansiva. Acrescento que 30 dias de vacância são pouco para que o STJ e a advocacia se reorganizem diante de filtro dessa dimensão.

A longo prazo, qual será o principal impacto dessa mudança?

Criar a lei federal continua tocando à União. A norma (o sentido atribuído ao texto da lei na resolução das questões pelos tribunais), porém, nem sempre será enunciada por um órgão de cúpula nacional. A escolha é legítima, e o constituinte derivado e o legislador, ao fazê-la, reconheceram ao STJ papel novo e expressivo: definir que porções da vida das pessoas, físicas e jurídicas, se regem por norma federal ou local. Há critério. O que for substancialmente federal, por tocar os fundamentos e a estrutura da lei da União, não pode significar uma coisa em São Paulo e outra em Goiás. O que não for pode variar sem maiores prejuízos. O modo como o STJ exercer esse poder dirá quanto de federal restará no direito federal. E os tribunais de justiça e os tribunais regionais federais, que passam a dar a última palavra em quase tudo, ainda não perceberam que a reforma anunciada como do STJ é, no fundo, uma reforma também deles.

"Os tribunais de justiça e os tribunais regionais federais, que passam a dar a última palavra em quase tudo, ainda não perceberam que a reforma anunciada como do STJ é, no fundo, uma reforma também deles"

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Victor Piemonte/STF



STF discute se lei de 1941 proíbe jogos de azar

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a discutir ontem se a proibição da exploração de jogos de azar, prevista em lei de 1941, contraria o princípio da livre-iniciativa e as liberdades fundamentais estabelecidas na Constituição de 1988. O caso tem repercussão geral (Tema 924), e a tese de julgamento vai impactar, pelo menos, 2.728 processos que estão sobrestados em todas as instâncias. Para o procurador-geral da República, Paulo Gonet (foto), a expansão das apostas pode favorecer o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos, além de provocar impactos negativos na economia nacional.

Divulgação



Missão Destrava

O advogado Francisco Zardo foi nomeado pelo presidente do CNJ, ministro Edson Fachin, para integrar o Comitê Executivo Nacional do Programa Destrava 2.0, iniciativa voltada à retomada de obras públicas paralisadas por entraves judiciais e administrativos. Representando o Conselho Federal da OAB, Zardo atuará ao lado da conselheira federal Elisa Helena Lesqueves Galante na construção de soluções para dar mais efetividade às políticas públicas nas áreas de saúde e educação.



Responsabilidade da Booking, em caso de incêndio em hotel, é analisada pelo STJ

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento que decidirá se a plataforma Booking pode ser responsabilizada por danos sofridos por hóspedes em decorrência de um incêndio ocorrido em um hotel cuja reserva foi realizada por meio do site. O caso é relevante porque trata dos limites da responsabilidade das plataformas digitais de intermediação de hospedagem, tema com impacto direto para o setor de turismo e para as relações de consumo. O relator, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, rejeitou a responsabilidade solidária da Booking. Segundo o magistrado, os danos decorreram de falha relacionada à infraestrutura do hotel, e não da atividade de intermediação exercida pela plataforma. O julgamento foi suspenso após pedido de vista da ministra Nancy Andrighi.

Serviço concluído

Advogado da Booking no caso, Marcelo Teske, sócio do Bornhausen e Zimmer Advogados, sustenta que a atuação da plataforma se limita à intermediação da reserva, encerrando-se quando o serviço contratado é efetivamente disponibilizado ao consumidor. “O serviço da Booking se encerra no momento em que a reserva é efetivada. O hóspede realiza a reserva, faz o check-in no hotel e, a partir daí, a plataforma já cumpriu a sua função. Nesse momento, encerra-se sua atuação na relação jurídica”, afirma.

Interesse do setor de turismo

O julgamento é acompanhado com atenção pelo setor de turismo e pelas plataformas digitais, pois poderá fixar importantes parâmetros sobre a extensão da responsabilidade civil das empresas de intermediação em situações envolvendo danos ocorridos durante a hospedagem.

Homenagem a Brossard

Será lançada hoje no Supremo Tribunal Federal (STF) a obra “O Avesso do Arbitrio – Estudos em homenagem a Paulo Brossard de Souza Pinto”. O livro reúne reflexões de ministros do STF, juristas, historiadores e cientistas políticos sobre o pensamento e a contribuição de um dos mais importantes nomes da história constitucional brasileira, que morreu em 2015. A apresentação é do ministro Gilmar Mendes, e a coletânea também conta com texto inédito do ministro André Mendonça. O prefácio do livro, organizado pelos juristas Guilherme Barcelos, Gustavo Bohrer Paim e Miguel Tedesco Wedy, é assinado pelo ex-presidente José Sarney.



Divulgação/ Academia Brasileira de Direito do Trabalho

Redes sociais/reprodução

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Amizade antiga

O então deputado Weverton Rocha (PDT-MA) foi o primeiro a visitar Willer Tomaz na Papuda quando o advogado foi alvo de desdobramento da Operação Greenfield, em 2017. Os dois agora estão sob a lupa da Polícia Federal na Operação Sem Desconto.

Divulgação / STJ



“Não se trata de uma lei para atender a interesses do STJ, mas de um marco na celeridade e na qualidade da prestação jurisdicional brasileira”

Ministro Herman Benjamin, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre a lei que regulamenta o critério de relevância para a admissão de recursos especiais na Corte

Visão do Direito



Victor Zveibil Coifman
Sócio-fundador do Clube do Passaporte

Cidadania em disputa: o papel das Supremas Cortes diante da onda restritiva global

A busca pela dupla cidadania por parte de milhares de brasileiros sempre esteve associada a um desejo de expansão de horizontes, segurança e conexões culturais. Recentemente, contudo, esse movimento passou a ser atravessado por uma intensa fumaça geopolítica. A ascensão de discursos nacionalistas e as tentativas de restrição de direitos migratórios levantam uma questão inevitável: até que ponto a instabilidade política global e as pressões de partidos de direita podem, efetivamente, sepultar o direito ao passaporte estrangeiro?

Para responder a isso, é preciso separar o plano político-retórico do plano estritamente jurídico. No campo do discurso, existe uma sincronia inegável. Relatórios de institutos como o European Council on Foreign Relations apontam que movimentos conservadores nos Estados Unidos e na

Europa compartilham uma mesma cartilha discursiva de “soberania sobre a cidadania”.

Partidos como o Chega, em Portugal, replicam, deliberadamente, retóricas antimigração vistas nas Américas. A instabilidade internacional funciona, portanto, como munição discursiva para inflamar debates domésticos que já vinham ocorrendo no continente europeu.

No plano jurídico, porém, a realidade ganha contornos muito mais complexos e institucionais. As recentes reformas na Itália, por meio do Decreto Tajani, e em Portugal, com a Lei Orgânica 1/2026, nasceram de pressões estritamente internas — como o volume massivo de pedidos por descendência e debates locais sobre imigração —, e não de um efeito dominó legislativo internacional. É justamente nesse cenário de pressões políticas que emerge o verdadeiro fio condutor que une os sistemas ocidentais: o papel crescente do

Poder Judiciário como o árbitro final e garantidor dos direitos fundamentais.

A história recente demonstra que, enquanto o Legislativo e o Executivo oscilam ao sabor das majorias eleitorais, as cortes superiores têm atuado como um importante contrapeso de estabilidade. Nos Estados Unidos, o modelo de jus soli (cidadania por nascimento), ancorado na 14ª Emenda, segue sob frequente ataque político, mas foi reafirmado pela Suprema Corte americana em uma decisão expressiva de seis votos a três, blindando o precedente histórico do caso Wong Kim Ark.

Padrão semelhante de equilíbrio institucional se repete na Europa. Na Itália, onde a cidadania por descendência (jus sanguinis) não é uma concessão discricionária do Estado, mas um status preexistente desde o nascimento e imprescritível, a Corte Suprema Di Cassazione tem sido a instância que

reequilibra os excessos normativos. Mesmo diante de restrições administrativas na via consular, a jurisprudência da Cassação garantiu a solidez da via judicial, dispensando entraves burocráticos e assegurando uma robustez doutrinária que protege o direito contra marés políticas sazonais.

Por outro lado, modelos baseados estritamente em tempo de residência, como o de Portugal, evidenciam maior sensibilidade aos ciclos eleitorais, com alterações abruptas em prazos de naturalização aprovadas pelo parlamento em poucos meses. O cenário atual deixa claro que não existem modelos absolutamente imunes à revisão política. Contudo, a grande lição deste momento histórico é que a força de uma cidadania não reside apenas nas leis que as maiorias parlamentares escrevem hoje, mas na solidez e independência das cortes que salvaguardam esses direitos amanhã.

Visão do Direito



Luis Antônio da Silva Filho
Especialista em direito eleitoral e presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB Águas Claras

Convenções partidárias e registro de candidaturas: a base da legitimidade no processo eleitoral

O processo eleitoral brasileiro é estruturado por etapas fundamentais que asseguram a organização, a legalidade e a legitimidade das eleições. Entre essas fases, destacam-se as convenções partidárias e o registro de candidaturas, momentos decisivos que antecedem a campanha eleitoral e exercem papel determinante na consolidação da democracia.

As convenções partidárias representam o ponto de partida das candidaturas. É nesse ambiente interno que partidos políticos e federações definem quais nomes irão disputar os cargos eletivos, além de estabelecer diretrizes políticas e critérios para a distribuição de recursos. Trata-se de um espaço essencial de deliberação, no qual se expressa a autonomia partidária e se consolida a vontade coletiva das agremiações.

Mais do que uma etapa formal, as convenções desempenham função estratégica

na organização do cenário eleitoral. Elas evitam improvisações, fortalecem a identidade partidária e garantem que os candidatos escolhidos estejam alinhados aos valores e programas das legendas. Ao mesmo tempo, conferem transparência ao processo, ao estabelecer regras claras que devem ser observadas por todos os envolvidos.

Superada essa fase, o registro de candidaturas junto à Justiça Eleitoral ganha protagonismo. Nesse momento, ocorre uma análise minuciosa do cumprimento dos requisitos legais exigidos para que o candidato possa concorrer. No ato do pedido de registro, são examinadas as condições de elegibilidade e também eventuais causas de inelegibilidade dos candidatos, além de aspectos como filiação partidária, domicílio eleitoral e quitação com a Justiça Eleitoral.

O registro, portanto, vai além de um simples procedimento administrativo. Ele

funciona como um importante mecanismo de controle e validação, assegurando que apenas aqueles que atendem às exigências legais participem do pleito. É também nessa etapa que podem surgir impugnações, abrindo espaço para o debate jurídico e garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa.

A relevância desse procedimento se reflete diretamente na confiança do eleitor. Ao assegurar a regularidade das candidaturas, a Justiça Eleitoral protege a lisura do processo democrático e evita distorções que poderiam comprometer a igualdade de condições entre os concorrentes. Dessa forma, o cidadão tem a garantia de que está escolhendo entre candidatos aptos e legitimamente habilitados.

Além disso, o correto cumprimento das regras relativas às convenções e ao

registro contribui para a segurança jurídica das eleições. Em um cenário político dinâmico, muitas vezes marcado por disputas intensas, a observância dessas etapas reduz conflitos, previne litígios e fortalece a estabilidade institucional.

Compreender a importância das convenções partidárias e do registro de candidaturas é essencial não apenas para partidos e candidatos, mas para toda a sociedade. Essas fases estruturam o processo eleitoral desde sua origem, assegurando transparência, equidade e credibilidade.

Em última análise, a legitimidade das eleições começa antes mesmo do início da campanha. Ela se constrói no respeito às regras que definem quem pode concorrer e em quais condições, consolidando um sistema eleitoral mais justo, seguro e confiável para todos.

Visão do Direito



Jaceguara Dantas Da Silva

Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Ouvidora Nacional da Mulher, Supervisora Nacional da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

20 anos da Lei Maria da Penha: da ruptura à proteção

Há leis que organizam procedimentos. Outras transformam a forma como uma sociedade compreende a si mesma. Aos vinte anos, a Lei Maria da Penha pertence à segunda categoria: mais do que instituir mecanismos jurídicos, rompeu uma longa tradição de silêncio e tolerância diante da violência praticada contra as mulheres no espaço doméstico e familiar.

Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei nº 11.340 nomeou cinco formas de violência — física, psicológica, sexual, patrimonial e moral —, criou as medidas protetivas de urgência e previu os juizados especializados. Firmou a premissa de que a violência doméstica não é episódio isolado: combina dependência econômica, controle, desigualdade social e risco concreto à vida. Foi conquista democrática brasileira e, simultaneamente, cumprimento de compromissos internacionais assumidos à luz da Convenção de Belém do Pará e da CEDAW.

O advento da Lei Maria da Penha vai ao encontro da imprescindibilidade de modificação de um cenário que ainda exige esforços conjuntos e contínuos, cujo reflexo da violência ainda repercute nacional e internacionalmente. Recorde-se de que, em 2021, no Caso Barbosa de Souza e outros, a Corte Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Estado brasileiro, pela primeira vez, por violência de gênero. Márcia

Barbosa de Souza tinha 20 anos, era pobre e vinha do interior da Paraíba; foi morta em 1998, e a persecução penal foi retardada enquanto a vida da vítima era devassada e sua conduta, julgada no lugar do crime. Deste emblemático julgado e seus desdobramentos, criou-se o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, consolidado pela Resolução CNJ nº 492/2023, como política judiciária nacional e método de interpretação comprometido com os direitos humanos e com a necessidade de se obstar que estereótipos sejam reproduzidos pelo Judiciário e perpetuem desigualdades.

No mesmo ano em que a Lei Maria da Penha completa duas décadas, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública — que também alcança seus 20 anos — mostra por que o esforço precisa dobrar. Segundo o Anuário de 2026, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o país registrou 1.571 feminicídios em 2025, crescimento de 4% em relação ao ano anterior — mais de quatro mulheres mortas por dia. Entre as vítimas, 65,1% eram negras; 62,5% tinham entre 25 e 44 anos; e 56,5% foram assassinadas na residência. Há um contraste que deve orientar as prioridades públicas: no mesmo período em que as mortes violentas intencionais recuaram 8,2% no país, os feminicídios avançaram.

A desigualdade de gênero, no Brasil, permanece indissociável de seus recortes de raça,

etnia, território ou classe social. Mulheres negras, indígenas, com deficiência, idosas, migrantes e moradoras de áreas rurais, periféricas, quilombolas e ribeirinhas encontram barreiras adicionais para denunciar e alcançar os serviços de proteção. Não se pode julgar adequadamente sem reconhecer a dimensão interseccional das desigualdades que perpassam a vida de meninas e mulheres no Brasil, cujas diferenças devem ser identificadas para aproximar a política judiciária da promessa constitucional de igualdade substancial.

O feminicídio, raramente, surge como acontecimento sem antecedentes. Ao contrário é o desfecho de uma cadeia de ameaças, agressões, controle e perseguição que já se perpetuavam há determinado tempo. Só em 2025, conforme Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2026), foram registradas 132.025 ocorrências de descumprimento de medidas protetivas de urgência, um aumento de 16,7% em relação ao ano anterior — cada uma delas representa um aviso formalizado ao Estado. Nos feminicídios com autoria identificada, 96,4% foram cometidos por homens; 60,9% dos autores eram parceiros íntimos, 18,9% eram ex-parceiros e 12,1% pertenciam ao núcleo familiar.

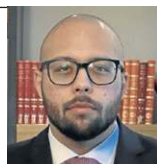
A resposta do Poder Judiciário se organiza como ecossistema de governança articulada, com metas, indicadores e supervisão permanente. A Política Judiciária Nacional de

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o Protocolo de julgamento, o Programa Justiça pela Paz em Casa, o Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral e a Ouvidoria Nacional da Mulher operam de forma integrada, dando capilaridade às respostas e convertendo relatos individuais em inteligência de Estado. O compromisso é federativo: exige articulação constante entre União, estados e municípios, e não se mede por datas no calendário, mas pela constância com que a proteção é oferecida a cada dia, em cada território.

Esse desenho constitucional coaduna-se com a atuação de todos os demais entes, a exemplo do Ministério Público, Defensoria Pública e Segurança Pública, cuja integração tem o condão de proporcionar uma resposta célere e efetiva na tutela dos direitos fundamentais das vítimas. Contudo, deve-se reforçar que nenhuma instituição protege sozinha: a prevenção depende da atuação conjunta entre justiça, segurança pública, saúde, assistência social, educação e comunicação.

Celebrar vinte anos não é declarar concluído o trabalho. É reconhecer uma ruptura histórica e reafirmar um compromisso que não se interrompe: o de tornar a prevenção acessível, todos os dias e em todos os territórios. O desafio não é ter a lei — é fazer que seu sistema protetivo inteiro seja célere e efetivo. Porque proteger antes é a forma mais elevada de fazer justiça.

Visão do Direito



Leonardo Tajaribe Jr.

Advogado criminalista

Quando a IA comunica um crime

A prisão de um homem no Espírito Santo, acusado de planejar matar o próprio filho após uma conversa com uma plataforma de inteligência artificial ser comunicada às autoridades, abre um importante debate jurídico: até onde vai a privacidade nas interações com ferramentas de IA e qual o valor dessas conversas em uma investigação criminal?

O caso ganhou repercussão após a informação de que a OpenAI comunicou o episódio ao FBI, que repassou os dados às autoridades brasileiras. De acordo com as investigações, o homem teria informado à plataforma que possuía arma, corda e veneno e que pretendia praticar homicídios e ataques em locais públicos.

É importante esclarecer que as conversas com inteligência artificial são protegidas pela privacidade e pela Lei Geral de Proteção de

Dados (LGPD), mas não possuem sigilo absoluto. Diferentemente da relação entre advogado e cliente, que conta com proteção jurídica específica, a interação com uma plataforma privada está sujeita aos seus termos de uso, políticas de segurança e à legislação aplicável.

Isso não significa que as empresas possam compartilhar livremente o conteúdo das conversas.

A própria OpenAI informa que pode comunicar autoridades quando identificar risco concreto e iminente de dano a terceiros. O ponto central, porém, não é apenas se essa comunicação poderia ocorrer, mas como ela ocorreu. Sob o aspecto jurídico, uma conversa com inteligência artificial pode servir como notícia de crime, ou seja, justificar a abertura de uma investigação.

Entretanto, iniciar a apuração de um crime não é o mesmo que provar que ele ocorreu. Desse modo, para fundamentar medidas cautelares ou uma eventual condenação, são necessários outros elementos produzidos de forma regular e submetidos ao contraditório.

Outro desafio está na cadeia de custódia da prova digital. É indispensável saber quem teve acesso às informações, como elas foram preservadas e se o conteúdo foi mantido integralmente. Além disso, a dificuldade aumenta porque os sistemas de inteligência artificial funcionam, em muitos aspectos, como verdadeiras “caixas-pretas”, sem transparência suficiente sobre os critérios que levaram determinado conteúdo a ser considerado uma ameaça.

Também é preciso lembrar que, no direito penal brasileiro, a mera cogitação

ou o planejamento de um crime, isoladamente, não são puníveis. A responsabilização exige algum grau de exteriorização da conduta ou a prática de atos concretos previstos em lei.

Assim, uma conversa com uma IA, por si só, dificilmente sustentaria uma condenação. O caso evidencia o desafio de conciliar prevenção criminal, proteção de dados e garantias processuais. Se, por um lado, a atuação preventiva pode evitar tragédias, por outro, a tecnologia não pode reduzir as exigências legais para restringir direitos.

A grande questão não é apenas se a inteligência artificial pode alertar sobre um possível crime, mas se todo o caminho percorrido por essa informação é transparente, íntegro e passível de fiscalização pela defesa.

Visão do Direito



Rita Machado

Advogada criminalista, mestrande em processo penal na USP e sócia do escritório Corsetti Diniz Machado



Cleber Lopes

Advogado criminalista, sócio-fundador da Lopes de Oliveira Advogados professor de direito e processo penal

Tema 1.392: os limites do testemunho de “ouvir dizer”

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em maio de 2025, a repercussão geral do Tema 1.392 (RE 1.501.524, relatoria do ministro Flávio Dino), para decidir se a pronúncia — e a consequente submissão do acusado ao Tribunal do Júri — pode apoiar-se em testemunhos de “ouvir dizer” e se essa prova é lícita e valorável pelos juízes. O tema carrega uma armadilha conceitual que contém desarmar antes que ela se cristalize em tese vinculante.

A armadilha não está na resposta: está na premissa. Ao reconhecer a repercussão geral, o relator consignou que, “na prática, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem transformando a prova do testemunho de “ouvir dizer” em prova ilícita e vedada, razão pela qual deve o STF como guardião da Constituição, enfrentar o tema do hearsay”. Com o devido respeito, o diagnóstico atribui à jurisprudência do STJ um alcance que ela não tem, e é justamente essa atribuição que pode conduzir o julgamento a um desfecho indesejado.

O que a farta jurisprudência do STJ efetivamente afirma é mais modesto e mais preciso: a pronúncia não pode fundamentar-se exclusivamente em depoimento de “ouvir dizer”. Isso não é o mesmo que declarar ilícita tal prova. É dizer que ela, sozinha, não preenche o padrão do art. 413 do Código de Processo Penal, que exige prova da materialidade e indícios suficientes de autoria. O STJ não determinou o

desentranhamento de depoimentos indiretos, não lhes negou ingresso nos autos, não anulou processos pela sua simples presença. Limitou-se a dizer quanto eles pesam. E peso é matéria de valoração, não de admissibilidade.

A distinção não é preciosismo. Prova ilícita é a obtida em violação a normas constitucionais ou legais: a escuta clandestina, a confissão sob coação, a busca sem mandado ou situação de flagrante. A consequência de rotular algo como ilícito é drástica: o art. 157 do CPP manda desentranhá-la dos autos, contaminando o que dela derivar. Ora, o depoimento de quem “ouviu dizer” foi colhido em juízo, sob o crivo do contraditório, por testemunha regularmente arrolada. Nada nele é ilícito, e ninguém, a rigor, sustenta seriamente o contrário. Sobre a licitude não há controvérsia real. A controvérsia, essa sim autêntica, é sobre o peso que o depoimento comporta.

Parte da imprecisão vem do vocabulário importado. Foi essa confusão que Antonio Suxberger apelidou de “lost in translation”: ao tomar de empréstimo o rótulo do hearsay norte-americano, a prática forense lhe atribuiu um sentido que a categoria não comporta entre nós. No direito dos Estados Unidos, o hearsay é regra de exclusão, de inadmissibilidade: a prova sequer entra no processo, salvo pelas mais de vinte exceções das Federal Rules of Evidence. Esse desenho faz sentido lá, onde o júri leigo julga o fato sem fundamentar o veredito, onde

a admissibilidade é filtrada previamente pelo juiz e onde a Sexta Emenda assegura ao réu confrontar quem o acusa.

O sistema brasileiro é outro. Aqui não vigora a proibição de valoração da prova regularmente produzida, mas a persuasão racional, o livre convencimento motivado (arts. 155 do CPP e 93, IX, da Constituição): o juiz pondera todo o material lícito e fundamenta o peso que atribui a cada peça. O testemunho indireto não é expelido do processo; é sopesado, e normalmente com parcimônia. Note-se, porém, que o rótulo equivocado é do vocabulário, não da ratio das decisões. Os acórdãos do STJ, quando lidos, resolvem casos de insuficiência probatória. Se o Supremo partir da premissa de que existe, na jurisprudência do STJ, uma regra de exclusão a ser desmontada, responderá a uma pergunta que ninguém fez, e, ao respondê-la, corre o risco de desfazer aquilo que efetivamente existe.

O risco, portanto, não é o STF declarar ilícito o testemunho de ouvir dizer. É o inverso. É que o Tribunal, para afastar uma vedação que nunca foi instituída, proclame que a prova é lícita e, por isso, plenamente valorável e suficiente para a pronúncia. Entre “é lícita” e “basta, por si só, para pronunciar” há um salto que nenhuma premissa autoriza. Licitude é condição de ingresso; valoração é o que se passa depois do ingresso. Do fato de que uma prova pode ser considerada não decorre que

ela seja suficiente. Uma tese que embaralhe os dois planos revogaria, de um só golpe e sem que o tema tenha sido efetivamente debatido, o padrão de suficiência construído pelo STJ, re-legitimando pronúncias erguidas sobre boatos.

E a consequência não é acadêmica. A pronúncia é o último filtro de racionalidade probatória antes do plenário: depois dela, os jurados decidem por íntima convicção, sem motivar o voto, e a soberania dos veredictos torna a revisão do mérito estreitíssima. Enfraquecer esse filtro em nome de uma licitude que nunca esteve em xeque é caro — e caro na moeda errada.

O núcleo legítimo da jurisprudência do STJ permanece de pé: uma pronúncia erguida somente sobre rumores viola o art. 413 do CPP, porque rumor não é indício suficiente, e viola o art. 93, IX, da CF, porque decisão que se contenta com o “diz que disseram” não está verdadeiramente fundamentada. Esse ponto se resolve no plano da valoração, suficiência e da motivação, sem que seja preciso invocar a artilharia da prova ilícita.

Ao Supremo cabe, por isso, uma tese de dois tempos, e não de um só: o testemunho de “ouvir dizer” é prova lícita e admissível, não sujeita a desentranhamento; e é prova de baixo peso, insuficiente, isoladamente, para fundamentar a pronúncia. Afirmar apenas a primeira metade, a pretexto de corrigir uma ilicitude que ninguém decretou, seria responder a uma questão de valoração com a gramática da admissibilidade, duas coisas que não se confundem.

Visão do Direito



Marcelo Sarmento

Advogado especialista em direito imobiliário e condominial

Regularização de imóveis em Vicente Pires: necessário, mas exige atenção

A aprovação da Lei nº 7.899/2026 representa um passo importante para milhares de proprietários de imóveis em Vicente Pires e em outras regiões do Distrito Federal que convivem há anos com o desafio da regularização de suas construções. A principal mudança trazida pela nova legislação está na retirada da exigência do marco temporal que limitava a regularização de determinados imóveis. Na prática, a alteração amplia a possibilidade de obtenção da Carta de Habite-se de Regularização para edificações que atendam aos demais critérios previstos na legislação urbanística.

Esse avanço corrige uma dificuldade histórica enfrentada por muitos moradores que, embora tenham imóveis consolidados e inseridos

na dinâmica urbana da região, encontravam barreiras legais para formalizar sua situação.

Entretanto, é importante esclarecer que a nova lei não significa uma regularização automática. O proprietário ainda precisa verificar se o imóvel atende aos requisitos técnicos e documentais exigidos pelos órgãos competentes. A ausência do marco temporal elimina uma restrição, mas não dispensa a análise da conformidade da construção.

Nesse processo, a documentação continua sendo um ponto fundamental. Plantas, registros, documentos do imóvel e comprovações necessárias para demonstrar a adequação da edificação fazem parte de uma etapa que exige atenção. Muitos proprietários podem perder

tempo ou enfrentar novos obstáculos por iniciarem o procedimento sem compreender corretamente todas as exigências.

Outro aspecto relevante é o impacto econômico dessa regularização. Um imóvel regularizado possui maior segurança jurídica, facilita negociações de compra e venda, amplia as possibilidades de financiamento imobiliário e contribui para sua valorização no mercado. A formalização da propriedade não representa apenas uma questão burocrática, mas um elemento essencial para garantir segurança patrimonial ao proprietário. Vicente Pires é uma região que passou por um intenso processo de crescimento urbano, com milhares de famílias construindo suas histórias no local.

A regularização desses imóveis representa também o reconhecimento de uma realidade consolidada e a busca por uma relação mais equilibrada entre desenvolvimento urbano e cumprimento das normas legais.

O momento exige informação e planejamento. Proprietários interessados na regularização devem buscar orientação especializada para compreender cada etapa do processo, evitando decisões precipitadas e garantindo que o procedimento seja conduzido de forma segura.

A nova legislação abre uma oportunidade para aqueles que compreenderem seus direitos e, também, suas responsabilidades. Regularizar um imóvel é transformar uma construção em um patrimônio

Visão do Direito



Luís Otávio Veríssimo Teixeira

Presidente do STJD do Futebol.
Sócio de LOVT Advogados

Gustavo Favero Vaughn

Auditor do STJD do Futebol. Sócio
de Cesar Asfor Rocha Advogados

A justiça desportiva do futebol entra em nova era

O Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol (STJD) promulgou, em julho, seu novo Regimento Interno, aprovado pelo Tribunal Pleno em sessão de 8 de junho de 2026. À primeira vista, a notícia pode soar como mera atualização burocrática. Não é. Trata-se, ao que consta, da mais ampla reforma institucional da Justiça Desportiva do futebol brasileiro desde muito tempo, com repercussões diretas sobre clubes, atletas, dirigentes e todos os que gravitam em torno da indústria do futebol, hoje um setor econômico bilionário, cada vez mais profissionalizado e juridicamente sofisticado.

A reforma revoga, de uma só vez, o Regimento de 2014 e o Regimento Interno da Procuradoria Desportiva, de 2010, consolidando em um único texto normativo as regras de organização e funcionamento do Tribunal, da Procuradoria e da recém-criada Defensoria. O ganho de sistematização não é apenas estético, já que unidade normativa significa previsibilidade, e previsibilidade é o que jurisdicionados e investidores esperam de qualquer sistema de justiça.

A inovação de maior impacto prático é o Plenário Virtual. Inspirado na experiência bem-sucedida dos tribunais judiciais, o STJD passa a

admitir o julgamento de processos em ambiente eletrônico, com sessões convocadas com antecedência mínima de quatro dias e duração de igual período. As pautas serão publicadas no site institucional, com indicação de datas e horários de início e encerramento. Preserva-se, por óbvio, o direito das partes: processos podem ser destacados para julgamento presencial e o pedido de sustentação oral presencial, formulado com a devida antecedência, retira o feito do ambiente virtual. O desenho equilibra celeridade e garantias, equação que a Justiça Desportiva, pressionada por calendários de competição implacáveis, conhece como poucas.

Na mesma direção caminha o capítulo dedicado ao Processo Eletrônico. Os atos processuais passam a ser praticados, obrigatoriamente, por meio eletrônico: peticionamento, juntada de documentos, citações, intimações e remessa de memoriais. Audiências e colheita de provas orais poderão ocorrer por videoconferência. Citações e intimações serão realizadas preferencialmente pelo sistema eletrônico, condicionadas ao prévio cadastramento de clubes, partes e procuradores, providência que os departamentos jurídicos farão bem em adotar desde logo.

O novo Regimento também redesenha a

estrutura do Tribunal. O STJD poderá contar com até sete Comissões Disciplinares Nacionais, cada qual composta por cinco auditores, com uma exigência inédita e bem-vinda: a participação mínima de uma mulher em cada comissão. Em um ambiente historicamente masculino, a regra institucionaliza a diversidade como valor da Justiça Desportiva, movimento que acompanha a agenda de governança que o próprio mercado do futebol, com a ascensão das SAFs e do futebol feminino, vem exigindo.

Duas criações merecem destaque especial. A primeira é a Defensoria de Justiça Desportiva, órgão auxiliar destinado a prestar assistência jurídica gratuita a quem dela necessite. Em um sistema que julga desde grandes clubes até atletas amadores e membros de comissões técnicas, assegurar defesa técnica efetiva a todos é condição de legitimidade das decisões. A paridade de armas deixa de ser promessa e ganha estrutura institucional.

A segunda é a formalização da Ouvidoria, canal permanente de comunicação entre o Tribunal, os jurisdicionados e a sociedade, com atribuições que vão do recebimento de denúncias e reclamações à produção de relatórios estatísticos periódicos. Ao lado dela, as novas Comissões Temáticas, voltadas ao aprimoramento

de protocolos, procedimentos e diretrizes institucionais, criam pontes de diálogo com a sociedade civil e sinalizam uma Justiça Desportiva que não se limita a julgar, mas que também quer ouvir, prestar contas e se aperfeiçoar.

Completam o quadro a incorporação da Procuradoria ao corpo do Regimento, com disciplina minuciosa de suas atribuições, deveres e garantias, e regras claras sobre transparência, consubstanciadas, entre outras, nas pautas publicadas com antecedência mínima de dois dias e decisões divulgadas, em regra, no mesmo dia do julgamento.

O fio condutor da reforma é explícito no próprio texto, vale dizer, a celeridade processual, defesa da disciplina e da moralidade desportiva e respeito à norma jurídica. Mas há algo mais profundo em curso. O futebol brasileiro vive um ciclo de transformação que exige instituições à altura. Uma Justiça Desportiva ágil, digital, transparente e acessível não é luxo institucional, mas sim infraestrutura de mercado. Ao modernizar-se, o STJD reafirma aquilo que a Constituição lhe reservou e que o setor dele espera, que é ser instância técnica e confiável para os conflitos do jogo. O novo Regimento é um passo firme nessa direção.

Visão do Direito



Erico Bomfim de Carvalho

Sócio do escritório Erico Advogados; especialista em relações internacionais pela UnB e LL.M. pela Columbia Law School

Inteligência artificial no procedimento arbitral

A inteligência artificial já mudou a forma como conduzimos um procedimento arbitral, principalmente quando o volume de informação passa do que dá para administrar do jeito tradicional. São milhares de documentos, e-mails, versões de contrato, provas espalhadas em bases diferentes.

As ferramentas de IA ajudam a organizar isso, montar cronologia, achar relação que passaria despercebida. Também vêm sendo usadas para tradução, transcrição e resumo. A cautela aumenta bastante conforme a ferramenta se aproxima de como o árbitro forma a convicção dele.

Existe um consenso razoavelmente firme de que a IA pode ajudar o tribunal a ler e organizar o material, desde que o raciocínio e a decisão continuem sendo responsabilidade de quem foi designado para julgar. Em uma disputa com base de dados grande, a tecnologia ajuda a

identificar como um documento foi classificado, a reconstruir o que aconteceu em um sistema ou ainda a dar apoio técnico para entender o funcionamento de um modelo. A avaliação jurídica desse material, o juízo sobre a prova, isso continua sendo do tribunal.

Dá para ver esse cuidado de forma bem concreta nas iniciativas institucionais. A SVAMC abriu uma das primeiras frentes, com diretrizes específicas sobre uso de IA na arbitragem. Depois vieram SCC, VIAC, Ciarb e AAA-ICDR, cada uma com a solução dela. A AAA-ICDR foi um pouco mais longe e reuniu padrão, orientação para árbitro e um projeto experimental de AI Arbitrator, restrito a certas categorias de caso. Isso mostra que o tema já entrou de vez na governança do procedimento arbitral.

Daqui para frente, a discussão poderá se concentrar no dever de informar o uso da ferramenta e nas salvaguardas para manter a

confiabilidade do procedimento. Em tarefas meramente administrativas, essa informação pesa menos. Muda de figura quando a IA interfere em como a prova é examinada, influencia a leitura de um argumento ou participa da redação da sentença. Aí, as partes precisam saber qual ferramenta foi usada, qual foi a extensão desse uso e como o resultado foi conferido.

A confidencialidade também merece atenção, porque boa parte dessas ferramentas funciona mandando documento para sistema externo. Uma peça processual pode ter segredo comercial, informação pessoal ou dado protegido por obrigação contratual. Usar a tecnologia exige alguma clareza sobre onde esse material vai ser processado, quem pode acessar e se o conteúdo pode ser aproveitado depois pelo fornecedor. São perguntas bem práticas, mas com consequência jurídica séria para a validade e a segurança do procedimento.

Em um caso de Quebec, no Canadá, o Poder Judiciário anulou um laudo cuja fundamentação trazia referência inexistente, interpretada como indício de uso de IA sem supervisão adequada. O problema não foi a ferramenta em si, mas a falta de verificação e a incorporação do resultado direto no raciocínio da decisão. Em linhas gerais, o árbitro pode usar ferramenta que torne o trabalho mais eficiente, mas continua pessoalmente responsável por tudo que está na decisão.

No Brasil, esse movimento já aparece em orientações do CAM-CCBC e do CBMA. As duas seguem a mesma linha. Supervisão humana, preservação de sigilo e cuidado redobrado quando o uso da IA pode afetar a prova ou o conteúdo do laudo. A tendência é de essas ferramentas entrarem rápido nas tarefas que tomam mais tempo, enquanto o controle fica mais rigoroso quanto mais perto elas chegam da fundamentação e da decisão.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 6 de agosto de 2026

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA
& SERVIÇOS5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expo-ress and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB

LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabo 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ACHEI IMÓVEIS DF

R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabo 99557-8243 c/19540

ASA NORTE

QUITINETES

710N KIT dividida 30m2 desocup. > t.local e preço 98121-2023 c8827

PLANO EMPREEND.

IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

216 4qtos 2stes gar. To-do reormado 220m2 út tr. 99616-4128 c12388

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.

QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

1.2 GUARÁ

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr. 99418-8477 cj21694

SUDESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.3 ASA NORTE

1.3 CASAS

ASA NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

710 Casa Térrea 3qts + (1kit anexa) Suite 2wc bom estado 1.380.000 98121-2023 c8827

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

JARDIM BOTÂNICO

4 OU MAIS QUARTOS

QD 02 Vendo linda casa no Condomínio Estância Quintas da Alvorada. Casa próxima à nova portaria que será inaugurada em breve. 4 suítes, sendo 1 de mi suíte, iluminação automatizada. Piscina, área de lazer completa com churrasqueira e pergolado na área externa. Contato: 61 99877-0784

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m2 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

1.3 PARK WAY

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ADELSON IMÓVEIS

QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 SUDESTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDESTE

TRATO FEITO IMÓV

CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SMHN Ed Crispim Nova 34m2 Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

GAMA

VENDO SALAS Setor Central-Gama 99903-0605

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil financiamento Tr: 98135-1919

1.4 SUDESTE

SUDESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Oportunidade ! R\$ 1.470.000,00 Lotes de 400 metros, contrói três vezes, residencial e comercial Contato: 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMÓVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111



CHAMA NO ZAP!!

Agora ficou mais fácil anunciar.

Mais rapidez e eficiência na comunicação com nossa equipe!

Escaneie o QR CODE ao lado e fale agora mesmo com um dos nossos atendentes!



CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agro-
vila BR 251 Cavas /
Baixo c/água, casa ,
cercada, etc.... doc
Ok. . (61) 98202-7591
ou 99514-7645

2

**IMÓVEIS
ALUGUEL**

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

**2.5 Lotes, Áreas
e Galpões**

2.6 Quartos e Pensões

**2.7 Sítios, Chácaras
e Fazendas**

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

2.2 ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01
suite, dce, cozinha, sa-
la, reformadíssimo, 160
metros, 3 andar, gara-
gem Tr. 99109-6160 SR
Imóveis cj9417

308 SUL 158m², vg ga-
ragem, 6 andar. R\$
8.300. Tr 99982-4174

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto
sl coz á99112-3703 /
3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto
sl coz á99112-3703 /
3386-9000 cj22002

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

2.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos
120m2. 99112-3703 /
3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja
de frente W3 com térreo
e subsolo, 120 metros.
Tratar: 3042-9200 ou
99109-6160 Sr Imóveis
cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200
metros, sendo 100 me-
tros de térreo e 100 de
subsolo, de frente W3
Sul Tr. 3042-9200/
99109-6160 Sr Imóveis
cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2
para alugar Tr: 3386-
9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2
no C. Clínico Sul 5211
3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

**3.2 Caminhonetes e
Utilitários**

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED

Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi
flex S-tronic revisada
ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5
16V Turbo flex aut
31.200 km 99288-9231

HYUNDAI

TUCSON 08/09 Excel es-
tado 2 dono preta interi-
or couro câmbio aut. kit
mult. Tr: 98321-4900

VOLKS

AUTOCRED

VRUM.COM.BR Aces-
se nosso pátio e confi-
ra as melhores ofertas
disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
(CREDORA FIDUCIÁRIA: CTZ SECURITIZADORA S/A)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCIS-DF sob o nº 33, devidamente autorizado, realizará no dia **20/08/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 1.174.050,68 (um milhão cento e setenta e quatro mil cinquenta reais e sessenta e oito centavos), calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **21/08/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 863.521,59 (oitocentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e nove centavos), calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do imóvel caracterizado pelo **Lote nº 01, Conjunto nº 04, Quadra nº 07, Trecho 3, Setor Habitacional Vicente Pires, Brasília-DF, com matrícula no 3º CRI do DF sob o nº 354.302**, oriundo de consolidação de propriedade em favor de CTZ SECURITIZADORA S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 48.256.308/0001-29, por força de Escritura Pública de Confissão de Dívida com Alienação Fiduciária em Garantia, nos termos da Lei 9.514/97, celebrado entre a Credora Fiduciária acima descrita e LOLO VIDROS TEMPERADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 53.167.124/0001-22, devidamente representada por sua sócia-administradora, Sra. LORRAYNE TELES MUNIZ, portador(a) da CNH nº 06931055492 Detran-DF e CPF nº 057.092.391-35, tendo como interveniente dadora da garantia, Sra. MARIA MÁRCIA RODRIGUES MACIEL RIZOLLI, portador do RG nº 537.411 SESP/DF e CPF 225.032.851-04, tendo sido os devedores fiduciários devidamente constituídos em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP cujos vencimentos ocorram até o dia 21/08/2026 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se ocupado, correndo por conta do(a) arrematante todas as providências necessárias para sua desocupação, assim como todas as despesas com pagamento de emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da escritura pública de compra e venda. O Leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR**. Ficam os devedores fiduciários, por este edital, desde já intimados das referidas datas.



Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus do imóvel disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial

3.2 JEEP

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport
1.8 branco 4x2 Flex
16V Autom. câmera de
ré excel. 99288-9231

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport
1.8 branco 4x2 Flex
16V Autom. câmera de
ré excel. 99288-9231

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.3 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.1 CONSTRUÇÃO E REFORMA

CONSTRUÇÃO

MATERIAIS

CONSTRUÇÃO E REFORMA c/ Qualidade e Garantia 98132-9100 99141-6825 Wilson

CONSTRUÇÃO E REFORMA c/ Qualidade e Garantia 98132-9100 99141-6825 Wilson

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Infomática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

DONA PERCILIA
FAZEMOS TRABALHOS
MARQUE SUA CONSULTA
PARA O AMOR e bus-
camos a pessoa ama-
da . Presencial ou on-
line . (tarô e Cartas)
(61) 98363-5506

MAE RITA Cultura ciga-
na e africana, búzios ,
Cartas e tarô tira todos ti-
po de vícios 99224-
6572 ou 98254-5022

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os
números
desta Seção
são do DF
DDD 61,
excetuando-se
os que forem
precedidos
de DDD
diverso
expresso

AMANDA DO ANAL
ACOMPANHANTE E
MASSAGISTA, recém
cheg de Minas, sua na-
moradinha perfeita faz tu-
do s/ frescuras. (61)
98173-1287 Asa Norte

5.7 ACOMPANHANTE

RENATO ATIVÃO
MACHAO, SERIO, dis-
creto e sigiloso (61)
99642-9963

ISABELA FERRARI
ESTILO MULHERAO -
Capa de Revista! Asa
Norte 61 99607-1156

LIVIA MULATA
FAÇO ORAL até o fim
e deixo finalizar na boca
Asa Nte 61 99906-7716

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas
bemestarmassagens.
com.br Fones: 61
985621273/ 3340-8627

MASSAGEM PROSTÁTICA
INVERSAO DE papéis
s/ frescura, nova equipe
6133267752/992004541

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE DE PIN-
TOR para morar. Casal
99903-0605.

AUXILIAR DE PRO-
DUÇÃO Para Oficina
de extintores em Ta-
guatinga Sul. Salário
+VT +VR. Enviar CV:
empregoextintores
@gmail.com

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECI-
SA-SE com ou sem
exper.99414-1086 zap

MASSAGISTA PRECISA-SE
COM OU SEM Experiên-
cia p/Semana ou Fim Se-
mana. Pagamento diá-
rio. Tr: 61 98474-3116

MASSAGISTA PRECISA-SE
COM OU SEM Experiên-
cia p/Semana ou Fim Se-
mana. Pagamento diá-
rio. Tr: 61 98474-3116

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

ADMINISTRATIVO/
FINANCEIRO Contrata
para trabalhar em casa
de Festa. Com experiên-
cia em financeiro. Ter dis-
ponibilidade de horário;
Salário fixo. Setor de
Mansões de Samam-
baia Currículo (61)
98664-3553 com o no-
me da vaga que deseja

ATENDENTE / CRC
CLINICAODONTOLOGI-
CA contrata para agenda-
mento e atendimentos. Li-
gação e WhatsApp. Asa
Norte - Shopping Conju-
nto Nacional. Segunda à
sexta das 8:30 às
18:30h. Favor, enviar cur-
riculo para: soublu.cv
@gmail.com

AUXILIAR DE
CÂMARA FRIA
NÃO É NECESSÁRIO
experiência. Salário + as-
siduidade, +Vale Trans-
porte, +Vale Alimenta-
ção. Enviar currículo pa-
ra: rh@germana.com.br

AUXILIAR DE
PRODUÇÃO
PARA TRABALHAR
em Industria de Alimen-
tos em Samambaia.
Não é necessário experi-
ência. Salário,
+assiduidade, +Vale-
transporte + Vale alimen-
tação. Enviar currículo pa-
ra: rh@germana.com.br

AUXILIAR
ADMINISTRATIVO
CONTRATAMOS PA-
RA trabalhar em indústri-
as de alimentos em Sa-
mambaia com experiên-
cia em sistemas de ges-
tão. Enviar CV para:
rh@germana.com.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

ANGELA MARIA DE CASTRO G. PENHA inscrita no CNPJ sob o nº 04.530.222/0001-77, NOTIFICAM os promitentes compradores abaixo relacionados a vir quitar os seus débitos em atraso, no endereço da primeira notificante, no prazo máximo de 30 dias, sob pena de rescisão dos respectivos contratos de compromisso de compra e venda firmada entre as partes, conforme preceitua o art. 32, da Lei n. 6.766/79. Brasília-DF, 08 de Agosto de 2026.

JARDIM DOM BOSCO		
QUADRA	LOTE	DEVEDORES
15	65	MARIA DAS DORES DOS SANTOS
03	31	ELISANGELA ALVES SOARES e CICERO MORENO DOS SANTOS
20	16	ROSEANE DOS SANTOS LIMA
12	80	HELIO FERREIRA DE OLIVEIRA e CHARLENE PEREIRA DA SILVA
20	56	DARLYSON ERISON CANTÃO DE LIMA

RIZZO IMOVEIS - LUZILIA PARQUE		
QUADRA	LOTE	DEVEDORES
26	20	KLEBER MATOS DE SOUZA ARAUJO e/ou ANGELICA SILVA DE ARAUJO MATOS

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE
PROFISSIONAL p/traba-
lhar com acabamento
em comunicação visual
sem experiência. Currí-
culo p/ (61) 98424-5020

SUBGERENTE, ATEN-
DENTE , Cozinheira e
sushimam . Restaurante
contrata . Salário inicial
a partir de R\$ 1.750,68
podendo chegar até R\$
2.200,00 + comissão .
Enviar currículo para
email: curriculum.
guara@gmail.com

CONTRATA-SE
VENDEDOR(A) somen-
te c/experiência compro-
vada, Carteira de traba-
lho digital, Excel e
Word, salário 2.497,78
+ VA + VT e convênio
SESI trabalhar na
Ceilândia-DF, Premolda-
dos Brasil. Enviar curricu-
lo: vagashpbr@gmail.
com

6.1 NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL SUPERIOR

CCAA TAGUATINGA
PROFESSOR(A) Inglês/
Espanhol Contrata CV :
taguatinga@ccaa.com.
br ou QNA 43 casa 02
Tag Norte

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIAN-
ÇA há mais de 30
anos, tem também : Se-
cretária do Lar, Arruma-
deira, Diarista, Cozinhei-
ra de forno e fogão, Ba-
bá , Passadeira , Aux
Serviços Gerais, Casei-
ro, cuidadora de idosos
e motorista . Tel.: 3356-
3351 ou 98609-0574

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.152/2026

OBJETO: Aquisição de painéis de LED 4K e full HD tripla e bastidor de 19 polegadas, incluindo instalação, treinamento técnico e operacional e prestação de garantia, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses.

DATA DA ABERTURA: 20/08/2026, às 10h.

EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.gov.br/compras.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico n. 150/2026

OBJETO: Fornecimento parcelado de computadores para escritório, novos e de primeiro uso, incluindo garantia de funcionamento pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) meses.

DATA DA ABERTURA: 18/08/2026, às 10h.

Pregão Eletrônico n. 151/2026

OBJETO: Prestação de serviços continuados nas áreas de design para publicidade, redes sociais, exposições, publicações oficiais da Câmara dos Deputados, desenvolvimento de objetos de aprendizagem e de revisão publicitária de produtos multimídia, educação à distância e produção editorial e de multimídia, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, pelo período de 12 (doze) meses.

DATA DA ABERTURA: 20/08/2026, às 10h.

EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.gov.br/pncp-ipt-br.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro

2 OFÍCIO
DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DO DISTRITO FEDERAL

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a FLOWINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelos requerimentos de 24/09/2025, 27/10/2025, 26/11/2025, 30/01/2026, 24/03/2026, requereu a este Serviço Registral as intimações de **VP ALUGUEL DE BENS E IMÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 24.962.593/0001-35 e **RMP CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA**, CNPJ nº 16.539.754/0001-54, na qualidade de DEVEDORAS, residentes e domiciliadas, nos seguintes endereços: 1) SHCS EQ 114/115, Conjunto A, Bloco 03, Loja 39 E, nº 40 – Asa Sul - 2) Avenida das Castanheiras, Lote 350; Apartamento 1206 A, Norte(Águas Claras); 3) EQS 114/115, Conjunto A, Bloco 03; Loja nº 47, Edifício CasaBlanca – Asa Sul, e, 4) SQS 312, Bloco E, Apartamento 404 – Asa Sul; na qualidade de DEVEDORAS FIDUCIANTES nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R\$1.510.372,80 (um milhão, quinhentos e dez mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), atualizada até o dia 08/09/2026, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária do instrumento particular com alienação fiduciária dos aos Apartamentos nºs 238, situado no 1º Pavimento e 322, situado no 2º Pavimento, ambos do Bloco "H"(LAKESIDE HOTEL RESIDENCE), do Conjunto 2, do Trecho 1, do SHT/Norte; nesta cidade, registrada sob os nºs R.11 e R.12, nas matrículas nºs 74.554 e 74.583, respectivamente. A Devedora Fiduciante VP ALUGUEL DE BENS E IMÓVEIS LTDA não foi localizada nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica a DEVEDORA FIDUCIANTE, acima qualificada, CONSTITUÍDA EM MORA E INTIMADA, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B" nº 60 – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade dos Apartamentos nºs 238, situado no 1º Pavimento e 322, situado no 2º Pavimento, ambos do Bloco "H"(LAKESIDE HOTEL RESIDENCE), do Conjunto 2, do Trecho 1, do SHT/Norte, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

FÁCIL DE ANUNCIAR

PARA PUBLICAÇÕES, ALTERAÇÕES OU INFORMAÇÕES ENTRE EM CONTATO CONOSCO



61 3342-1000 opção 05

61 98167-9999



Sig Qd 02, It 340 bloco 2
Próximo Câmara Legislativa



Segunda a Sexta-feira
9h às 18h
e aos Sábados 8h às 12h



@classificadoscb

@classificadoscb

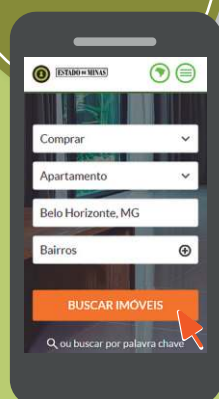


Aponte a câmera do seu
celular no QR Code para
entrar em contato conosco

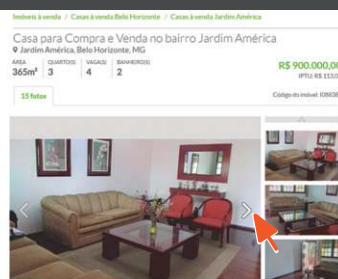
PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

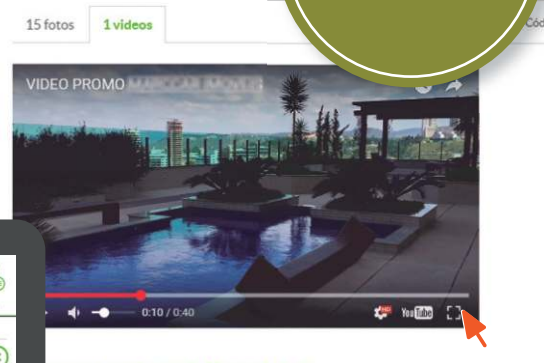
Busca rápida e descomplicada



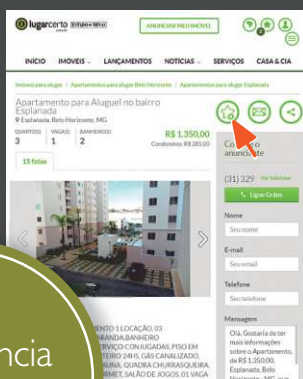
Informações completas



Fotos e vídeos



Experiência personalizada



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

 **lugarcerto**
.com.br

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo